



Governo brasileiro espera ser poupado de tarifaço de Trump

Itaipu vai equipar 80 hospitais filantrópicos com energia solar

Página 16

Brasil descarta 4 milhões de toneladas de resíduos têxteis por ano

Página 3

Cidade de São Paulo confirma segunda morte por dengue no ano

A Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo confirmou a segunda morte por dengue neste ano na capital paulista. De acordo com a pasta, a vítima é um homem de 69 anos, com comorbidades, e que vivia na Mooca, na zona leste paulistana. Ele começou a ter sintomas da doença no dia 7 de fevereiro e morreu cinco dias depois.

Após esse caso, a secretaria intensificou as ações de combate ao mosquito transmissor nesta região.

A cidade de São Paulo registrou 21.625 casos de dengue neste ano, com duas mortes. A primeira delas foi de uma menina de 11 anos, moradora da região de Hermelino Matarazzo, também na zona leste da capital. Ela morreu no dia 30 de janeiro.

Em todo o estado de São Paulo foram confirmados 370.533 casos da doença em 2025, com 344 óbitos. Outros 110.839 casos estão em investigação. A maior parte dos diagnósticos e dos óbitos do estado ocorreram na região de São José do Rio Preto, com mais de 81 mil casos confirmados e 101 mortes no ano.

Dengue

A dengue é uma doença causada por um vírus transmitido pelo mosquito *Aedes aegypti*. Os sintomas mais comuns da doença são febre alta, dor atrás dos olhos, dor no corpo, manchas avermelhadas na pele, coceira, náuseas e dores musculares e articulares. Uma das principais formas de prevenção da doença é o combate ao mosquito transmissor. Isso pode ser feito eliminando água parada ou objetos que acumulem água como pratos de plantas ou pneus usados. (Agência Brasil)

Previsão do Tempo

Quarta: Sol e aumento de nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

31° C
20° C

Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,67
Venda: 5,68

Turismo

Compra: 5,73
Venda: 5,91

EURO

Compra: 6,12
Venda: 6,13

Vendas da indústria paulista crescem 16,1% no primeiro bimestre



Foto: Arquivo/ABF

Página 3

O governo brasileiro espera ser poupado do tarifaço prometido pelo presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump, que deve ser anunciado na quarta-feira (2). O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informou que causará estranheza caso o Brasil sofra alguma retaliação comercial.

“Os EUA têm uma posição muito confortável em relação ao Brasil até porque é superavitário tanto em relação aos bens, quanto em relação aos serviços”, disse Haddad, em viagem a Paris, na terça-feira (1º).

O comércio bilateral é superavitário para os EUA uma vez que o Brasil importa mais do que exporta para o país norte-americano. Por isso,

Haddad considera que não haveria motivos para taxação dos produtos brasileiros.

“Causaria até certa estranheza se o Brasil sofresse algum tipo de retaliação injustificada, uma vez que nós estamos na mesa de negociação desde sempre com aquele país justamente para que a nossa cooperação seja cada vez mais forte”, completou o ministro da Fazenda.

Às vésperas do anúncio de novo tarifaço prometido por Trump, um relatório de órgão ligado ao governo dos EUA fez críticas ao modelo de tarifas que o Brasil impõe a suas importações em setores como etanol, filmes, bebidas alcoólicas, máquinas e equipamentos, carne suína, entre outros. Página 3

Prorrogadas as inscrições para 10 mil bolsas de estágio até 13 de abril

Estudantes matriculados nas 2ª e 3ª séries do ensino técnico profissional do Ensino Médio têm mais uma chance para se inscrever no Bolsa Estágio Ensino Médio (BEEM). A Secretaria da

Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) prorrogou até 13 de abril o prazo final para cadastro no novo programa do governo estadual no site www.beem.sp.gov.br. Página 2

Entregadores mantêm paralisação por melhores condições de trabalho

Página 16

Esporte

Praia Clube e Universidade Mackenzie são os campeões do Troféu Adhemar Ferreira da Silva

O Praia Clube-Cemig-Exército foi o campeão do Troféu Adhemar Ferreira da Silva Loterias Caixa de Atletismo, encerrado no domingo (30), após três dias de competição no Centro Nacional Loterias Caixa de Desenvolvimento do Atletismo (CNDA). A equipe de Uberlândia somou 313 pontos e também venceu a disputa feminina (174 pontos) – no masculino, ficou com a segunda posição (139 pontos). A competição reuniu mais de mil atletas federados e universitários no estádio da CBAt em Bragança Paulista (SP).

O segundo lugar geral ficou com o Esporte Clube Pinheiros, de São Paulo, com 302 pontos, que venceu entre os homens (158 pontos) e ficou com a segunda posição no feminino (144). O Instituto de Atletismo de Balneário Camboriú (IABC/FMEBC), de Santa Catarina, conquistou o terceiro lugar no geral (135 pontos) e no feminino (88), com o quarto

lugar no masculino (47).

Os atletas olímpicos Luiz Maurício Dias da Silva (Praia Clube-Cemig-Exército-MG) e Andressa Oliveira de Moraes (Pinheiros-SP) foram escolhidos como o melhor índice técnico do Troféu: ambos deixaram a competição com marcas no top 10 do ranking mundial.

Luiz Maurício, recordista sul-americano do lançamento do dardo, venceu a prova no sábado (29/3) com a marca de 82,03 m, a oitava melhor de 2025. Já Andressa, dona da marca continental no lançamento do disco, conquistou o ouro no domingo com 62,06 m, 9º resultado do mundo no ano.

As últimas finais do Troféu Adhemar foram disputadas na tarde de domingo, mas a programação chegou a ser interrompida por causa da forte chuva que atingiu Bragança Paulista.

Ana Carolina de Jesus Azevedo (Pinheiros-SP) venceu os 200 metros com o tempo de 23.11



Foto: Gustavo Alves

Luiz Maurício, melhor atleta juntamente com Andressa de Moraes

(-0.8) e garantiu o segundo ouro na competição – ela também foi campeã dos 100 metros, com 11.28 (-0.4), depois de ter disputado o Mundial Indoor de Nanjing, na China, no fim de semana passado. No masculino, o campeão foi o jovem Paulo Henrique Batista, de 18 anos (APA/SECEL Jaraguá do Sul-SC), com 21.60.

A meio-fundista July Ferreira

da Silva Abrão (Praia Clube-Cemig-Exército-MG), que melhorou o recorde brasileiro dos 1.500 m no Mundial Indoor (4:22.24), que já era dela, foi a campeã da prova em Bragança, com o tempo de 4:31.46. Guilherme Kurtz, também da equipe de Uberlândia, venceu a prova masculina com a marca de 3:40.63, resultado muito próximo de seu recorde pessoal (3:39.72, de 2022).

A Universidade Mackenzie, de São Paulo, com 33 atletas, conquistou o título geral do Troféu Adhemar Ferreira da Silva, com a soma de 420,75 pontos. Também venceu no masculino (171) e no feminino (249,75).

A Universidade Estadual de Maringá (UEM), do Paraná, ficou com a segunda colocação geral (287,75) e repetiu o vice nos dois naipes (155 no masculino e 132,75 no feminino). O terceiro lugar geral, no masculino e no feminino foi da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), com 269, 138 e 131 pontos, respectivamente.

Foi a quarta edição do Troféu Adhemar Ferreira da Silva organizada pela Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt), que junta atletas federados e universitários, em Bragança Paulista, sob a hashtag #somoatletismo. As Loterias Caixa são a patrocinadora máster do atletismo brasileiro.

Copa São Paulo Bradesco de Kart tem segunda etapa agitada

A Copa São Paulo Bradesco de Kart viveu um sábado (29) repleto de emoções no Kartódromo Granja Viana, em Cotia (SP). A segunda etapa do campeonato reuniu alguns dos principais pilotos do País, que lutaram pelos primeiros lugares nas categorias Cadete, Mirim, OK, OK Júnior, F4, F4 Light, F4 Sênior, F4 Sênior 60+, F4 Júnior, Shifter, Shifter Sênior, Shifter Super Sênior, Pro 500, Pro 500 Light, Pro 500 Sênior e Pro 500 Sênior 60+.

Na Cadete, Pedro Zangue-tin saiu com a vitória após ga-

baritar os primeiros lugares das três baterias do final de semana. Leonardo Almeida foi o segundo colocado, com Inácio Lopes completando o top-3. Já na Mirim, Rafael Canuto foi o vencedor na soma de pontos das três baterias. A segunda posição ficou com João Pedro, enquanto Alexandre Gomes foi o terceiro.

Pela OK, que contou com apenas duas baterias, Gabriel Koegnikan foi o vencedor, seguido por Nicollas Loretti e Heitor Farias, que fecharam a lista dos três melhores. Já pela OK Júnior, quem celebrou a vitória foi Edward Kirst, que viu

Francisco Rocha ser o segundo colocado. Raphael Gebara completou a etapa com a terceira posição.

Lucas Viscardi levou a vitória na F4 Júnior, categoria que teve Noah Waissmann em segundo, e Marcella Assumpção com a terceira posição. Já na F4, Gustav Kirst venceu, com Roberto Azana e Danilo Garcia fechando a lista dos três melhores. Garcia acabou com a vitória na F4 Light, sendo seguido por Rafael Mikail e João Pompeo. Márcio Macagnan venceu na F4 Sênior, com Rodrigo França na segunda posição, enquanto Ro-

berto Azana levou a vitória na F4 Sênior 60+, que teve ainda Cesar Gragnano em segundo.

Entre os competidores da Shifter, Rafael Reis levou a vitória, com Claudio Baida sendo o segundo colocado. A lista dos três melhores também contou com Alexandre Trita, que saiu vitorioso na Shifter Super Sênior. Nesta categoria, Eduardo Violante e Adriano Amaral completaram o top-3. Pela Shifter Sênior, quem sorriu com o primeiro lugar ao final da etapa foi Rodolpho Brito.

Na Pro 500, Eraldo Silva foi o vencedor, sendo seguido pela

Reis Office, e por Otto Rezende, que completaram a lista dos três melhores. Na Pro 500 Light, vitória para Vitor Luiz Ferré e Marco Costa, enquanto a Pastore – Racing Club foi a segunda colocada. Peterson Nakamura e Fábio Komatsu triunfaram na Pro 500 Sênior, que teve os dois karts da DRC completando o top-3, com o número 731 à frente do numeral 20. Otto Rezende venceu na Pro 500 Sênior 60+.

A terceira etapa da Copa São Paulo Bradesco de Kart está marcada para o dia 26 de abril, novamente no Kartódromo Granja Viana.

Governo prorroga SP Sempre Alerta Operação Chuvas até dia 15 de abril

A Defesa Civil do Estado de São Paulo estendeu a campanha SP Sempre Alerta Operação Chuvas até o próximo dia 15 de abril. A ação se encerrará na segunda-feira (31), mas meteorologistas do Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE) apontaram condições para chuva intensa até pelo menos o dia 6 de abril. Na segunda (31), cidades do ABC Paulista registraram altos volumes de chuva no período da tarde.

Em Mauá, em apenas 6 horas choveu 137mm, o equivalente a 18 dias do esperado para o mês de março. Em Santo André, foi registrado 95mm de chuva, que corresponde a 42% do volume médio para o mês.

As 14h47, a Defesa Civil enviou alerta severo de chuva para

os municípios da Região do ABC, alertando a população para buscarem locais seguros. Não houve registro de vítimas.

Segundo dados do Corpo de Bombeiros, foram registrados 23 chamados para quedas de árvores e 63 para alagamentos na cidade de Santo André. Em Mauá, os Bombeiros foram acionados para duas ocorrências de queda de árvore e sete para alagamentos.

Com a prorrogação da Operação Chuvas, todo o Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil seguirá mobilizado e em regime de prontidão. O monitoramento meteorológico seguirá 24 horas por dia, com envio de alertas à população diante de condições severas de chuvas. As De-

fesa Cívica municipais manterão as vistorias de campo e com as ações dos planos de contingência em vigor, como por exemplo, a da montagem de abrigos emergenciais em caso de famílias desabrigadas ou desalojadas.

“Vamos seguir mobilizados

por mais 15 dias considerando o cenário de chuvas intensas que ainda teremos nesta semana. É importante manter todo o time de prontidão para o atendimento rápido e eficiente das ocorrências. Nosso monitoramento seguirá 24 horas por dia, inclusive com a

emissão dos alertas”, destacou o Coronel Henguel Pereira, Coordenador Estadual da Defesa Civil.

Durante toda a Operação Chuvas é realizada a campanha de prevenção, com veiculação de materiais educativos em tv, rádio, outdoor, distribuição de panfle-

tos e fixação de faixas orientativas, com objetivo de despertar mudança de mentalidade na população e prevenir à exposição ao risco, como por exemplo não atravessar áreas alagadas e buscar locais seguros durante os temporais. (Governo de SP)

Lixômetro registra aumento na coleta de resíduos flutuantes no Rio Pinheiros

O painel instalado às margens do Rio Pinheiros, conhecido como Lixômetro, registrou um aumento de aproximadamente 13% na quantidade de lixo flutuante coletado no primeiro trimestre de 2025, em comparação ao mesmo período do ano anterior. De janeiro a março deste ano, foram retiradas 10,4 mil toneladas de resíduos do rio, contra 9,3 mil toneladas removidas em igual intervalo de 2024.

Os trabalhos, que desde 2023 já acumularam mais de 84 mil toneladas de lixo coletadas e um gasto de R\$ 148,8 milhões, são executados pela Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (Semil), em parceria com a Empresa Metropolitana de Águas e

Energia (Emae). Desde fevereiro de 2025, a responsabilidade pela coleta passou para a SP Águas, agência reguladora de recursos hídricos do Estado.

A coleta é realizada por um barco que percorre os 25 quilômetros do Rio Pinheiros. Após a retirada dos detritos, eles são levados para uma “área de rebaixo”, onde são deixados para secar, e em seguida são colocados em caçambas e encaminhados a aterros sanitários.

A presidente da SP Águas, Camila Viana, detalha o processo de coleta: “A limpeza é realizada com 6 barcas, sendo, 3 rebocadores e 3 escavadeiras. Para apoio, são 4 barcos tipo voadeira e 2 barcos com grade coletora. Entre os objetos mais retirados pelas equi-

pes são garrafas pet, pneu e isopor, como marmitas”, afirma. Camila também conta que brinquedos, como bolas e bonecas, são comuns e itens com volume maior também são vistos com frequência, como sofás e colchões.

Toda essa poluição difusa – que chega ao rio vinda de diversos lugares –, é levada ao rio pelo curso d’água, resultado da ação humana, com o lançamento direto de lixo no rio ou pelas chuvas, que arrastam a sujeira das ruas até a bacia do Pinheiros. Jaguaré, Itaim Bibi, Morumbi, Guarapiranga, Vila Olímpia, Panamby e Capão Redondo são alguns dos bairros próximos ao aflúente de onde podem vir os detritos, afetando também os animais que vivem no entorno do rio, como capivaras e

diversos tipos de pássaros.

“Esta ação do Lixômetro busca conscientizar a população que transita ao longo do rio e alertar aqueles que ainda descartam lixo de forma irregular. O Rio Pinheiros é o aflúente mais importante do Rio Tietê, que forma a maior bacia hidrográfica do Estado. Como sociedade, temos a responsabilidade de preservar este importante recurso para as gerações futuras”, comenta a presidente da SP Águas.

O Lixômetro pode ser conferido no Parque Bruno Covas, próximo à Casa Conectada, na entrada sentido bairro Interlagos, via Marginal Pinheiros. O painel registra e exibe os dados de coleta de forma visível para o público. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)
Ontem foi 1º abril, data da consolidação da tomada do Poder [pelas Forças Armadas com Exército comandando] no Brasil de 1964. O coronel [Exército] Erasmo Dias teve mandatos na ALESP e por fim no maior parlamento municipal brasileiro

PREFEITURA (São Paulo)
Ontem foi 1º abril. O prefeito Ricardo Nunes (MDB) segue dizendo que considera inocente o então presidente Bolsonaro (PL), pelos atos do 8 janeiro 2023, contra as sedes dos 3 Poderes da República. O vice, coronel PM Mello (PL), tá vibrando

ASSEMBLEIA (Brasil)
Ontem foi 1º abril, data da consolidação da tomada do Poder [pelas Forças Armadas com Exército comandando] no Brasil de 1964. O coronel [Exército] Erasmo Dias foi Secretário Segurança Pública [nos anos 1977 - no governo de Paulo Egydio]

CONGRESSO (Brasil)
Ontem foi 1º abril, data da consolidação da tomada do Poder [pelas Forças Armadas com Exército comandando] no Brasil de 1964. Até a Constituinte [válida desde 1988], nunca tinha havido tantos militares na Câmara Deputados e Senado

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Ontem foi 1º abril, data da consolidação da tomada do Poder [pelas Forças Armadas com Exército comandando] no Brasil de 1964. Dia 6 abril 2025, na av. Paulista (SP), haverá ato público pró causas do capitão [EB] e ex-presidente Bolsonaro (PL)

PARTIDOS (Brasil)
Ontem foi 1º abril, data da consolidação da tomada do Poder [pelas Forças Armadas com Exército comandando] no Brasil de 1964. Dia 6 abril 2025, na av. Paulista (SP), haverá ato público [com partidos das direitas] pró causas do Bolsonarismo (PL)

HISTÓRIAS
Entre generais presidentes [1964 - 1985], o penúltimo foi Ernesto Geisel. Ele foi o 1º cristão [protestante luterano] a ocupar o cargo. Em 1978, revogou o Ato Institucional nº 5, iniciando abertura [lenta e gradual] pela redemocratização possível

ANO 33
O jornalista Cesar Neto usa Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (São Paulo) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - “bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque eles serão fartos;” Mateus 5:6

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00 Agência Brasil - EBC

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

Publicidade Legal Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50
Impressão: Gráfica Pana

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Operação combate sonegação de empresas do setor de fios de cobre a alumínio

A Secretaria da Fazenda e Planejamento de São Paulo (Sefaz-SP) deflagrou na terça-feira (1º), a operação Eletron, que teve como objetivo recuperar o crédito tributário irregular usado para abater o imposto devido por indústrias do setor de cabos de cobre e alumínio.

O esquema teria movimentado R\$ 370 milhões em mercadorias e aproximadamente R\$ 38,1 milhões em créditos de ICMS

apenas nos dois primeiros meses de 2025. Participam da ação 25 auditores fiscais da Receita Estadual e 14 policiais do Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania (DPPC), da Polícia Civil, que vistoriam quatro alvos em Guarulhos.

A detecção do conjunto de indícios de fraude fiscal que levou à identificação das empresas-alvo é resultado do monitoramento operacional realizado

por equipe especializada da Diretoria de Fiscalização – a Assistência Fiscal de Monitoramento e Inteligência.

A fraude fiscal consiste na emissão de notas fiscais por empresas inexistentes em outros Estados, para empresas paulistas “com aparência de legalidade”, que depois transferem os créditos para as reais beneficiárias do esquema. Essas empresas seriam empresas constituídas

em nome de laranjas e criadas para ser responsabilizadas por eventuais irregularidades e, assim proteger os destinatários fiscais de autuações pelo Fisco Paulista.

A Operação Eletron também visa cessar a lesão fiscal em andamento, bem como influenciar os demais participantes deste ramo econômico a seguir o caminho da conformidade fiscal. (Governo de SP)

Prorrogadas as inscrições para 10 mil bolsas de estágio até 13 de abril

Estudantes matriculados nas 2ª e 3ª séries do ensino técnico profissional do Ensino Médio têm mais uma chance para se inscrever no Bolsa Estágio Ensino Médio (BEEM). A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) prorrogou até 13 de abril o prazo final para cadastro no novo programa do governo estadual no site www.beem.sp.gov.br. São 10 mil vagas de estágio com bolsas de R\$ 422,03 a R\$ 851,46, de acordo com o curso e a carga horária.

Os selecionados vão atuar em empresas parceiras em diferentes regiões do estado. O pagamento da bolsa será feito pela Seduc-SP por seis meses. Após

o período, os estudantes poderão ter seus contratos de estágio efetivados pelas próprias instituições.

As empresas interessadas na parceria devem preencher o formulário de adesão disponível aqui até 31 de maio. Entre as regras para a assinatura do termo de adesão com o governo de São Paulo, as instituições precisam fornecer auxílio transporte aos estudantes e dispor de profissional que atuará como supervisor do estágio, com formação ou experiência na área de conhecimento do curso técnico da Seduc-SP.

“O programa BEEM foi idealizado, pensado e criado com um grande objetivo de conectar em-

presas a jovens estudantes prontos para fazer a diferença no mundo do trabalho. Com o BEEM, as empresas terão acesso aos estudantes dos cursos técnicos oferecidos pela Secretaria de Educação e que chegam nessas empresas preparados para contribuir com todo o conhecimento que eles adquiriram nas aulas e também muito motivados a continuar aprendendo e a crescer”, explica Silvana Oliveira, da equipe Programa Educação Profissional Paulista.

Quem pode concorrer

Para participar do BEEM, os candidatos precisam, entre outros pré-requisitos:

ter 16 anos completos na data de admissão do estágio; estar matriculado na 2ª ou 3ª série do itinerário de formação técnico profissional do Ensino Médio;

ter frequência regular igual ou superior a 85% no semestre anterior à seleção;

ter feito, no ano anterior, o Provão Paulista Seriado.

O processo seletivo possui caráter eliminatório e classificatório de avaliação, limitado ao número de vagas disponibilizadas no período. Caso a empresa manifeste o interesse, poderão ser incluídas fases de análise dos currículos ou entrevistas. (Governo de SP)

Governo de SP notifica grandes consumidores de energia elétrica sobre dívidas de ICMS

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) inicia nesta terça-feira, 1º de abril, uma ação de autorregularização voltada a 300 consumidores de energia elétrica, contribuintes e não-contribuintes regulares do ICMS (como hospitais, shoppings centers e bancos), com débitos relativos à incidência do ICMS sobre a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e a Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) de energia elétrica. A iniciativa permite que esses consumidores regularizem sua situação de maneira espontânea, evitan-

do fiscalizações e penalidades.

O total de valores passíveis de regularização nesta fase da ação é de aproximadamente R\$ 700 milhões. Os contribuintes serão notificados por meio do Domicílio Eletrônico do Contribuinte (DEC) e terão um prazo de 60 dias para que realizem a regularização de seus débitos. Os consumidores que não possuem DEC receberão o Aviso de forma pessoal ou via correios.

A ação decorre da decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no Tema Repetitivo 986, que determinou que os valores da TUSD e da TUST integram a base

de cálculo do ICMS. Dessa forma, os consumidores que ajuizaram ações para excluir estas tarifas da base de cálculo do ICMS sobre a energia elétrica e obtiveram antecipação de tutela concedida após 27/03/2017, deixando de pagar o ICMS no momento previsto na legislação, devem agora efetuar o recolhimento.

Os consumidores poderão efetuar a autorregularização por meio do pagamento integral, parcelamento ou liquidação com crédito acumulado, conforme as orientações detalhadas constantes do Aviso enviado pela Sefaz-SP. Caso não tenha recebido o Aviso, é pos-

sível abrir uma solicitação no Sistema de Peticionamento – SIPET denominada “Autorregularização TUSD/TUST (AR14)”.

A autorregularização faz parte do Programa “Nos Conformes”, que busca aprimorar a relação entre o fisco e os contribuintes, promovendo maior previsibilidade e segurança jurídica no cumprimento das obrigações fiscais.

O pagamento evita a abertura de ação de fiscalização e a aplicação das penalidades previstas no artigo 85 da Lei nº 6.374/1989. Para mais informações, os interessados devem acessar o portal da Sefaz-SP. (Governo de SP)

Forças de segurança apreendem 21 toneladas de drogas em um mês em todo o estado de SP

O trabalho integrado entre as Polícias Civil e Militar, com reforço do patrulhamento ostensivo e uso de sistemas de inteligência, permitiu uma apreensão recorde de drogas em todo o estado de São Paulo em fevereiro.

No total, foram 21,6 toneladas de drogas apreendidas no mês, um aumento de 48,5% na comparação com o mesmo período do

ano passado, quando 14,5 toneladas de entorpecentes foram recolhidas. A maconha representa 87% do total apreendido.

A quantidade foi a segunda maior apreensão de drogas da história do estado em fevereiro, ficando apenas abaixo de 2021, com 23,8 toneladas de entorpecentes recolhidas. Somente no interior paulista, foram 18,1 tone-

ladas retiradas das ruas.

Somando maconha e cocaína, as principais drogas apreendidas, o prejuízo estimado ao crime organizado superou R\$ 32 milhões.

A produtividade policial em fevereiro também resultou no aumento de infratores presos e apreendidos no estado. No mês, houve 18.292 detenções em flagrante ou por mandados judici-

ais, crescimento de 8,4% em relação a igual período do ano passado. O número foi o maior desde 2020.

Também houve aumento no índice de veículos recuperados no último mês, de 4.434 para 4.548 registros. Já o número de armas de fogo ilegais apreendidas chegou a 1.113, sendo 12 fuzis de guerra. (Governo de SP)

Governo brasileiro espera ser poupado de tarifaço de Trump

O governo brasileiro espera ser poupado do tarifaço prometido pelo presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump, que deve ser anunciado na quarta-feira (2). O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informou que causará estranheza caso o Brasil sofra alguma retaliação comercial.

“Os EUA têm uma posição muito confortável em relação ao Brasil até porque é superavitário tanto em relação aos bens, quanto em relação aos serviços”, disse

Haddad, em viagem a Paris, na terça-feira (1º).

O comércio bilateral é superavitário para os EUA uma vez que o Brasil importa mais do que exporta para o país norte-americano. Por isso, Haddad considera que não haveria motivos para taxaço dos produtos brasileiros.

“Causaria até certa estranheza se o Brasil sofresse algum tipo de retaliação injustificada, uma vez que nós estamos na mesa de negociação desde sempre com

aquele país justamente para que a nossa cooperação seja cada vez mais forte”, completou o ministro da Fazenda.

As vésperas do anúncio de novo tarifaço prometido por Trump, um relatório de órgão ligado ao governo dos EUA fez críticas ao modelo de tarifas que o Brasil impõe a suas importações em setores como etanol, filmes, bebidas alcoólicas, máquinas e equipamentos, carne suína, entre outros.

Nesse contexto, a Comissão

de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou, por unanimidade na terça, projeto de lei da reciprocidade comercial, que permite ao governo retaliar medidas unilaterais comerciais que prejudiquem a competitividade das exportações do Brasil. O texto agora segue para análise da Câmara dos Deputados.

Lei da reciprocidade

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento e Comércio (MDIC),

Geraldo Alckmin, elogiou a iniciativa do Legislativo, mas ressaltou que o caminho deve ser o do diálogo.

“Você ter um arcabouço jurídico legal é positivo, louvo a iniciativa do Congresso Nacional, nesse caso do Senado, que procura preservar o interesse do Brasil, mas quero dizer que o caminho é o diálogo e procurar ter uma complementariedade econômica”, comentou Alckmin nessa terça-feira.

Assim como Haddad, o vice-

presidente avalia que, como os EUA têm superávit com o Brasil, o país deve ser poupado do tarifaço.

“[São] US\$ 25 bilhões de superávit para os Estados Unidos. Dos dez produtos que eles mais exportam para o Brasil, oito são de tarifa zero, não tem imposto de importação. E a tarifa média final de todos os produtos e serviços é 2,7%. Então, o Brasil não é problema para os EUA”, justificou o ministro. (Agência Brasil)

MEIs têm novas regras para emissão de notas fiscais

Começou a valer na terça-feira (1º) as novas regras para a emissão eletrônica de notas fiscais por Microempreendedores Individuais (MEIs) que compram ou vendem produtos. Algumas das mudanças estão relacionadas à necessidade de atualização de dados e códigos no sistema.

As novas regras valem para as emissões de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) ou a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e), bem como para a atualização na tabela de Código Fiscal de Operações e

Prestações (CFOP), destinado a identificar o tipo de transação (venda, devolução ou remessa) e seu impacto na tributação.

“Será preciso inserir o Código de Regime Tributário Simples Nacional – MEI (CRT 4), que deve ser usado em conjunto com o CFOP adequado à operação fiscal”, explica o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Dessa forma, caberá ao MEI preencher o campo com o regime tributário de microempreendedor

individual, que poderá ter a validação realizada na base da Secretaria da Fazenda do estado.

Para as operações internas e interestaduais, são usados os códigos 1.202, 1.904, 2.202, 2.904, 5.102, 5.202, 5.904, 6.102, 6.202 e 6.904.

O Sebrae recomenda que, no caso de CFOPs com operações diferentes das disponibilizadas pela Receita Federal, seja feita uma consulta junto à Secretária da Fazenda estadual onde o empreendedor está inscrito.

“Outra mudança é que o MEI,

ao realizar venda interestadual a não contribuinte, não precisa se preocupar com o preenchimento de informações referentes ao Diferencial de Alíquotas, pois tal informação é irrelevante por ocasião da utilização do CRT 4”, detalhou o Sebrae.

As novas regras para o MEI em 2025 incluem também mudanças no teto de faturamento, na contribuição mensal e na emissão de notas fiscais.

Os serviços podem ser acessados por meio do Portal do Empreendedor do Governo Federal. (Agência Brasil)

Colheitas de soja e milho ultrapassam 95% das áreas plantadas no Paraná

A colheita da soja avançou cinco pontos percentuais em uma semana no Paraná e agora está com 95% dos 5,7 milhões de hectares retirados dos campos. O dado faz parte do relatório Condições de Tempo e Cultivo divulgado na terça-feira (01) pelo Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

A expectativa de produção para a soja está mantida em pouco mais de 21 milhões de toneladas, com 91% do que resta a campo desenvolvendo-se de forma boa e o restante em condição média. Os produtores aguardam apenas as condições ideais de clima para terminar a colheita, enquanto isso os técnicos realizam reuniões para divulgar os números finais da safra.

O documento do Deral se refere ainda à colheita do milho de

1ª safra, que teve avanço de três pontos percentuais no prazo de uma semana, figurando agora também em 95% dos 268 mil hectares. O plantio do cereal de 2ª safra subiu os mesmos três pontos percentuais e hoje está com 99% dos 2,6 milhões de hectares semeados.

As condições do milho a ser colhido estão boas para 96% do que resta, prometendo-se a finalização em poucos dias. A 2ª safra teve piora de condições na última semana, caindo de 70% para 66% a área em que é considerada em situação boa. As lavouras ruins foram de 9% para 12%.

Os técnicos e os produtores devem fazer um acompanhamento mais minucioso nos próximos dias para ver se as últimas chuvas foram suficientes para melhorar a germinação das sementes. Independentemente disso,

observa-se alta infestação de pulgões e cigarrinhas. Aguardam-se as chuvas previstas para a próxima semana para fazer a pulverização.

O boletim do Deral informa ainda que a colheita do feijão de 2ª safra iniciou de forma tímida. Apenas 1% dos 332 mil hectares foram colhidos. A maioria das lavouras está formando as primeiras vagens. As chuvas registradas nos últimos dias beneficiaram a cultura, mas não corrigiram os problemas anteriores que prejudicaram o desenvolvimento ideal, com as plantas apresentando porte abaixo do esperado.

A colheita da batata de 2ª safra também avança, com 20% da área de 10,7 mil hectares já limpas. No entanto, os valores recebidos pelos produtores para a saca de 25 quilos não são positivos. O levantamento do Deral

aponta que em março os produtores receberam em média R\$ 30,22 pela saca. Em fevereiro o valor estava em R\$ 31,66, e em março do ano passado foram pagos R\$ 79,85.

Os dados sobre as condições das culturas a campo no Paraná mostram que várias frutas estão em fase de colheitas. São os casos de abacate, banana, goiaba e maracujá na região de Cianorte. A cana-de-açúcar está sendo beneficiada pelo clima e as perspectivas são boas para a colheita que começa em poucos dias.

O arroz irrigado na região Noroeste do Estado continua a ser colhido com boas perspectivas de produção. A frutificação do café está avançando, mas em algumas áreas já começa o período de maturação. As altas temperaturas dos últimos meses podem provocar o adiantamento do ciclo. (AENPR)

Brasil descarta 4 milhões de toneladas de resíduos têxteis por ano

Cerca de 4 milhões de toneladas de resíduos têxteis são descartados a cada ano pelos domicílios brasileiros. Só no ano passado, cada residência do país descartou em torno de 44 quilos de roupas e calçados.

O dado foi divulgado pela consultoria internacional S2F Partners, um hub de inteligência especializada em gestão de resíduos e economia circular.

“Ao contrário de outros segmentos que estão encaminhados no processo da coleta seletiva, o setor têxtil precisa incorporar alguma iniciativa nesse sentido”, diz Carlos Silva Filho, sócio da S2F Partners e membro do Con-

selho da Organização das Nações Unidas (ONU) para temas de resíduos.

Há ainda muitos desafios diante das características desse tipo de resíduo, como o tempo de decomposição de alguns tecidos, que podem levar de cinco a dez anos, e outros que podem demorar centenas de anos para se decompor”, explica.

Considerando o universo total de descartes, cada brasileiro jogou fora cerca de 382 quilos de materiais em 2023, sendo que a maior parte desses resíduos eram de fração orgânica (45,3%), seguido pelo de resíduos secos (33,6%). Os resíduos têxteis, couros e bor-

rachas representaram 5,6% desse total, somando cerca de 4,6 milhões de toneladas no ano.

Atualmente se estima que o setor têxtil seja responsável por entre 2% e 8% das emissões de gases de efeito estufa em todo o mundo e consoma cerca de 215 trilhões de litros de água de por ano, o que equivale a cerca de 86 milhões de piscinas olímpicas.

Segundo Silva Filho, a chamada fast fashion, que é a produção em larga escala de roupas com preços baixos e rápida rotatividade, está levando as pessoas a comprarem mais, mas usar por menos tempo, com um custo de US\$ 460 bilhões por ano.

“Quando se observa a quantidade de resíduo têxtil descartado nos lares, acende-se a luz vermelha de que é necessário pensar em ações prioritárias de sustentabilidade na linha de produção e no mundo da moda, agregando materiais e processos com mais possibilidades de estender a vida útil e viabilizar o reaproveitamento, mas também uma forma de consumir de forma mais consciente, assim como atuação do poder público de forma a regular o descarte correto desses materiais, sempre com a tentativa máxima de reutilização”, acrescentou o membro do conselho da ONU. (Agência Brasil)

Vendas da indústria paulista crescem 16,1% no primeiro bimestre

As vendas da indústria paulista cresceram 16,1% no primeiro bimestre de 2025 em comparação a igual período do ano passado. O resultado mostra uma inversão em relação aos primeiros bimestres de 2024, 2023, e 2022, quando as vendas, comparadas com o ano anterior, tiveram retração de 7,4%, 3,3% e 9,2%, respectivamente.

Nos dois primeiros meses deste ano, as horas trabalhadas na indústria paulista aumentaram 3,8% em comparação com o acumulado de janeiro e fevereiro de 2024; e os salários reais médios tiveram redução de 0,7% no período. Os dados, divulgados na terça-feira (1º), são da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

No acumulado em 12 meses,

de março de 2024 a fevereiro de 2025, as vendas da indústria tiveram alta de 4,3%, terceiro resultado seguido em alta. O indicador de horas trabalhadas na produção também registra avanço, de 2,6%. Os salários reais médios tiveram elevação de 0,7% no período.

Na comparação mês a mês, as vendas do setor industrial de São Paulo caíram 4,4% em fevereiro em comparação a janeiro. O resultado, segundo a Fiesp, atenuou a forte variação positiva do primeiro mês do ano, de 14,5%. Outros dois componentes da pesquisa também variaram negativamente no mês em comparação a janeiro: horas trabalhadas na produção (-0,2%) e salários reais médios (-0,1%). (Agência Brasil)

Declaração pré-preenchida completa do IR está disponível

Após duas semanas com informações parciais, a declaração pré-preenchida do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) está disponível com dados completos a partir da terça-feira (1º). O atraso ocorreu por causa da greve dos auditores-fiscais da Receita Federal.

Também a partir desta terça, está disponível a declaração pelo celular e pelo Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC). Alternativas ao programa gerador do Imposto de Renda, os dois recursos de preenchimento também atrasaram por causa da greve.

Além de acelerar o preenchimento da Declaração do Imposto de Renda, a versão pré-preenchida dá prioridade no recebimento da restituição.

Com todos os dados disponíveis, os contribuintes terão acesso automático às seguintes informações:

- Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (Dirf);
- Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias (Dimob);
- Declaração de Serviços Médicos e de Saúde (Dmed);
- Carnê-Leão Web.
- rendimentos isentos decorrentes de moléstia grave;
- códigos de juros;
- restituições recebidas no ano-calendário.
- saldos bancários;
- investimentos;
- imóveis adquiridos;
- doações realizadas no ano-calendário;
- criptoativos
- contas bancárias e ativos no exterior;
- contribuições para a previdência privada.

Na etapa inicial de entrega da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física 2025, a Receita fornecia a declaração pré-preen-

chida apenas com os dados da Dirf, da Dimob, da Dimed e do Carnê-Leão Web. Outros dados foram acrescentados nos últimos dias, mas a declaração pré-preenchida ainda não estava completa.

Declaração por celular

A declaração pelo celular é feita por meio do aplicativo do Meu Imposto de Renda, sem a necessidade de baixar o programa no computador. O site do e-CAC também foi atualizado para permitir o preenchimento e o envio on-line.

A Receita Federal pretende substituir o programa gerador da declaração (PGD), baixado nos computadores, pelo preenchimento on-line e por dispositivos móveis. No entanto, o Fisco ainda não forneceu uma data para a descontinuidade do PGD.

“A gente tem investido muito forte na solução do Meu Imposto de Renda. Em algum momento vamos acabar com o PGD em prol dessa solução online, que é mais segura”, afirmou o supervisor nacional do Imposto de Renda, José Carlos Fonseca, durante a apresentação das regras, no mês passado.

Prazo

O prazo de envio da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física 2025 começou em 17 de março e vai até 30 de maio, às 23h59min59s.

A Receita recomenda aos contribuintes que tenham toda a documentação em mãos para comparar com os dados fornecidos na pré-preenchida. Em caso de divergências, o contribuinte deve preencher as informações dos documentos.

A Receita Federal espera receber, neste ano, 46,2 milhões de declarações. O número representa alta de quase 7% em relação ao número de entregas em 2024. (Agência Brasil)

Caixa destina R\$ 50 milhões para florestas produtivas na Amazônia

Um acordo de cooperação técnica firmado na terça-feira (1º) pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) com a Caixa Econômica Federal vai disponibilizar R\$ 50 milhões para o Programa Nacional de Florestas Produtivas. O recurso será destinado à abertura de uma chamada pública para assistência técnica e extensão rural às famílias que atuam na cadeia produtiva agroalimentar sustentável.

Segundo o ministro Paulo Teixeira, do MDA, a ideia é capacitar as famílias produtoras de alimentos na Amazônia para recuperar a floresta com espécies produtivas e garantir sustentabilidade ambiental e econômica.

“Se você plantar açaí, cacau, dendê, cupuaçu, maracujá tem um resultado dez vezes melhor que o da soja. Se puder fazer florestas e reflorestar, a árvore de pé terá papel muito mais vantajoso economicamente do que a árvore cortada”, explicou.

De acordo com o ministro, também serão firmados acordos com universidades públicas para que mais agricultores e agricultoras familiares de assentamentos da reforma agrária e de territórios de povos e comunidades tradicionais possam já estar em processo de recuperação da cobertura verde de seus territórios até novembro deste ano, quando o Brasil vai receber a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças

climáticas (COP30).

“Nós não queremos chegar à COP30 e fazer uma promessa para o futuro, nós queremos fazer uma entrega”, reforçou.

O acordo faz parte da segunda série de editais do Programa Florestas Produtivas, lançado em julho de 2024 junto com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. A iniciativa é uma das frentes do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg), que traça a rota estratégica para a recuperação de 12 milhões de hectares de vegetação nativa até 2030.

Os recursos têm origem no Fundo Socioambiental Caixa (FSA CAIXA), criado em 2010 para apoiar projetos e investimen-

tos de caráter social e ambiental vinculados ao desenvolvimento sustentável.

Durante a cerimônia de assinatura do acordo, a Caixa Econômica firmou protocolo de intenções com o MMA para estruturar programas, projetos, ações e outras iniciativas de promoção de políticas ambientais e climáticas.

“As mudanças climáticas afetarão a toda a população, todas as políticas públicas todos os setores, por isso é preciso que nos unamos todos, setores econômicos, agentes financeiros, academia, sociedade para enfrentarmos esse desafio”, alertou a secretária executiva adjunta do MMA, Anna Flávia Franco. (Agência Brasil)



BRZ INFRA S.A.
 CNPJ/MF nº 44.493.514/0001-00
Demonstrações Financeiras

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais					
Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	1	1	59.242	22.225
Contas a receber e outros recebíveis	8	-	-	278.981	279.047
Estoques		-	-	12.819	8.936
Impostos e contribuições a recuperar		-	11	1.709	1.891
Adiantamentos a fornecedores		-	-	8.036	4.206
Despesas antecipadas		-	-	2.806	761
Total do ativo circulante		1	12	363.593	317.066
Não circulante					
Contas a receber e outros recebíveis	8	1.685	91	15.915	43.368
Permanente		-	-	-	-
Investimentos	9	427.893	425.934	-	-
Imobilizado	10	-	-	61.970	89.878
Intangível	11	-	-	43.661	72.052
Total do ativo não circulante		429.578	426.025	121.546	205.298
Total do ativo		429.579	426.037	485.139	522.364

Demonstração da mutação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 - Em milhares de reais						
Saldo em 01 de janeiro de 2022	Capital		Reservas		Resultado do exercício	Total do patrimônio líquido
	Subscrito	Legal	Lucros			
Resultado do exercício	-	-	-	-	8.656	8.656
Constituição de reservas	-	-	433	8.223	(8.656)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	312.190	1.510	28.699	-	1.907	342.398
Resultado do exercício	-	-	-	-	1.907	1.907
Constituição de reservas	-	-	95	1.812	(1.907)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	312.190	1.605	30.510	-	429.579	644.305

Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e de 2023					
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma					
1 Contexto Operacional: A BRZ Infra S.A. é uma sociedade anônima, constituída no dia 19 de novembro de 2021, com sede localizada na Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, 1493, Edifício Berrini 1511, 6º andar, conjuntos 61 e 62, sala 02, Cidade Monções, CEP 04571-011, São Paulo - SP. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, comerciais, civis e concessionárias de serviços públicos, como sócia, acionista ou quotista, bem como prestação de serviços de assessoria e consultoria empresarial, administrativa e/ou financeira.	9 Investimentos				
Controladas / Coligadas					
Dreen Engenharia S.A.	Brasil	Direito	100,00%		
Engibras Engenharia S.A.	Brasil	Direito	100,00%		
Eneplan Engenharia S.A.	Brasil	Direito	100,00%		

2 Base de Preparação: a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 05 de março de 2025. **b) Consolidação e investimentos em controladas:** As demonstrações contábeis consolidadas compreendem a Sociedade e as suas controladas foram preparadas de acordo com os seguintes principais critérios: (i) eliminação dos saldos entre as empresas objeto da consolidação; (ii) eliminação dos investimentos entre as empresas consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida; (iii) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e (iv) cálculo de participação de acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado consolidado, quando relevante. Diferenças de práticas contábeis entre as controladas e a controladora, quando aplicável, são ajustadas às práticas contábeis da controladora, para fins de consolidação. O Grupo controla uma investida quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder na investida. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis da consolidada a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da Controladora, as informações contábeis da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: Estas informações anuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de Estimativas e Julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: "Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos." "Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)." "Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis)." A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

5 Base de Mensuração: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico.

6 Principais Políticas Contábeis: As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações anuais. **a) Imposto de renda e contribuição social - (I) Imposto diferido:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **b) Imobilizado:** Demonstrado ao custo e combinado com os seguintes aspectos: "Imobilizado: depreciação de bens do imobilizado, calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 10, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens. **c) Capital social - Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

7 Caixa e Equivalentes de Caixa	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e bancos	1	1	625	22.225
Aplicações financeiras	-	-	58.617	-
	1	1	59.242	22.225

8 Contas a Receber e Outros Recebíveis	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Cientes Público / Misto	-	-	103.732	99.833
Partes relacionadas - operações mensais	1.685	91	191.164	222.582
	1.685	91	294.896	322.415

Circulante	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Não circulante	1.685	91	15.915	43.368

Composição da Diretoria	
Diretora Presidente - Elaine Cristina Ferreira	Diretor - Felipe Soares Verdi

Aos Administradores e Acionistas da BRZ Infra S.A. e empresas consolidadas - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da BRZ Infra S.A. ("Companhia"), individuais e consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BRZ Infra S.A., em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livre de distorção relevante, independentemen-

Demonstrações do Resultado em 31 de dezembro de 2024 e 2023				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	-	-	494.747	441.394
Custo dos serviços prestados	-	-	(441.277)	(387.657)
Lucro (prejuízo) bruto	-	-	53.470	53.737
Despesas operacionais				
Administrativas e gerais	(52)	(52)	(35.655)	(33.723)
Outras receitas (despesas) líquidas	-	-	595	(2.477)
	(52)	(52)	(35.060)	(36.200)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	(52)	(52)	18.410	17.537
Receitas financeiras	1	52	1.440	1.600
Despesas financeiras	(1)	-	(13.700)	(10.457)
	-	52	(12.260)	(8.857)
Despesa financeira líquida	-	-	-	-
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial	1.959	8.666	-	-
Resultado antes dos impostos	1.907	8.666	6.150	8.680
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	(10)	(4.243)	(24)
Resultado do exercício	1.907	8.656	1.907	8.656
Resultado atribuível aos:				
Acionistas controladores	1.907	8.656	1.907	8.656
Acionistas não controladores	-	-	-	-
Resultado do exercício	1.907	8.656	1.907	8.656

Demonstrações do resultado abrangentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado do exercício antes da participação dos acionistas não controladores	1.907	8.656	1.907	8.656
Resultado abrangente total	1.907	8.656	1.907	8.656
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	1.907	8.656	1.907	8.656
Acionistas não controladores	-	-	-	-
Resultado abrangente total	1.907	8.656	1.907	8.656

Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2024 e 2023				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais	1.907	8.656	1.907	8.656
Resultado do exercício	-	-	33.635	6.031
Depreciação e amortização	(1.959)	(8.666)	-	-
Resultado da equivalência patrimonial	(52)	(10)	35.542	14.687
Aumento (Diminuição) em ativos operacionais	(1.594)	951	27.519	(21.754)
Contas a receber e outros recebíveis	-	-	(3.883)	(2.864)
Estoques	-	-	182	(1.510)
Impostos e contribuições a recuperar	11	(11)	643	5.972
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-
Despesas antecipadas	-	-	-	-
Aumento (Diminuição) em passivos operacionais	(1)	4	(28.404)	64.566
Fornecedores e outras contas a pagar	(1)	4	7.134	11.098
Provisões e encargos trabalhistas	(8)	8	4.344	(4.287)
Obrigações fiscais	-	(46)	(161)	300
Provisão para contingências	-	-	804	(2.742)
Adiantamento de cliente	-	-	-	-
Caixa líquido das atividades operacionais	(1.644)	896	37.202	64.109
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	-	-	(5.727)	(76.435)
Imobilizado	-	-	28.391	(15.780)
Intangível	-	-	-	-
Aumento de Capital	-	(83.354)	-	-
Caixa líquido das atividades investimentos	-	(83.354)	22.664	(92.215)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	1.644	82.407	(22.849)	29.490
Empréstimos e financiamentos	1.644	82.407	(22.849)	29.490
Caixa líquido das atividades investimentos	1.644	82.407	(22.849)	29.490
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	(51)	37.017	1.384	1.384
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1	52	22.225	20.841
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1	1	59.242	22.225

retoria é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de treinamento e procedimentos de gestão busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no quais todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. **Riscos de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo. **Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Contas a receber e outros créditos	1.685	91	294.896	322.415
Caixa e equivalentes de caixa	1	1	59.242	22.225
Saldo em 31 de dezembro	1.686	92	354.138	344.640

Contas a receber e outros recebíveis: A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente e das características do empreendimento negociado. A Companhia analisa novos e atuais clientes através de revisões periódicas que inclui informações de empresas de crédito (quando disponíveis), referências bancárias, documentações de cadastro e histórico do cliente. A gestão de risco entende que não há limite para aprovação de crédito em função da alta garantia do negócio que são os imóveis. **Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia e empresas consolidadas detinham caixa e equivalentes de caixa de R\$ 59.242 em 31 de dezembro de 2024, os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras consideradas pelo mercado como de primeira linha. **Garantias:** A política da Companhia é fornecer garantias financeiras somente para garantia de empréstimos e financiamentos captados para investimento em negócios relacionados à atividade desta Companhia e de pessoas ligadas. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Companhia monitora as exigências de fluxo de caixa. Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista e/ou recebíveis de curto prazo suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de curto prazo, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco de taxa de juros:** A Companhia adota uma política de análise de sua exposição a mudanças na taxa de juros sobre empréstimos.

Gerenciamento do capital: A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido. **17 Outras Informações:** Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação às respectivas datas de pagamento ou de entrega das declarações. **18 Eventos Subsequentes:** A administração considerou todos os fatos e eventos que ocorreram entre a data das demonstrações e a data da sua autorização para conclusão não havendo eventos que requeiram ajustes em suas demonstrações contábeis.

Em quantidade de ações		Valor	
2024		2024	
	312.190.128		312.190.128
	312.190.128		312.190.128

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas	
te se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria esteja realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude	

Contador	
Approach Auditores Independentes S/S	Leandro Antônio Marini Pires
CRC 2SP023119/O-0	Sócio - Diretor
	Contador CRC 1SP185232/O-3

Relatório dos EUA critica Brasil às vésperas de novo tarifaço de Trump

Relatório divulgado na segunda-feira (31) por escritório ligado ao governo dos Estados Unidos (EUA) faz críticas ao modelo de tarifas que o Brasil impõe às importações.

O texto critica tarifas brasileiras sobre etanol, filmes estadunidenses, bebidas alcoólicas, produtos de telecomunicações, máquinas e equipamentos e carne suína, além de reclamar da preferência dada pela legislação e normas do Brasil aos produtores nacionais.

O documento deve servir de base ao novo tarifaço que o presidente dos EUA, Donald Trump, prometeu anunciar nesta quarta-feira (2). Trump afirmou que vai impor "tarifas recíprocas" com a taxação de produtos de todos os países que cobrem impostos para importação de bens e produtos estadunidenses. O chefe da Casa Branca tem chamado o novo tarifaço de "Dia da Libertação".

→ **continuação**

nais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão sobre riscos prováveis é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Os riscos classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, sendo apenas divulgados, e os classificações como remotos não requerem provisão nem divulgação. **3.14. Demonstração do valor adicionado:** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação complementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS. A Demonstração do Valor Adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta de vendas, incluindo os tributos incidentes sobre as mesmas, as outras receitas e os efeitos da provisão para perda esperada para risco de crédito), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, com os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **3.15. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. A compra de ações do capital pela própria Companhia (ações em tesouraria), são registradas pelo valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquido do imposto de renda, e como redutora do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou fidejussórias. Quando essas ações forem, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. **3.16. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras quando proposto pela Administração da Companhia e posteriormente aprovado através de Assembleias Gerais Ordinárias ou Extraordinárias, se for o caso. Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendo obrigatório 25% (vinte e cinco por

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Almeida Junior Shopping Centers S.A.

cento) do saldo do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das S.A. Sempre que o montante do dividendo ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Administração da Companhia poderá propor e a Assembleia Geral poderá aprovar a destinação do excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. **3.17. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 16: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 16, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras). O IFRS 16 introduziu novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais específicos. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operação, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Não se espera que a norma tenha impacto nas Demonstrações Financeiras da Companhia. **Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICGP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial:** Em setembro de

2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à interpretação Técnica ICGP 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atual vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICGP 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflete as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor representa a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa de taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham impacto nas Demonstrações Financeiras da Companhia. **3.18. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** As seguintes normas aplicadas pela primeira vez em 2024 não tiveram impacto significativo na preparação das demonstrações financeiras da Companhia. **Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7:** As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

Contador

Marcelo Monteiro - CRC-SP: 218864/O

Os diretores da Almeida Junior Shopping Centers S.A., declaram, nos termos do art. 25 da Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009 que: (i) revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e; (ii) revisaram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Aceitamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2025. As

demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço www.endergojournal.com. O relatório relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 26 de fevereiro de 2025.

ERNST & YOUNG
Audidores Independentes S.S.
 CRC-25P034519/O-6

Roberto Martorelli
 Contador CRC-RJ106103/O

Shape the future with confidence

Aos Acionistas e Diretores da Almeida Junior Shopping Centers S.A. - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Almeida Junior Shopping Centers S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Almeida Junior Shopping Centers S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1028157-10-2017.8.26.0001. (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Ariane de Fátima Alves Dias Paukakis Simon, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) MARIA CRISTINA DOS PEREIRA, CPF 131.976.938-17, ADRIANA CELIA DOS SANTOS PEREIRA, CPF 147.472.908-85 E ELAINE REGINA DOS SANTOS PEREIRA, CPF 152.776.228-96, coproprietárias do imóvel, que nos atos da referida ação, requerida por Antonio José Martins contra Sandra Regina Pereira, procedeu-se a penhora de 4,16% do imóvel de matrícula nº 18.930 do 17º CRJ/SP, quanto à parte da executada Sandra Regina Pereira. Em virtude de não ter sido as mesmas localizadas para a intimação pessoal, foi determinada a INTIMAÇÃO da penhora por edital. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 25 de novembro de 2024. N- 01 e 02

FREC Desenvolvimento Imobiliário Ltda

CNPJ/MF Nº 19.485.346/0001-55 - NIRE Nº 35.22812738-5

Ata da Reunião de Sócios Quotistas realizada em 01 de abril de 2025

Aos 01/04/2025, às 10 h., na sede, com a presença da totalidade. Mesa: Eduardo de Souza Ramos - Presidente. Renata Lane de Souza Ramos - Secretária. **Deliberações Unâni-les:** Tendo em vista estar o capital social excessivo em relação aos objetivos sociais da sociedade, os sócios quotistas decidem reduzi-lo, como de fato reduzido fica, no montante de R\$ 4.000.000,00, com o consequente cancelamento de 4.000.000 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, passando o capital social dos atuais R\$ 27.200.000,00, dividido em 27.200.000 quotas, de valor nominal R\$ 1,00 cada uma, para R\$ 23.200.000,00, dividido em 23.200.000 quotas, de valor nominal R\$ 1,00 cada uma. Nada mais. São Paulo/SP

IMARIBO S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ/MF: 76.486.463/0001-77 - NIRE: 4130001199-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
 Ficam convocados os Srs. Acionistas da **Imaribo S/A - Indústria e Comércio**, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - (AGOE) a ser realizada às 9h00, do dia 10/04/2024, na sede social da Companhia, localizada na Rua Alfred Nobel, 635, CIC, Curitiba/PR, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias:

- EM AGO:**
 (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social da companhia encerrado em 31/12/2024;
 (ii) Destinação do resultado do exercício de 2024;
 (iii) Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia;
 (iv) Fixar o montante da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da companhia;
EM AGE:
 (i) Aumento de Capital por Incorporação de Reservas;
 (ii) Assuntos Gerais

Curitiba, 25 de março de 2025.

Diretor Superintendente - Paulo Roberto Pizani

SEQUIOA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.

CNPJ/MF Nº 01.599.101/0001-93 - NIRE Nº 35.3.0050149-7

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA DE DEBENTURISTAS DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBENTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, DA SEQUIOA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.

Sequia Logística e Transportes S.A., sociedade anônima de capital aberto inscrita no CNPJ/MF nº 01.599.101/0001-93, na qualidade de emissora 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, com garantia adicional fidejussória, em série única, da Companhia, ("Emissora" e "Emissã" respectivamente), convoca os Srs. titulares das debêntures em circulação ("Debenturistas" para se reunirem em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), nos termos da Cláusula 9 e seguintes do *Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debentures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfica, com Garantia Adicional Fidejussória, por Distribuição Pública de Esforços Restritos, em Série Única, da Sequioa Logística e Transportes S.A.*, celebrado em 17 de novembro de 2021, entre a Companhia e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário"), conforme aditado ("Escritura de Emissão") a ser realizada em primeira convocação no dia 22 de abril de 2025, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma digital "Teams" ("Plataforma Digital"), nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), na sede da Emissora, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a alteração da Cláusula 7.1(d) da Escritura de Emissão, a fim de refletir a inclusão da possibilidade de contratação, pela Emissora, da BDO RCS Auditores Independentes – Sociedade Simples Limitada ou da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. para a realização da auditoria das demonstrações financeiras da Emissora; e (ii) Autorizar a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a celebrar todos os documentos e realizar os demais atos necessários para o cumprimento integral das deliberações constantes da assembleia geral. **Informações Gerais:** I. Local: A AGD será realizada de forma digital por meio da Plataforma Digital, com link de acesso a ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário aos Debenturistas habilitados para participar da Assembleia, conforme orientações contidas no item III abaixo. Nos termos da Resolução CVM 81, a AGD, ainda que de forma digital, será considerada realizada na sede da Companhia. **II. Documentos de Representação:** Nos termos do artigo 72, §1º, da Resolução CVM 81, o link de acesso será disponibilizado pelo Agente Fiduciário aos Debenturistas que encaminharem aos cuidados do Agente Fiduciário e da Emissora, nos seguintes endereços eletrônicos: af.assembleias@oliveiratrust.com.br e r@sequioalog.com.br, a cópia dos seguintes documentos para habilitação, além do extrato da conta das Debêntures em nome do respectivo Debenturista: (i) **se pessoa física:** (a) cópia do documento de identificação, reconhecido legalmente como tal, com foto recente e validade nacional, dentro do prazo de validade, caso aplicável; ou (b) no caso de ser representado por procurador, cópia do instrumento de mandato firmado com menos de 1 (um) ano, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do procurador; (ii) **se pessoa jurídica:** (a) atos constitutivos atualizados do Debenturista e do ato que investe (o(s) representante(s) de poderes bastantes para representação da pessoa jurídica, devidamente registrados nos órgãos competentes, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do(s) referido(s) representante(s); e (b) se for o caso, instrumento de mandato (procuração) devidamente outorgado na forma da lei e/ou dos atos constitutivos do Debenturista, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do procurador; e (iii) **se fundo de investimento:** cópia do regulamento vigente e consolidado do fundo, estatuto social ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata da eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração), bem como documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto recente e validade nacional. Para os fins dos documentos previstos nos subitens (ii) e (iii) acima, a Companhia acatará estatutos, contratos sociais e atas de órgãos sociais que elegeram os representantes do Debenturista pessoa jurídica, em certidão expedida pelo respectivo órgão de registro, atestando o registro do documento ou ato registrado. Os Debenturistas que tenham interesse em participar da AGD deverão observar as orientações, termos e condições previstos na Proposta da Administração. A Emissora não se responsabilizará por problemas operacionais e/ou de conexão que dificultem ou impossibilitem a participação dos Debenturistas na AGD (e.g., instabilidade na conexão do Debenturista com a internet ou incompatibilidade da Plataforma Digital com equipamento do Debenturista). A Companhia se reserva o direito de, antes e/ou durante a condução dos trabalhos da Assembleia, negociar com os Debenturistas os termos e/ou condições das matérias objeto de deliberação em AGD, de forma que, observado o quórum necessário, os Debenturistas presentes na Assembleia poderão deliberar e aprovar termos e condições diferentes daqueles previstos no Edital de Convocação, mantidos aqueles limitados às matérias da Ordem do Dia. Portanto, a Companhia ressalta a importância da participação da totalidade de todos os Debenturistas no convôca e/o convocado. A Companhia e o Agente Fiduciário permanecerão à disposição para prestar esclarecimentos aos Debenturistas no que diz respeito à presente convocação e à realização da AGD. Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. A Emissora permanece à disposição para prestar esclarecimentos dos Debenturistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia Geral. Barueri/SP, 01 de abril de 2025.

SEQUIOA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.

Inteva Products Sistemas e Componentes Automotivos do Brasil Ltda.

CNPJ Nº 11.562.572/0001-80 - NIRE 35.223.953.511

INSTRUMENTO PARTICULAR DE DISTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, **Inteva Products Netherlands B.V.**, sociedade constituída e existente de acordo com as leis dos Países Baixos, com sede em Siriusdreef 17, 2132 WT Hoofddorp, Países Baixos, inscrita no CNPJ 12.798.528/0001-37, neste ato representada por seu procurador, Sr. **Ivam Pimenta Passos**, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/SP 285.677 e CPF 311.963.108-66, residente e domiciliado na cidade de SP, SP, Brasil, com endereço comercial na Av. Nove de Julho, 3228, ç, 604, Jardim Paulista, CEP 01406-000; e **Inteva Products Holding Cooperatieve U.A.**, sociedade constituída e existente de acordo com as leis dos Países Baixos, com sua sede em Amsterdã, na Siriusdreef 17, 2132WT Hoofddorp, Países Baixos, CNPJ 32.388.073/0001-99, neste ato representada por seu procurador, Sr. **Ivam Pimenta Passos**, acima qualificado; Únicas sócias da **Inteva Products Sistemas e Componentes Automotivos do Brasil Ltda.**, sociedade limitada, com sede na Av. Nove de Julho, 3228, sala 604, parte, Jardim Paulista, CEP 01406-000, na cidade de SP, SP, CNPJ 11.562.572/0001-80, com seus atos societários registrados perante a JUCESP - NIRE 35.223.953.511 (doravante denominada "Sociedade"). Resolvem, de mútuo e comum acordo, encerrar as atividades da Sociedade e tomar as seguintes deliberações, todas pela unanimidade das sócias da Sociedade, dispensando-se as formalidades de convocação e realização de reunião de sócias, nos termos do disposto no §3º do artigo 1.072 da Lei 10.406/02 ("Código Civil"): 1. **Dissolução da Sociedade:** 1.1 Tendo em vista que as sócias não têm qualquer interesse no prosseguimento das atividades da Sociedade e consideram de todo conveniente a sua extinção, nos termos dos artigos 1.087 e 1.033; II, do Código Civil, resolvem aprovar a dissolução da Sociedade e sua consequente liquidação, extinção e distrato, suspendendo-se todas as atividades, com exceção daquelas destinadas exclusivamente à efetiva dissolução, liquidação e extinção da Sociedade. 1.2 Nomear para a função de liquidante da Sociedade o Sr. **Roberto Bittencourt Marcondes Rocha**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 23.762.454-0 SSP/SP, CPF 147.567.878-94, residente e domiciliado na cidade de SP, SP, na Rua Professor Eduardo Monteiro, 97, CEP 05614-120 ("Liquidante"), o qual, mediante a assinatura deste instrumento (i) declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a função de Liquidante em virtude de lei ou em virtude de condenação que vede, ainda que temporariamente, o exercício de tal função, e que não está incursado em qualquer delito que o impeça de exercer as atividades de cargo para o qual foi designado (2) toma posse de sua função neste ato e (3) fica autorizado a (i) representar a Sociedade e praticar todos os atos necessários à sua liquidação, nos termos do Código Civil; (ii) promover a comunicação e realizar a baixa de inscrições e registros federais, estaduais e municipais necessários em vista da dissolução e extinção da Sociedade, podendo constituir procuradores para esses fins; e (iii) praticar todos os atos necessários para implementação das deliberações tomadas neste instrumento. 1.3 Aprovar, sem qualquer ressalva, o Relatório de Liquidação que constitui o Anexo I a este instrumento ("Relatório do Liquidante"), contendo a prestação formal de contas apresentada pelo Liquidante, na forma do artigo 1.103, VIII do Código Civil. Em decorrência, a Sociedade outorga ao Liquidante a mais ampla, rasa, geral e irrevogável quitação, para nada mais reclamar ou repetir, a qualquer tempo ou a qualquer título, em relação ao Relatório do Liquidante. 1.4 Consignar que, de acordo com o Relatório do Liquidante, não existem passivos devidos pela Sociedade e que os ativos remanescentes são neste ato distribuídos às sócias, que sucedem a Sociedade em tais direitos de modo proporcional às suas participações no capital social. As sócias ficarão, ainda, na proporção de sua participação, responsáveis pelo ativo e passivo supervenientes da Sociedade, observado o disposto nos artigos 1.110 e 1.052 do Código Civil. 1.5 Nomear o Liquidante da Sociedade como responsável pela guarda dos livros societários e documentos de escrituração contábil da Sociedade pelos prazos legais. 1.6 Declarar encerrada a liquidação da Sociedade, consequentemente declarando a extinção da Sociedade, nos termos dos artigos 1.102 e seguintes do Código Civil, e determinando que o Liquidante proceda à averbação desta ata na JUCESP, na forma do disposto no artigo 1.109 do Código Civil, e providencie todas as baixas e cancelamentos pertinentes nos órgãos públicos onde a Sociedade esteja inscrita e/ou matriculada. E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente instrumento em única e eletrônica, em conjunto com as testemunhas abaixo assinadas. São Paulo, 28/02/2025. Sôcias: **Inteva Products Netherlands B.V.** - p.p.: Ivam Pimenta Passos; **Inteva Products Holding Cooperatieve U.A.** - p.p.: Ivam Pimenta Passos; Liquidante: **Roberto Bittencourt Marcondes Rocha**. JUCESP - 83.636/25-0 em 24/03/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1159270-34.2023.8.26.0100 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 20ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Raquel Machado Carleial de Andrade, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) BIANCA SILVA, CPF 24127071893, com endereço à Rua Padre Cristovao Valente, 53, Jardim Helena, CEP 08420-340, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Guilherme Augusto Ferretti Meireles, alegando em síntese: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

São Paulo Serviços Médicos de Anestesia Ltda

CNPJ 62.032.313/0001-89 - NIRE/SP 35.233.985.173

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam os sócios da Sociedade, com sede na Alameda Santos, 1787, com 1.01, São Paulo/SP, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada às 21h00 do dia 10/04/2025, em 1ª convocação, e às 21h30 do dia 10/04/2025, em 2ª convocação caso não ocorra instalação em 1ª convocação, ambas a serem realizadas por meio digital. Endereço digital: A Assembleia será realizada via plataforma Teams https://teams.microsoft.com/j/meetup-join?19%3ameeting_OTEx0DvzODkMT0VNiY00TU4LThNmNDZHh30ThkOTcy%40thread_v2.0?context=%7b%7c%2f10%2f%3a%2e21c0f64-a136-4802-876d-10c38e3c280%22%2f%220d0%2f%3a%27239d40ec-0f0e-495a-8583-209f63c95ac%22%7d. Solicitamos aos senhores sócios que verifiquem a compatibilidade da plataforma aplicativo com antecedência para evitar problemas de conexão no dia da Assembleia. **Deliberações:** A Assembleia será realizada para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Apreciação e aprovação do balanço de contas do exercício do ano de 2024. São Paulo, 01.04.2025. Dr. Leonardo Teixeira Domingues Duarte - Diretor Geral

GLPILON PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ: 10.783.175/0001-76 - NIRE: 35300367715

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em AGO, a ser realizar no dia 11.04.2025, às 14:30 horas, na sede social situada na Fazenda Santa Maria-Bairro São Francisco – CEP 18527-450, em Cerquillo – Estado de São Paulo a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Ordinária:** a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31.12.2024; b) Destinação do resultado do exercício. **Aviços:** Acham-se a disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Cia., os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei n.º 6.404/76, referentes ao exercício social passado. Cerquillo, 02.04.2025. **Valmir Pilon - Diretor Presidente.**

ALTA TRADE S/A

CNPJ n.º 93.171.249/0001-19

Convocação

Edital de convocação. Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 14 de abril de 2025, às 15:30 hs em primeira convocação com a presença de acionistas que representem no mínimo a maioria do capital com direito a voto, e em segunda às 16:30 hs, com qualquer número, na sede da companhia sito a Rua Thomaz Antonio Villani, nº 326, Bairro Vila Santa Maria, São Paulo/SP, da seguinte pauta: 1) Exame, discussão e aprovação do Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras referente ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2024; e 2) outros assuntos de interesse social.

O JORNAL CERTIFICA AS PUBLICAÇÕES LEGAIS COM PONTUALIDADE E TRANSPARÊNCIA, GARANTINDO A SEGURANÇA JURÍDICA. AFINAL, O JORNAL É LEGAL.

opec@jornalodiasp.com.br
 Rua Carlos Comenale, 263
 3º andar - Bela Vista
 CEP: 01332-030
www.jornalodiasp.com.br

João Carlos Mansur - Presidente do Conselho de Administração

TOTVS LARGE ENTERPRISE TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/MF nº 82.373.077/0001-71

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais, a TOTVS Large Enterprise Tecnologia S.A., submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil acompanhadas do relatório de auditoria emitido pelos auditores independentes. O desempenho financeiro operacional tem como principais destaques: (i) crescimento da margem líquida para 52,8%, impulsionado pelo resultado positivo das controladas, via equivalência patrimonial e aumento da receita líquida de vendas em 8,4%; (ii) maior investimento em Pesquisa e Desenvolvimento, sendo sua representação sobre a receita líquida da Companhia de 9,6% em 2024 (8,5% em 2023), reforçando o compromisso do grupo em inovar; (iii) aumento das despesas comerciais e marketing sobre a receita líquida para 26,7%, variando 400 pb em relação a 2023.

Balanços Patrimoniais – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2024	2023
Ativo Circulante		122.661	279.358
Caixa e equivalentes de caixa	6	67.647	212.274
Garantias de investimentos	15	4.951	5.094
Contas a receber de clientes	7	42.107	46.795
Tributos a recuperar	8	2.956	11.647
Outros ativos		5.000	3.548
Não Circulante		2.537.396	2.413.121
Ativo Realizável a Longo Prazo		86.751	84.837
Garantias de investimentos	15	30.572	31.451
Contas a receber de clientes	7	380	90
Créditos com empresas ligadas	10	12.429	19.698
Ativo fiscal diferido	9	38.148	27.171
Depósito judicial	16	1.887	3.546
Outros ativos		3.335	2.881
Investimentos Imobilizados	11	2.306.398	2.177.161
Intangível	12	143.206	150.281
Total do Ativo		2.660.057	2.692.479

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A TOTVS Large Enterprise Tecnologia S.A., (“TOTVS Large” ou “Companhia”), sediada na Avenida Braz Leme, 1.000 na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tem por objetivo prover soluções de negócio para empresas, através do desenvolvimento e comercialização de softwares de gestão, plataforma de produtividade e colaboração, bem como a prestação de serviços de assistência técnica, assessoria, treinamento e projetos de informatização.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras – 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. **2.2. Base de preparação e apresentação:** A divulgação das demonstrações financeiras que são apresentadas neste documento foram aprovadas na Reunião da Diretoria realizada em 25 de março de 2025. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. A Companhia não está apresentando as demonstrações financeiras consolidadas conforme CPC 36 (R3) pois sua controladora TOTVS S.A. disponibiliza as demonstrações financeiras consolidadas com todas as suas controladas. **2.3. Resumo das práticas contábeis materiais:** A seguir, apresentaremos um resumo das principais práticas contábeis materiais adotadas pela Companhia, deixando em evidência somente as informações consideradas relevantes pela Administração. **a) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia domiciliada no Brasil é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. As atualizações decorrentes de variação cambial das participações em controladas localizadas no exterior são reconhecidas em ajuste cumulativo de conversão para moeda estrangeira no patrimônio líquido. **b) Mensuração do valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação entre partes relacionadas no mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 – preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2 – inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3 – inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **c) Instrumentos financeiros:** A Companhia reconhece seus ativos e passivos financeiros pelo valor justo no reconhecimento inicial, com exceção do custo a receber que mensura ao preço de transação, e subsequentemente mensura ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado com base no modelo de negócio para gestão de seus ativos e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. **Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com modelo de negócio para gestão dos seus ativos financeiros, conforme alterações introduzidas pelo CPC 48 – instrumentos financeiros, sendo mensurados ao custo amortizado, representados por ativos e passivos financeiros cujo modelo de negócio da Companhia é manter os ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que, constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Nesta categoria a Companhia classifica, principalmente, “Contas a receber de clientes” e “Demais contas a receber”, além de “Fornecedores e outros passivos”. **Desreconhecimento:** Um ativo financeiro é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. **d) Contas a receber de clientes:** O custo a receber de clientes está apresentado a valores de realização vigentes na data das demonstrações financeiras. Os valores de custo a receber com vencimento posterior a um ano são descontados a valor presente. As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor nominal e deduzidas da provisão para perda esperada, a qual é constituída utilizando o histórico de perdas por faixa de vencimento, sendo considerada suficiente pela Companhia para cobrir eventuais perdas. **e) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças econômicas, operacionais e tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Para o ativo pago por obrigação de rentabilidade futura, o teste para perda por redução ao valor recuperável de ativo é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil (ver nota 13). **f) Investimentos:** Os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo e são consolidados nas demonstrações financeiras do Grupo. O controle sobre a investida é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. **g) Intangíveis e Ágio:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **Combinação de negócios e Ágio:** A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirida deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirida será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo são reconhecidas na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos (compra vantajosa), a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a estas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. **Pesquisa e desenvolvimento:** Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo reconhecido disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. A vida útil dos ativos de desenvolvimento é avaliada o período de retorno financeiro de cada projeto. Durante o período de desenvolvimento, o ativo é testado anualmente para redução do valor recuperável. Os gastos

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais)									
	Reservas de Lucros				Ajustes de avaliação patrimonial		Patrimônio Líquido		
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Subvenção de incentivos fiscais	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Outros resultados abrangentes	Outros resultados abrangentes	Patrimônio Líquido
	Nota	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Saldo em 1 de janeiro de 2023		2.010.000	48.804	19.339	138.154	17.828	27.818	2.261.943	6.051
Transação de capital com sócios			6.051					6.051	
Plano de outorga de ações			6.051					6.051	
Resultado abrangente total						(5.719)	92	(5.627)	92
Prejuízo líquido do exercício						(5.719)			92
Ajuste cumulativo de conversão para moeda estrangeira									92
Absorção do prejuízo					(5.719)				
Saldo em 31 de dezembro de 2023		2.010.000	54.855	19.339	132.435	17.828	27.910	2.262.367	66.780
Transação de capital com sócios			115.000					115.000	
Aumento de capital	17	115.000						115.000	
Plano de outorga de ações	18		(9.265)					(9.265)	
Diluição de participação societária	17		(54)					(54)	
Dividendos	17					(38.901)		(38.901)	
Resultado abrangente total						163.792	2.153	165.945	
Lucro líquido do exercício						163.792		163.792	
Ajuste cumulativo de conversão para moeda estrangeira									2.153
Constituição de reservas									2.153
17				8.190	116.701		(124.891)		
Saldo em 31 de dezembro de 2024		2.125.000	45.536	27.529	249.136	17.828	30.063	2.495.092	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais)				Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2024	2023	Nota	2024	2023	2023
Receita líquida de software	19	310.257	286.184	Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Custo de software	20	(74.914)	(69.832)	Lucro antes da tributação do imposto de renda e contribuição social	192.070	15.798	
Lucro Bruto		235.343	216.352	Ajustes por:			
Receitas (Despesas) Operacionais				Depreciação e amortização	4.123	3.185	
Pesquisa e desenvolvimento	20	(29.661)	(24.582)	Pagamento baseado em ações	(9.265)	6.051	
Despesas comerciais e marketing	20	(82.850)	(65.074)	Perda (ganho) na baixa/ venda de ativo imobilizado e intangível		5.186	(285)
Provisão para perda esperada	20	(6.182)	(2.143)	Provisão para perda esperada		6.182	2.143
Despesas gerais e administrativas	20	(9.749)	(7.537)	Equivalência patrimonial	11	(66.821)	90.163
Outras receitas/ (despesas) operacionais líquidas	20	14.845	1.794	(Reversão) provisão para contingências	16	251	(880)
Lucro antes dos efeitos financeiros, equivalentes patrimoniais e tributos sobre o lucro		121.746	118.810	Juros e variações cambiais e monetárias, líquidos		11.382	29.299
Receitas financeiras	21	13.618	26.813	Variação em ativos e passivos operacionais			
Despesas financeiras	21	(10.115)	(39.662)	Contas a receber de clientes	(1.784)	(12.561)	
Resultado da equivalência patrimonial	11	66.821	(90.163)	Impostos a recuperar	199	(199)	
Lucro antes tributação do imposto de renda e contribuição social		192.070	15.798	Depósitos judiciais	568	(121)	
Imposto de renda e contribuição social corrente	9	(39.254)	(31.416)	Outros ativos	(1.906)	(3.804)	
Imposto de renda e contribuição social diferido	9	10.976	9.899	Obrigações sociais e trabalhistas	8.044	20.475	
Total do imposto de renda e contribuição social		(28.278)	(21.517)	Fornecedores	825	24	
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		163.792	(5.719)	Demais passivos	(5.220)	1.762	
(i) As demonstrações de resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram ajustadas para melhor comparabilidade conforme mencionado na nota 2.4.				Caixa gerado nas operações	126.654	150.919	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				Juros pagos		(44)	
				Imposto de renda e contribuição social pagos	(30.314)	(21.465)	
Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais)		2024	2023	Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	96.340	129.410	
		163.792	(5.719)	Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		163.792	(5.719)	Aumento de capital em controladas/coligadas	11	(97.944)	(6.702)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício				Dividendos recebidos		9.488	8.662
Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira		2.153	92	Pagamento pela aquisição de ativos imobilizados e intangíveis		(2.648)	(5.165)
Outros resultados abrangentes		2.153	92	Incorporação de controlada			1.448
Resultado abrangente do exercício		165.945	(5.627)	Pagamento por aquisição de controlada			(9.479)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				Pagamento de obrigações por aquisição de investimentos		(258.880)	(5.976)
				Valor da venda de ativos imobilizados		214	348
nível de julgamento e complexidade para as demonstrações financeiras da Companhia na nota 7; (ii) Provisão para perdas esperadas do contas a receber – divulgadas na nota 7; (iii) Valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ágio – detalhadas na nota 13; (iv) Provisão para contingências – nota 16; (v) Ativo fiscal diferido – nota 9; (vi) Receita de serviços não recorrentes – nota 19. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. Maiores informações sobre estimativas e premissas aplicadas nos itens comentados acima estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.				Empréstimos concedidos		(15.000)	
4. Reestruturações societárias – 4.1 Exercício da opção de compra das ações da subsidiária RD Station: Em 7 de maio de 2024, a Companhia exerceu a opção de compra de 100% da participação societária detida pelos acionistas fundadores da subsidiária RD Station, correspondente a 337.981 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no montante de R\$258.880.				Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(349.770)	(31.864)	
5. Instrumentos financeiros dos ativos e passivos financeiros – 5.1. Análise dos instrumentos financeiros: É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:				Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
				Pagamento das parcelas de arrendamento mercantil			(369)
				Crédito com empresas ligadas		(6.197)	(5)
				Integralização de capital social		115.000	
				Dividendos e juros sobre capital próprio pagos			(17.466)
				Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	108.803	(17.840)	
				Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(144.627)	79.706	
				Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	212.274	132.568	
				Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	67.647	212.274	
				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
				A Companhia utiliza uma matriz de provisão baseada nas taxas de perda histórica observadas pelo Grupo para calcular a perda de crédito esperada.			
					2024	2023	
				Saldo no início do exercício	5.120	6.229	
				Complemento de provisão no exercício	6.182	2.143	
				Baixa de provisão por perdas	(3.817)	(3.497)	
				Incorporação de controlada		245	
				Saldo no final do exercício	7.485	5.120	
				8. Tributos a recuperar – A seguir apresentamos os montantes de tributos a recuperar para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:			
					2024	2023	
				PIS a compensar		1.551	
				COFINS a compensar		7.154	
				INSS a compensar	2.956	2.743	
				Outros		199	
					2.956	11.647	
				Ativo circulante	2.956	11.647	
				9. Tributos sobre o Lucro – O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, foram computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social, respectivamente, bem como diferenças temporárias.			
				9.1. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada a seguir:			
					2024	2023	
				Lucro antes da tributação	192.070	15.798	
				Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal combinada de 34%	(65.304)	(5.371)	
				Ajustes para a demonstração da taxa efetiva:			
				Equivalência patrimonial	34.106	(19.552)	
				Lei 11.196/05 – Incentivo à P&D (i)	2.698	2.678	
				PAT (Programa de Alimentação ao Trabalhador)	530	989	
				Outros	(308)	286	
				Despesa de imposto de renda e contribuição social	(28.278)	(21.517)	
				Imposto de renda e contribuição social correntes	(39.254)	(31.416)	
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.976	9.899	
				Taxa efetiva	14,7%	136,2%	
				(i) A legislação tributária brasileira prevê um mecanismo de fomento ao desenvolvimento tecnológico do país, que concede incentivos fiscais às empresas que desenvolvem atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) de inovação tecnológica.			
				9.2. Composição do imposto de renda e contribuição social:			
					2024	2023	
				Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social		</	



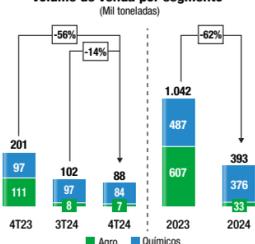
UNIGEL PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ/MF Nº 05.303.439/0001-07 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 2024

São Paulo, 31 de março de 2025 - A Unigel Participações S.A. ("Companhia") anuncia hoje os resultados do exercício de 2024. As demonstrações financeiras a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas em reais, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações operacionais e financeiras incluídas nesta divulgação de resultados estão sujeitas a arredondamentos e, como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas e gráficos podem diferir da agregação numérica direta dos valores que as precedem. Adicionalmente, os valores destacados em dólares foram convertidos utilizando as taxas médias de cada mês para as demonstrações de resultados e de fluxo de caixa e utilizando a taxa de fim do exercício para as informações do balanço patrimonial. As comparações realizadas neste relatório levam em consideração o quarto trimestre de 2024 ("4T24"), o quarto trimestre de 2023 ("4T23") e o terceiro trimestre de 2024 ("3T24"), bem como o acumulado de doze meses de 2024 ("2024") e de 2023 ("2023").

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

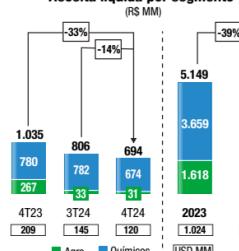
CONTEXTO OPERACIONAL
 O ano de 2024 foi marcado pelo redimensionamento das operações da Unigel, executada ainda no primeiro semestre de 2024 com intuito de focar recursos nas operações que apresentaram margens positivas. Combinado a isso, atuamos ativamente na busca por oportunidades de redução dos gastos com unidades que foram paralisadas em função da redução dos spreads internacionais que inviabilizaram exportações de determinados produtos. Nesse contexto, no segmento Químicos todas as plantas relacionadas aos produtos de Estrênicos permaneceram em operação normal, suportadas por margens positivas, mesmo que ainda abaixo de níveis históricos. Nas plantas de Acrílicos, o cianeto de sódio manteve performance positiva, permitindo maximização das operações no período. Por outro lado, as plantas de acrilonitrila e de metacrilatos permaneceram paralisadas desde abril de 2024 em função da inviabilidade econômica de exportações, principal destino desses produtos. As plantas do segmento Agro, que se referem exclusivamente às plantas arrendadas da Petrobras, permaneceram hibernadas desde dezembro de 2023, enquanto são negociadas novas soluções para os contratos de gás natural e/ou contratos de arrendamento.

Volume de venda por segmento¹
 (Mil toneladas)

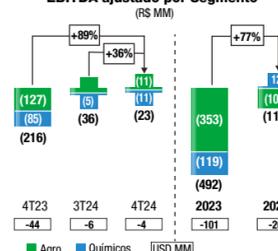


Neste contexto, a receita líquida consolidada da Unigel totalizou R\$ 3,15 bilhões em 2024, redução de 39% na comparação com mesmo período do ano anterior, em função principalmente da paralisação das operações do segmento Agro, que resultou da redução de 92% na receita líquida do segmento. Na comparação com 3T24, quando as operações já estavam redimensionadas, a receita líquida consolidada apresentou retração de 14%, principalmente em função de redução de 14% na receita de estrênicos, explicada pelo menor período de vendas em função dos feriados de fim de ano.

Receita líquida por segmento¹
 (R\$ MM)



EBITDA ajustado por Segmento¹
 (R\$ MM)



O EBITDA Ajustado consolidado da Companhia totalizou um prejuízo de R\$ 111 milhões em 2024, explicado principalmente pelos gastos remanescentes relacionadas às plantas do segmento Agro, que totalizaram um prejuízo de R\$ 108 milhões no mesmo período. No segmento Químicos, o EBITDA Ajustado totalizou um resultado positivo de R\$ 12 milhões, com uma contribuição positiva do negócio de Estrênicos de R\$ 69 milhões, contraposto pelo resultado negativo do negócio de Acrílicos, em R\$ 56 milhões, principalmente em função das despesas fixas relacionadas às plantas hibernadas. No trimestre, o EBITDA Ajustado consolidado totalizou uma perda de R\$ 23 milhões, principalmente explicado pelas perdas de R\$ 11 milhões no negócio Agro e de R\$ 12 milhões no negócio de Acrílicos. Olhando adiante, prevemos um ambiente ainda muito desafiador para 2025 e 2026. Para o negócio de Estrênicos, pressão sobre os spreads internacionais, causada pela sobre oferta de produtos chineses, combinado com uma competição mais intensa no mercado local, impedem a retomada da margem para patamares históricos. Em Acrílicos, entre janeiro e fevereiro de 2025 observou-se uma abrupta queda no spread de acrilonitrila, que coloca em dúvida a retomada dessa operação que estava prevista para 2026. Por fim, no segmento Agro, esperamos concluir as negociações com a Petrobras, eliminando as despesas relacionadas às plantas hibernadas.

VENDA DA OPERAÇÃO DE CHAPAS ACRÍLICAS NO MÉXICO
 A Companhia concluiu a venda da Plastigas de México S.A. de C.V. por US\$ 105 milhões em junho de 2024. O valor de venda foi ajustado por: (i) caixa da operação; (ii) diferença entre o capital de giro entre o e capital de giro considerado ideal para a operação; (iii) dívidas financeiras da operação; e (iv) parcela retidas em garantia de forma contingencial. Dessa forma o valor líquido recebido pelo grupo na transação foi de US\$ 85 milhões. Os recursos líquidos da venda serão utilizados para reforçar o capital de giro do Grupo.

PLANO DE RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL
 Em 30 de janeiro de 2025, o Unigel concluiu o processo de recuperação extrajudicial iniciado em 20 de fevereiro de 2024, com a apresentação de planos de recuperação extrajudicial, conforme adotados nos "Planos de RE", perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. O fechamento da operação ocorreu após a conversão de R\$ 5,1 bilhões da dívida antiga em novos instrumentos financeiros, que possibilitou desalavancagem de cerca de 50% para a Unigel. Adicionalmente, a maior parte dos US\$ 100 milhões captados, após as devidas retenções (backstop fee), juntos aos credores que elegeram opção A nos Planos de RE ("Credores Opção A") será destinada para conclusão da construção da planta de Ácido Sulfúrico, redimensionamento do capital de giro e fortalecimento do caixa da Companhia. A implementação dos Planos de RE representa também uma nova etapa na governança da Unigel, sendo que Credores Opção A passam a deter 50% da participação acionária da Companhia. A implementação dos Planos de RE representa também uma nova etapa na governança da Unigel, sendo que Credores Opção A passam a deter 50% da participação acionária da Companhia. A composição do Conselho de Administração passa a contar com 7 membros, sendo três indicados da Cigel Participações S.A., três indicados dos Credores Opção A e um membro independente eleito em conjunto pelos credores e pela Cigel Participações S.A. Ainda no âmbito da reestruturação, Roberto Noronha Santos passa a ocupar uma das vagas no conselho e Dario Gaeta foi nomeado como Diretor Presidente a partir desta data.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
 (Em milhares de reais)

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	65	244	182.160	165.836
Contas a receber de clientes	-	-	129.720	148.065
Estoques	-	-	647.234	640.125
Ativo fiscal corrente	61	2.531	263.537	270.232
Adiantamentos a fornecedores	48	12	55.168	20.980
Créditos contratuais	-	-	15.099	66.566
Outros ativos	581	1.786	42.855	37.491
Total do ativo circulante	755	4.573	1.335.773	1.349.295
Ativos mantidos para venda	-	-	-	387.218
Total do ativo circulante e mantidos para venda	755	4.573	1.335.773	1.736.513
Não circulante				
Conta corrente com partes relacionadas	4.020	2.170	1.650	700
Ativo fiscal corrente	-	9	208.842	293.872
Impostos diferidos	-	-	839.245	858.520
Depósitos judiciais	24	47	14.250	13.132
Créditos contratuais	-	-	3.359	3.359
Reembolsos por cobrar de contingências	-	-	14.907	18.917
Outros ativos	50.519	-	110.265	47.434
Investimentos	887.426	1.588.203	-	-
Imobilizado	2.772	3.647	2.227.844	2.102.527
Direito de uso	15.452	23.085	168.955	241.511
Intangível	3.077	4.313	16.316	20.170
Total do ativo não circulante	963.290	1.621.474	3.605.633	3.600.142
Total do ativo	964.045	1.626.047	4.941.406	5.336.655

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOVA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cargo	Nome	Indicação	Início Mandato	Prazo Mandato
Presidente do Conselho	Daniel Zilberknop	Conjunta	30/01/2025	2 anos
Membro do Conselho	Marc Buckingham Szezynger	Cigel	30/01/2025	2 anos
Membro do Conselho	Roberto Noronha Santos	Cigel	30/01/2025	2 anos
Membro do Conselho	Pedro Wongtschowski	Cigel	30/01/2025	2 anos
Membro do Conselho	Fabio de Barros Pinheiro	Credores	30/01/2025	2 anos
Membro do Conselho	Kofi William Bentsi-Enchill	Credores	30/01/2025	2 anos
Membro do Conselho	Gregorio Mario Charnas	Credores	30/01/2025	2 anos

Importante ressaltar que, em função da data do fechamento da operação, os números das demonstrações financeiras auditadas do exercício de 2024 não refletem qualquer impacto da implementação do plano concluído em 30 de janeiro de 2025. Os Planos RE estão disponíveis na íntegra no site da Unigel em <https://ri.unigel.com.br/plano-de-reestruturacao/>.

RESULTADO CONSOLIDADO

R\$ milhões	Δ (%) t/t	Trimestre			Acumulado			
		3T24	4T24	4T23	Δ (%) a/a	2024	2023	Δ (%) a/a
Receita bruta	-13%	957	835	1.185	-30%	3.710	5.811	-36%
Receita líquida	-14%	806	694	1.039	-33%	3.149	5.152	-39%
Custo do produto vendido	-15%	(853)	(723)	(1.256)	-42%	(3.278)	(5.694)	-42%
Lucro bruto	-36%	(47)	(30)	(217)	-86%	(129)	(542)	-76%
Margem Bruta	1,6p.p.	-5,9%	-4,3%	-20,9%	16,6p.p.	-4,1%	-10,5%	6,4p.p.
Despesas com vendas, gerais e adm. (SG&A)	13%	(38)	(43)	(72)	-40%	(206)	(276)	-25%
Outras receitas (despesas) operacionais	-586%	7	(34)	(804)	-96%	244	(807)	130%
Lucro operacional	37%	(78)	(107)	(1.093)	-90%	(91)	(1.625)	-94%
Resultado financeiro	736%	(114)	(953)	(210)	354%	(1.831)	(1.016)	80%
Imposto de renda e contribuição social	920%	10	102	23	343%	60	306	-80%
Resultado líquido	426%	(182)	(958)	(1.280)	-25%	(1.863)	(2.334)	-20%

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida da Unigel totalizou R\$ 3,15 bilhões em 2024, representando redução de 39% na comparação com 2023, explicado principalmente pela paralisação das plantas do segmento Agro, que resultaram na redução de 92% na receita líquida do segmento no mesmo período. Na comparação trimestral a receita líquida consolidada da Unigel totalizou R\$ 694 milhões no 4T24, representando reduções de 33% na comparação com 3T23, em função da paralisação do segmento Agro, e de 14% na comparação com 3T24, em função da redução de 16% na receita líquida de Estrênicos, explicado pelo período reduzido de vendas em função dos feriados de fim de ano.

CUSTO DO PRODUTO VENDIDO (CPV) E MARGEM BRUTA

Seguindo os movimentos de volume explicados anteriormente, o CPV da Unigel totalizou R\$ 3,28 bilhões em 2024, representando redução de 42% na comparação com mesmo período do ano anterior. No trimestre, o CPV totalizou R\$ 723 milhões, redução de 42% na comparação com 4T23 e de 15% na comparação com 3T24, também seguindo as movimentações da receita. Com isso, o prejuízo bruto consolidado da Unigel totalizou R\$ 30 milhões no 4T24, acumulando um prejuízo de R\$ 129 milhões em 2024, ainda explicado principalmente pelos gastos remanescentes com plantas hibernadas, especialmente do segmento Agro.

DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS ("SG&A")

As despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A) totalizaram uma despesa de R\$ 206 milhões em 2024, redução de 25% na comparação com mesmo período de 2023. No trimestre, o SG&A totalizou uma despesa de R\$ 43 milhões, representando uma redução de 40% na comparação 4T23 principalmente em função da venda da operação do México. Na comparação com 3T24, o aumento de 13%, ou R\$ 5 milhões, é explicado por provisões para contingências.

OUTRAS RECEITA (DESPESAS) OPERACIONAIS

Outras receitas operacionais totalizaram R\$ 244 milhões em 2024, explicado pelo resultado contábil da venda da operação de chapas acrílicas no México, comparado a um resultado negativo de R\$ 807 milhões em 2023, relacionado principalmente ao *impairment* das plantas do segmento Agro. No 4T24, outras despesas operacionais totalizaram uma despesa de R\$ 34 milhões, relacionado principalmente a *impairment* e venda de ativos.

EBITDA AJUSTADO

R\$ milhões	Δ (%) t/t	Trimestre			Acumulado			
		3T24	4T24	4T23	Δ (%) a/a	2024	2023	Δ (%) t/t
Resultado líquido	426%	(182)	(958)	(1.280)	-25%	(1.863)	(2.334)	-20%
Imposto de renda e contribuição social	920%	(10)	(102)	(23)	343%	(60)	(306)	-80%
Resultado financeiro	736%	114	953	210	354%	1.831	1.016	80%
Depreciação e amortização	-6%	47	44	75	-41%	191	293	-35%
EBITDA	100%	(32)	(64)	(1.018)	-94%	101	(1.331)	108%
Margem EBITDA	-5,3p.p.	-3,9%	-9,2%	-98,0%	88,8p.p.	3,2%	-25,8%	29,0p.p.
Resultado na venda de ativos e <i>impairment</i>	700%	(8)	48	790	-94%	(237)	792	-130%
Reestruturação / Indenizações	-275%	4	(7)	(20)	-65%	22	15	73%
Outros não-operacionais	0%	-	-	33	-100%	4	33	-100%
EBITDA Ajustado	-36%	(36)	(23)	(216)	-89%	(111)	(492)	-77%
Margem EBITDA Ajustado	1,2p.p.	-4,5%	-3,3%	-20,8%	17,5p.p.	-3,5%	-9,6%	6,0p.p.

O EBITDA Ajustado consolidado da Companhia totalizou uma perda de R\$ 23 milhões no 4T24, acumulando uma perda de R\$ 111 milhões em 2024. Os resultados negativos para os períodos ainda são explicados pelos gastos remanescentes das plantas do segmento Agro, que resultaram em EBITDA Ajustado negativo para o segmento de R\$ 11 milhões no 4T24 e de R\$ 108 milhões no acumulado de 2024. O EBITDA Ajustado do segmento Químicos totalizou R\$ 12 milhões em 2024, representando melhora significativa comparado ao mesmo período do ano anterior (quando apresentou resultado negativo de R\$ 119 milhões), suportado pela operação de Estrênicos que, embora ainda sofra com spreads abaixo dos níveis históricos, atingiu resultado positivo de R\$ 66 milhões em 2024. No trimestre, o EBITDA Ajustado do segmento Químicos totalizou uma perda de R\$ 11 milhões, principalmente em função do impacto de gastos fixos com plantas hibernadas do negócio de Acrílicos.

RESULTADO FINANCEIRO

Resultado consolidado	R\$ milhões	Δ (%) t/t	Trimestre			Acumulado		
			3T24	4T24	4T23	Δ (%) a/a	2024	2023
Receitas financeiras	-63%	19	7	1	600%	40	40	0%
Aplicações financeiras	-43%	7	4	4	0%	17	26	-35%
Juros ativos	-83%	12	2	(3)	167%	22	12	83%
Descontos obtidos	0%	0	0	1	-100%	1	2	-50%
Outras receitas financeiras	0%	0	0	0	0%	0	0	0%
Despesas financeiras	27%	(199)	(252)	(240)	5%	(873)	(629)	39%
Despesas de juros sobre financiamentos	13%	(186)	(210)	(122)	72%	(735)	(427)	72%
Juros sobre passivos de arrendamento	25%	(8)	(10)	(10)	0%	(36)	(36)	0%
Impostos e despesas bancárias	100%	(4)	(8)	(27)	-70%	(21)	(51)	-59%
Juros passivos	-100%	(0)	(18)	(80)	-78%	(72)	(107)	-33%
Outras despesas	500%	(1)	(6)	(2)	200%	(8)	(8)	0%
Resultado financeiro antes da variação cambial e derivativos	36%	(180)	(245)	(239)	3%	(833)	(589)	41%
Variação cambial e derivativos	-1.189%	65	(708)	29	-2.541%	(998)	(427)	134%
Resultado financeiro líquido	736%	(114)	(953)	(210)	354%	(1.831)	(1.016)	80%

O resultado financeiro antes da variação cambial e derivativos totalizou uma despesa de R\$ 833 milhões em 2024, um crescimento de 41% em comparação com mesmo período do ano anterior, explicado principalmente por um aumento nas despesas de juros sobre financiamentos, em função de (i) efeito de capitalização de juros para investimentos (Capex) realizada até 2023, mas sem efeitos para 2024 em razão da paralisação dos projetos; (ii) captações de dívidas realizadas ao longo de 2023 e; (iii) provisões de despesas com juros e encargos de linhas de crédito vencidas.

FLUXO DE CAIXA

Fluxo de Caixa Operacional - Gerencial	R\$ milhões	Δ (%) t/t	Trimestre			Acumulado		
			3T24	4T24	4T23	Δ (%) a/a	2024	2023
EBITDA Ajustado	-36%	(36)	(23)	(216)	-89%	(111)	(492)	-77%
Itens não-recorrentes e/ou não-caixa	308%	(12)	25	17	47%	17	(5)	440%
EBITDA "Caixa"	104%	(48)	2	(199)	101%	(94)	(497)	-81%
Variação de capital de giro (1)	207%	14	43	205	-79%	(167)	287	-158%
Resultado financeiro (caixa) (2)	-63%	(128)	(47)	111	-142%	27	52	-48%
Geração de caixa operacional</								



continuação...

UNIGEL PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ/MF Nº 05.303.439/0001-07

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)			
	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Receitas	-	-	3.980.426
Vendas de mercadorias e produtos	-	-	3.677.471
Outras receitas	-	-	309.534
Reversão (perdas) estimadas com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(6.579)
Insuamos adquiridos de terceiros	(6.949)	(5.059)	(3.462.077)
Custos dos produtos e mercadorias vendidos	-	-	(2.828.194)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	-	(456.186)
Recuperação (perdas) de valores ativos	-	-	(65.187)
Outros	(6.949)	(5.059)	(112.510)
Valor adicionado (consumido) bruto	(6.949)	(5.059)	518.349
Depreciação e amortização	(12.831)	(8.135)	(191.488)
Valor adicionado líquido produzido (consumido) pela companhia	(19.780)	(13.194)	326.861
Valor adicionado recebido em transferência	(1.689.305)	(2.219.514)	39.870
Resultado de equivalência patrimonial	(1.690.840)	(2.219.943)	-
Receitas financeiras	1.535	429	39.870
Valor adicionado (consumido) total a distribuir	(1.709.085)	(2.232.708)	366.731
Distribuição do valor adicionado (consumido)	(1.709.085)	(2.232.708)	366.731
Pessoal	-	-	243.598
Remuneração direta	-	-	187.939
Benefícios	-	-	47.916
FGTS	-	-	7.371
Outros	-	-	372
Impostos, taxas e contribuições	-	-	6.200
Federais	-	-	6.200
Estaduais	-	-	160.333
Municipais	-	-	22
Remuneração de capitais de terceiros	153.479	95.524	1.869.186
Despesas financeiras	153.479	95.524	1.869.186
Remuneração de capital próprio	(1.862.564)	(2.334.432)	(1.862.564)
Prejuízo do exercício	(1.862.564)	(2.334.432)	(1.862.564)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)			
	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(1.862.564)	(2.334.432)	(1.862.564)
Prejuízo líquido do período	(1.862.564)	(2.334.432)	(1.862.564)
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	12.831	8.135	191.484
Juros de arrendamentos	3.348	959	36.441
Provisões de contingências	232	313	35.729
Provisões (reversões) ambientais e reembolsos a cobrar	-	-	(2.196)
Provisões (reversões) de estoques	-	-	(366)
Impostos correntes e diferidos	-	-	(59.691)
Perda (reversão) de créditos estimada	-	-	6.579
Derivativos	-	-	230.135
Juros provisionados e variação cambial	147.362	92.026	1.488.548
Juros sobre impostos parcelados	-	-	25.086
Resultado na venda de ativos	-	-	(299.463)
Resultado de equivalência patrimonial	1.690.840	2.219.943	-
Provisão de impairment de ativo imobilizado	-	-	62.591
Baixa definitiva de ativos	-	-	715.968
Atualização monetária sobre crédito de PIS/COFINS	-	-	(21.996)
Encargos sobre duplicatas descontadas	-	-	59.415
Juros benefício pós-emprego	-	-	2.532
Juros de fornecedores	-	-	40.775
Variações em:	(7.951)	(13.056)	(66.961)
Contas a receber de clientes	-	-	16.771
Estoques	-	-	(15.357)
Ativos e passivos fiscais	2.807	11.038	57.976
Créditos contratuais	-	-	(63.628)
Fornecedores	20.269	1.682	(218.220)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	1.690.840	2.219.943	1.690.840
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(1.689.305)	(2.219.514)	(1.689.305)
Fluxo de caixa líquido	(1.862.564)	(2.334.432)	(1.862.564)
Variação cambial do caixa e equivalentes de caixa	65	244	182.160
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	244	12.068	165.836

Em 31 de dezembro de 2024, as principais transações que não envolveram caixa no Fluxo de Caixa Consolidado foram: (i) Variações de fornecedores de imobilizado no valor de R\$ 250.657 (R\$ 43.916 em 31 de dezembro de 2023); (ii) Adições e renegotiações de ativos de direito de uso no valor de R\$ 12.746 (R\$ 50.153 em 31 de dezembro de 2023); (iii) Não houve capitalização de juros de empréstimos no período findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 98.853 em 31 de dezembro de 2023); (iv) Transferência de derivativos para dívida no valor de R\$ 29.269 (R\$ 306.092 em 31 de dezembro de 2023).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Unigel Participações S.A., constituída em 24 de setembro de 2005, (a seguir denominada "Unigel" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") tipo A, com sede na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 11º andar, bairro Brooklin, na cidade e Estado de São Paulo. Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, contemplam a Companhia e suas controladas (a seguir denominados como "Grupo"), que são sociedades anônimas de capital fechado. A Companhia é controlada pela Cigel Participações S.A. que detém 99,9% das ações. A Companhia atua como empresa "holding" sendo controladora de sociedades que se dedicam a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos químicos, na cadeia de acrílicos e estirênicos, e de fertilizantes na cadeia de agrotóxicos ("Agro"). Também assessora suas controladas na gestão das áreas de controladoria, finanças, jurídica, planejamento, gestão de pessoas e tecnologia da informação. É integrante do Grupo Unigel o qual foi constituído em 1964.

Continuidade operacional: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base na premissa de continuidade operacional, contudo, há eventos ou condições que indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia em 31 de dezembro de 2024. (i) **Fatores que contribuem para a incerteza da continuidade operacional:** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava um Patrimônio Líquido negativo no montante de R\$ 3.116.958 (R\$ 1.245.748 em 31 de dezembro de 2023), margem bruta negativa e prejuízo líquido de R\$128.753 e de R\$ 1.862.564, respectivamente (margem bruta negativa e prejuízo líquido de R\$541.798 e de R\$ 2.334.432, respectivamente em 31 de dezembro de 2023), geração de caixa operacional consolidado negativo de R\$ 378.861 (R\$ 452.077 em 31 de dezembro de 2023), e um capital circulante líquido consolidado negativo de R\$ 6.081.149 (capital circulante líquido consolidado negativo de R\$ 4.208.587 em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, os custos financeiros associados à dívida da Companhia foram influenciados pela alta taxa de juros básica da economia brasileira ("SELIC") nos últimos anos, impactando negativamente os resultados financeiros dele. Além das taxas de juros, os principais fatores que contribuíram para a piora da situação financeira da Companhia foram: • **Desafios no setor e impactos do desempenho operacional:** Os setores químico e agroindustrial, nos quais o Grupo Unigel atua, têm enfrentado desde 2023 condições econômicas desafiadoras, incluindo a alta ou a manutenção em níveis elevados, dos preços das suas matérias-primas, tanto no mercado local quanto no mercado internacional, enquanto os preços de venda dos seus produtos no mercado internacional e no mercado interno sofreram significativas reduções. Neste contexto, a Companhia vem concentrando seus esforços na preservação de sua liquidez e entre as principais medidas adotadas, destacam-se a paralisação de operações que geravam margens operacionais negativas. Em dezembro de 2024, a produção das duas plantas de Agro situadas, respectivamente, em Camaçari/BA e em Laranjeiras/SE e, ainda, a planta de acrilonitrila, situada em Camaçari/BA continuavam paralisadas. Além disso, a planta de metacrilatos, localizada em Candéias/BA, também teve suas operações paralisadas em julho de 2024, porém o Grupo tem atendido as demandas críticas operacionais de resinas plásticas (PMMA) por meio de importações de monômeros acrílicos, bem como, o Grupo tem atendido as demandas do mercado interno para o produto acrilonitrila, por meio de revendas mediante importação de tal produto, gerando margem operacional positiva. • **Eventos de inadimplência:** A Companhia enfrentou eventos de inadimplência relacionados às suas obrigações de atendimento a índices financeiros (covenants) e, também, devido a conversão de determinados instrumentos financeiros em dívida em virtude do não pagamento deles na data dos seus vencimentos, tanto em relação ao Bond quanto para as debêntures, culminando na solicitação de antecipação de pagamento por parte de seus credores. A Companhia através da implementação do plano de recuperação extrajudicial no mês de janeiro de 2025, reestruturou suas dívidas. • **Descumprimento de covenants:** Conforme informado acima, a Companhia não conseguiu manter seus indicadores de covenants desde 30 de junho de 2023, resultando na reclassificação da dívida de não circulante para circulante, devido a eventos de inadimplência e *cross-default*. A implementação do plano de recuperação extrajudicial, que ocorreu em janeiro de 2025, no que tange à reestruturação de dívidas, teve como objetivo, entre outros, a exclusão de covenants financeiros dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos. • **Restrições de crédito:** As linhas de crédito disponíveis da Companhia com instituições financeiras foram restringidas desde 2023, devido à deterioração da sua saúde financeira e rebaixamento de rating. (ii) **Plano de ação implementado pela Companhia:** Diante do cenário acima exposto e em resposta a tais dificuldades financeiras, a Administração da Companhia contratou assessores financeiros e jurídicos com o objetivo de desenhar e implementar uma série de ações visando a redução do prejuízo operacional, o reequilíbrio da sua estrutura de capital e da sua geração de caixa e, ainda, formular uma solução de longo prazo, financeiramente viável, sendo as principais ações implementadas pela Companhia, as elencadas a seguir: • **Ajustes operacionais:** Conforme informado acima, a Companhia adaptou suas operações objetivando a preservação de sua liquidez, através da paralisação de operações com margens operacionais negativas e a redução parcial de volumes de produção de determinadas plantas, detalhadas acima. Adicionalmente, em dezembro de 2023, reconhecemos provisão para recuperação de ativos relacionadas as plantas de Agro, conforme detalhadamente divulgado na nota explicativa 14 - Imobilizado e na nota explicativa 15 - Direito de uso e passivo de arrendamento, no montante de R\$715.764. O valor de impairment desses bens foi complementado em 2024 no valor de R\$ 1.552. Durante 2024, a Companhia manteve o mercado interno abastecido no tocante às operações de químicos, de Acrilonitrila e resinas plásticas, por meio de importações de Acrilonitrila e de monômeros acrílicos, sendo esta última para produção de PMMA. Tais operações apresentaram margens operacionais positivas e reafirmaram ao mercado interno o comprometimento de manutenção do abastecimento interno por parte da Companhia. • **Contrato de fornecimento de gás natural:** A Companhia, por meio da controlada Proquigel, ingressou com Ação Cautelar Pré-Arbitral contra a Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras) perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e obteve medida liminar em dezembro de 2023, garantindo a suspensão de obrigações do Contrato de Fornecimento de Gás Natural e dos Contratos de Arrendamento vinculados as duas plantas de Agro, localizadas em Camaçari/BA e Laranjeiras/SE. Em virtude dessa liminar, ficou suspensa, portanto, a obrigação futura de compra de gás natural num volume total de 5 bilhões de metros cúbicos até 2034. Em seguida, a Companhia, instaurou processo de arbitragem, conforme cláusula compromissória prevista nos contratos, onde será discutido o mérito da disputa em relação à revisão das bases contratuais. Durante 2024, a Companhia avançou no processo negocial junto à Petrobras, no sentido de encontrar uma solução econômica e comercial viável para ambas as companhias. Nesse sentido, o processo de arbitragem foi temporariamente suspenso até a data de 24 de março de 2025, de tal forma que fosse direcionada uma solução amigável entre as partes, maiores detalhes na nota 17. (iii) **Plano de Reestruturação Financeira e Pedido de Recuperação Extrajudicial:** Em 20 de fevereiro de 2024, o Grupo Unigel entrou com um pedido de recuperação extrajudicial que, após um período de negociação com os credores onde obteve a anuência de, aproximadamente, 57% dos mesmos para a aprovação dos planos de recuperação extrajudicial, foi adotado com pedido de homologação em 20 de maio de 2024. Esses planos foram homologados pelos tribunais Brasileiro e de Nova Iorque em 11 novembro e 10 de dezembro de 2024, respectivamente, para que a Companhia pudesse implementar esse plano, cujas ações de implementação foram concluídas em 30 de janeiro de 2025. Os planos de recuperação extrajudicial buscam equacionar as dívidas da Companhia e assegurar sua sustentabilidade financeira. O Plano de recuperação extrajudicial pedido está dividido em dois planos consensuais distintos, um para holding e outro para as entidades operacionais (PRE HoldCo e PRE OpCo) e prevê os seguintes eventos e ações: • **Venda de ativos:** A venda da Plastiglass de México S/A de CV por aproximadamente US\$ 105 milhões, sendo US\$ 83 milhões líquidos (equivalente a R\$430 milhões) descontado passivos assumidos, efetivada no primeiro semestre de 2024, com entrada do caixa em 5 de junho de 2024. Posteriormente, ao longo de 2024, foram recebidos valores adicionais que estavam retidos em conta Escrow totalizando um recebimento de US 85 milhões. • **Captação de recursos:** A captação de pelo menos US\$ 120 milhões por meio da emissão de Senior Notes com vencimento em dezembro de 2027 e juros trimestrais de 13,5% ao ano, sujeito a cash sweep trimestral inicial de US 100 milhões até 2025 e US 75 milhões de 2026 em diante. Os recursos serão utilizados para investimentos estratégicos e para melhoria do capital de giro, com entrada do caixa ocorrida em Janeiro de 2025. • **Reorganização societária:** O Plano Reestruturado previu a criação de uma nova holding na Holanda ("HoldCo"), que concentrará a titularidade dos investimentos no Grupo Unigel. A empresa foi criada em 2024, sendo denominada Unigel Netherlands Holding Corporation B.V. Os credores abrangidos pelo Plano Reestruturado tiveram a oportunidade de optar por diferentes modalidades de pagamento para seus créditos, incluindo a conversão em novos títulos de dívida, participação societária na HoldCo e pagamentos em dinheiro, conforme descrito a seguir. • **Credores financeiros:** Credores que optaram por contribuir com novos recursos ("Novos Recursos") para a Companhia receberam, em substituição aos seus créditos existentes, uma combinação de Novas Notas Reestruturadas, Notas Participativas, Notas de Novos Recursos e ações da HoldCo. • **Credores não financeiros:** Credores que optaram por não contribuir com Novos Recursos receberam, em substituição aos seus créditos existentes, uma combinação de Novas Notas Reestruturadas e Notas Participativas. • **Opções de pagamento em dinheiro com prazo alongado:** O Plano Reestruturado também contemplou opções de pagamento em dinheiro para certos credores, com prazos e condições específicas. • **Reestruturação da dívida:** A renegociação das dívidas existentes determinou a criação de novas dívidas em substituição às anteriores, com as seguintes características: • **Novas notas reestruturadas (2L Notes):** Notas emitidas pela Unigel Luxembourg de acordo com as leis do estado de Nova Iorque, Estados Unidos da América, com vencimento em 31 de dezembro de 2028 e juros remuneratórios de (i) 12% a.a. da data do pedido de recuperação extrajudicial até 31 de dezembro de 2025, a serem capitalizados ou (ii) 11% a.a., a serem pagos em dinheiro a

NOTAS EXPLICATIVAS

ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

cada trimestre, a critério da Companhia e a partir de 1º de janeiro de 2026, juros de 11% a.a., a serem pagos em dinheiro a cada trimestre. As notas também têm direito a cash sweep em caso de excesso de caixa apurado ao final de cada trimestre fiscal. As notas serão garantidas pelas ações da HoldCo, das empresas do Grupo: Unigel Participações S.A., Companhia Brasileira de Estireno - CBE, Proquigel Química S.A., Unigel Químicos S.A., Unigel Distribuidora S.A., Unigel Comercializadora de Energia S.A., Ecohydrogen Energy S.A. e Unigel Luxembourg; por equipamentos industriais, plantas, edifícios e terrenos constituindo ativos industriais, além de 30% dos recebíveis de clientes. • **Notas participativas (Participating Notes):** Notas emitidas pela HoldCo, sendo 90% destinado a credores aderentes ao plano e 10% destinado a Cigel Participações S.A. As notas terão vencimento em 31 de dezembro de 2024 com juros de (i) 15% a.a. a serem capitalizados no valor principal da data do pedido até 31 de dezembro de 2028 (ii) a partir de 1 de janeiro de 2029, juros de 15% a.a. que poderão ser capitalizados no valor principal ou pagos anualmente, desde que as 2L notes e os novos recursos tenham sido integralmente amortizados. As notas também têm direito a cash sweep em caso de excesso de caixa apurado ao fim de cada trimestre fiscal. As notas participativas serão convertidas em 95% do capital social total da HoldCo nos seguintes casos: (a) obrigatoriamente e automaticamente, caso as notas participativas não tenham sido integralmente amortizadas ou refinanciadas até 31 de dezembro de 2029, podendo ser postergado para 31 de dezembro de 2030 caso o saldos das notas participativas em 31 de dezembro de 2029 seja igual ou menor que o saldo das notas participativas em 31 de dezembro de 2028; (b) tenha ocorrido um evento de conversão antecipado. Enquanto existirem as notas participativas a HoldCo não poderá distribuir dividendos. • **Participação societária e governança:** Concessão de 50% de ações na constituição da HoldCo aos Credores Financeiros, garantindo 50% de direitos econômicos e de governança durante o período de vigência dos novos títulos emitidos. Esses títulos foram emitidos em 30 de janeiro de 2025. • **Garantias:** As Senior Notes emitidas no contexto do PRE HoldCo e do PRE OpCo terão garantia de primeiro grau de parte substancial dos ativos da Companhia, com exceção de ativos específicos mencionados no Anexo A do plano de recuperação extrajudicial. As Novas Notas 2L terão garantia de segundo grau sobre os mesmos ativos. Em 31 de dezembro de 2024 as consumações dos Planos de Recuperação Extrajudicial estão sujeitas ao cumprimento das condições de eficácia neles previstas. Essas condições foram atendidas e os Planos de Recuperação Extrajudicial foram efetivamente concluídos e aprovados em 30 de janeiro de 2025. Conforme detalhado na nota explicativa de eventos subsequentes. A implementação do Plano Reestruturado resultou em uma significativa redução do endividamento da Companhia, através da conversão de dívida em capital, além da injeção de novos recursos financeiros. Adicionalmente, a reorganização societária e a nova estrutura de governança corporativa da HoldCo visam fortalecer a gestão e a governança do Grupo. A Administração acredita que com a implementação do Plano Reestruturado fortaleceu significativamente a posição financeira do Grupo e proporcionou uma base sólida para o crescimento futuro. A reestruturação da dívida, a reorganização societária e a captação de novos recursos devem permitir que a Companhia atenda às suas obrigações de capital de giro e explore novas oportunidades de negócios como por exemplo, a conclusão do projeto da nova planta de Ácido Sulfúrico situada no Estado da Bahia. Em relação aos ajustes operacionais e perspectivas futuras, a Companhia está em processo de retomada dos investimentos remanescentes para a conclusão e partida do projeto da nova planta de Ácido Sulfúrico durante o último trimestre de 2025, assim como, com base nas projeções futuras de mercado que indicam melhora nos preços de químicos, espera-se recomposição gradativa das margens operacionais do segmento de Químicos. Apesar do avanço e aprovação dos planos de recuperação extrajudicial da Companhia e de suas controladas, a continuidade operacional depende, de forma individual ou conjunta (i) da execução de investimentos para expansão da produção de ácido sulfúricos; (ii) da recuperação dos preços dos produtos químicos no mercado internacional para suportar seu plano de negócio; e (iii) da conclusão da negociação do contrato de fornecimento de gás natural; assuntos esses que podem lançar dúvidas significativas quanto a capacidade de continuidade operacional da Companhia. O uso, pela Administração, do pressuposto de continuidade operacional, foi feito baseado no fato de que as ações acima mencionadas serão implementadas. Essas demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes que possam resultar das incertezas anteriormente mencionadas. O uso, pela Administração, do pressuposto de continuidade operacional, foi feito baseado no fato de que a Recuperação Extrajudicial foi concluída em 30 de janeiro de 2025. A composição societária do Grupo em 31 de dezembro de 2024 é a mesma em relação a 31 de dezembro de 2023, exceto em relação a subsidiária Plastiglass do México S/A de C.V., alienada no primeiro semestre de 2024 (vide Nota Explicativa 28). Portanto, o Grupo possui, atualmente, as seguintes empresas controladas:

Empresas	País	% Participação		Principais produtos
		31/12/2024	31/12/2023	
Proquigel Química S.A. e subsidiária:	Brasil	99,9%		Metil e etil metacrilatos, metil e etil acrilatos, cianeto de sódio, sulfato de amônia, ácido metacrilico glacial, amônia, ureia e ARLA.
Ecohydrogen Energia S.A.	Brasil	99,9%		Hidrogênio verde (planta em construção).
Unigel Distribuidora S.A.	Brasil	99,9%		Distribuidora de produtos do Grupo.
Unigel Luxemburgo S.A.	Luxemburgo	99,9%		Gestão de ativos financeiros em mercado de capitais.
Unigel Comercializadora de Energia S.A.	Brasil	99,9%		Comercialização de energia elétrica.
Unigel Químicos S.A.	Brasil	99,9%		Placas de acrílicos e resinas acrílicas.
Companhia Brasileira de Estireno e subsidiárias:	Brasil	99,9%		Estireno, poliestireno, etil benzeno, tolueno, látex, acrilonitrila, ácido cianídrico e acetona cianídrica.
Unigel Inc.	EUA	99,9%		Distribuidora de produtos do Grupo
Metacril Holdings, S.A. de C.V. e subsidiária:	México	99,9%		Holding intermediária.
Unigel Acrílicos, S.A. de C.V.	México	99,9%		Metil e etil metacrilatos, metil e etil acrilatos, cianeto de sódio e sulfato de amônia.

2. Eventos subsequentes

Unigel Conclui Processo de Recuperação Extrajudicial: O Grupo, em 30 de janeiro de 2025, concluiu o processo de recuperação extrajudicial iniciado em 20 de fevereiro de 2024, com a apresentação de planos de recuperação extrajudicial, conforme adotados (os "Planos de RE"), perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. O fechamento da operação ocorreu após a conversão de R\$ 5,1 bilhões da dívida antiga em novos instrumentos financeiros, que possibilitou desalavancagem de cerca de 50% para a Unigel. Adicionalmente, a maior parte dos US\$ 100 milhões captados, após as devidas retenções (*backstop fee*), juntos aos credores que elegeram opção A nos Planos de RE ("Credores Opção A") será destinada para conclusão da construção da planta de Ácido Sulfúrico, redimensionamento do capital de giro e fortalecimento do caixa da Companhia. A implementação dos Planos de RE representa também uma nova etapa na governança da Unigel, sendo que Credores Opção A passam a deter 50% da participação acionária do Controlador da Companhia. Com a implementação dos planos o controlador da Companhia que até 31 de dezembro de 2024 era a Cigel Participações S.A. passara a ser a Unigel Netherlands Holding Corporation B.V. que detém 99,9% das ações da Companhia. A Companhia foi informada em 3 de janeiro de 2025, que aproximadamente 95% dos Credores Abrangidos participaram do Processo de Eleição e mais de 75% deles elegeram a Opção A, escolhendo por participar na emissão das Notas de Novos Recursos. Os resultados foram subsequentemente confirmados com os depósitos referentes aos Novos Recursos em 7 de janeiro de 2025. As condições de eficácia dos planos e a sua implementação foram concluídas em 30 de janeiro de 2025, eventos subsequentes à data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, e não indicam condições existentes nesta data, consequentemente, não há impactos monetários a serem mensurados e reconhecidos pela Companhia nessas demonstrações financeiras. Até a data de aprovação e publicação dessas demonstrações financeiras, os impactos da implementação da reestruturação financeira ainda não foram totalmente mensurados pela Companhia. A composição do Conselho de Administração passa a contar com 7 membros, sendo três representantes da família fundadora, três representantes dos Credores Opção A e um membro independente eleito em conjunto pelos credores e pela Cigel Participações S.A. O Conselho de Administração, em Fevereiro de 2025, elegeu o sr. Dário Costa Gaeta, como o novo presidente da Companhia.

DIRETORIA

DARIO COSTA GAETA
Diretor PresidenteANDRÉ LUIS DA COSTA GAIA
Vice-Presidente Financeiro e Diretor de RIMARCIO SCATIGNO
Gerente Executivo de Controladoria - CRC 15P 218.247/0-7

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, completas, as quais contém o relatório do auditor, sem modificação, emitido em 31/03/2025, encontram-se disponíveis no site: ri.unigel.com.br e na versão digital deste jornal, disponível em: www.jornalodiasp.com.br.

Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A.

CNPJ/ME nº 43.335.774/0001-86 - NIRE 35300575954

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE JANEIRO DE 2025

1. **DATA, HORA E LOCAL:** No dia 31 de janeiro de 2025, às 08h00 na sede social da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Tabapuá, nº 41, 13º andar, sala M06 Itaim Bibi, CEP 04533-900. 2. **CONVOCAÇÃO E PRESEÇA:** Dispensada a convocação nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), em face da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de presença de acionistas. 3. **PUBLICAÇÃO:** Em virtude da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, fica sanada a falta de publicação do aviso e a inobservância dos prazos de que trata o artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do § 4º do referido artigo. 4. **MESA:** Presidente: Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa. Secretária: Thais de Castro Monteiro. 5. **ORDEM DO DIA:** Nos termos e condições previstos no Estatuto Social da Companhia, apreciar e manifestar-se sobre a reeleição da Diretoria da Companhia. **DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade de votos e sem ressalvas, os Acionistas deliberaram e aprovaram a reeleição da Diretoria da Companhia pelo mandato de 02 (dois) anos contados da presente data, com a sua composição da seguinte forma: (a) o Sr. Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.393.860-2 SSP-SP, inscrito no CPF/ME sob nº 218.718.568-09, nomeado para o cargo de Diretor Presidente e Diretor Relações com o Investidor; (b) a Sra. Camilla Maria Oliveira, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 36.825.036-2 SSP-SP inscrita no CPF/ME sob nº 349.935.818-23, nomeada para o cargo de Diretora de Securitização; e (c) a Sra. Thais de Castro Monteiro, brasileira, solteira, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 49.116.133-5 SSP/SP inscrita no CPF sob o nº 421.565.628-14, nomeada para o cargo de Diretora de Compliance; todos com residência e domicílio em São Paulo, Estado de São Paulo e com endereço comercial na Rua Tabapuá, 41, 13º andar, Sala M06, Itaim Bibi, CEP 04533-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, no qual poderão receber cartas, citações e/ou intimações. Sendo que os Diretores reeleitos tomam posse de seus cargos mediante assinatura do termo de posse constante no Anexo I à presente Ata e lavrado no Livro de Registro de Atas da Companhia. Os acionistas declaram conhecer, anuem e aquiescem que os Diretores reeleitos ocupam cargos como membro do Conselho de Administração e/ou de Diretoria nas sociedades do mesmo grupo econômico da Companhia, sem interesses conflitantes. 5. Os acionistas presentes autorizaram, ainda, a administração da Companhia a publicar a presente ata na forma sumária ou abreviada, por meio de extrato da ata, ou, ainda, por meio de sua divulgação no website da Companhia, bem como adotar todas as medidas necessárias à efetivação das deliberações ora aprovadas. 6. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada pelos membros da Mesa e pelos acionistas presentes à Assembleia. Mesa: Presidente: Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa. Secretária: Thais de Castro Monteiro. Certifico que a presente confere com o original lavrado no livro próprio. São Paulo, 31 de janeiro de 2025. Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa - Presidente. Thais de Castro Monteiro - Secretária. Jucessp nº 83.561/25-0 em 21/03/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

CNPJ/ME nº 38.042.694/0001-00 - NIRE 35300554035

ATA DA ASSEMB

MAXCEL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações Financeiras 2024

CNPJ nº 30.486.131/0001-91

Demonstrações Financeiras - Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

ATIVO	Controladora		Consolidado		
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	181	288	274	304
Aplicações financeiras	6	927	846	1.260	16.909
Contas a receber de partes relacionadas	8			41.766	12.444
Estoque				11.761	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	7	1	502	
Tributos a recuperar	7	3	7	20	378
Dividendos a receber				233	1.369
Despesas antecipadas				1.345	226
Total do ativo circulante		1.233	2.510	44.079	30.512
NÃO CIRCULANTE					
Tributos a recuperar	7			2	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.1			930	
Investimentos	10	393.190	391.599	8.879	10.036
Imobilizado	11			66	87
Direito de uso	10.1			344.630	358.082
Intangível	12			393.190	391.599
Total do ativo não circulante		393.190	391.599	354.507	368.205
TOTAL DO ATIVO		393.535	394.109	398.586	398.717

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Saldo em 31 de dezembro de 2022	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Resultado do exercício	Patrimônio líquido total
	397.614	473	5.932	6.066	404.019
Resultado do exercício				6.066	6.066
Transações de capital com os sócios				(1.441)	(1.441)
Dividendos mínimos obrigatórios				(16.000)	(16.000)
Redução de capital (nota 15.1)					
Alterações de patrimônio líquido					
Constituição de reservas		303	4.322	(4.625)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023		776	10.254	1.891	392.644
Resultado do exercício				1.891	1.891
Transações de capital com os sócios				(449)	(449)
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 15.2)				(449)	(449)
Mudanças internas do patrimônio líquido		95	1.347	(1.142)	
Constituição de reservas (nota 15.3)		871	11.601		394.086
Saldo em 31 de dezembro de 2024		381.614	21.855	2.749	406.218

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Contexto Operacional: A Maxcel Empreendimentos e Participações S.A. ("Maxcel" ou coletivamente "Companhia"), é uma sociedade anônima regida por estatuto social e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, com ou sem fins lucrativos, no país ou no exterior, e a prestação de serviços, inclusive a participação em sociedades ordinárias do tipo "S.A.", em 27 de maio de 2018, a Suzano S.A., pelo meio da Maxcel participou do leilão nº. 3/2018, realizado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ"), para o arrendamento de áreas e infraestruturas públicas, as quais realizaram a movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose. A Maxcel apresentou a proposta vencedora para a concessão da área de 53.545 metros quadrados no Porto de Itaquí, localizado no Terminal do Maranhão, cujo direito de outorga da concessão foi registrado em suas demonstrações financeiras, no valor de R\$10.000,00, em 31 de dezembro de 2023. A Maxcel possui uma participação de uma arrendatária ("controlada Itacel - Estádio de Celulose de Itaquí S.A."), a qual é responsável pela execução do objeto do contrato de concessão, na forma de uma Sociedade de Propósito Específico ("SPE"). O prazo de concessão inicial é de 25 (vinte e cinco) anos, podendo ser prorrogado por até 70 (setenta) anos. A SPE é sociedade por ações, constituída de acordo com a lei brasileira, por prazo indeterminado, com a finalidade exclusiva de explorar o arrendamento. O terminal começa a operar no Porto de Itaquí em São Luis - Maranhão em 02 de setembro de 2025. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria Executiva da Companhia em 31 de março de 2025.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão. As demonstrações financeiras foram expressas em milhares de Reais ("R\$"), exceto seu expresse de outra forma. A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas na aplicação das práticas contábeis, que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As práticas contábeis que requerem maior nível de julgamento e complexidade, bem como para as quais estimativas e premissas são significativas, estão descritas na nota 3.2. As principais políticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras estão divulgadas na nota 3. As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando a continuidade de suas atividades operacionais.

3. Resumo das Políticas Contábeis Materiais: As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando políticas e práticas contábeis consistentes para ambos os exercícios apresentados. Não houve mudança de qualquer natureza em relação à identificação e métodos de cálculos de efeitos dessas políticas contábeis, exceto as apresentadas na nota 3.1. **3.1. Novas políticas contábeis e mudanças de estimativas:** As novas políticas contábeis e mudanças de estimativas são as seguintes: **3.1.1. Alterações ao CPC 40 (R1) - Acordos de financiamentos de fornecedores e no CPC 03 (R1) - Demonstração dos Fluxos de Caixa antepádua:** As alterações passam a requerer que a entidade divulgue informações adicionais sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permita aos usuários avaliar os efeitos desses acordos nos passivos e fluxos de caixa, incluindo a natureza, o prazo, o risco de liquidez e a liquidez. As divulgações são feitas através de informações que permitam a compreensão dos efeitos desses acordos sobre os passivos, fluxos de caixa e liquidez incluem: (a) os termos e as condições dos acordos; (b) no início e no encerramento do período de reporte; (i) os valores contábeis, e as rubricas associadas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores; (ii) os valores contábeis, e rubricas associadas, dos passivos financeiros divulgados de acordo com o item (i) para os quais os fornecedores já receberam o pagamento dos financeiros ("R\$") e (iii) a análise de impacto de (i) e (ii) no ativo e o efeito de alterações não caixa nos valores contábeis dos passivos financeiros divulgados de acordo com o item (b)(i). A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos. **3.1.2. Alterações ao CPC 06 (R2) - Passivo de arrendamento em uma transação de venda e retroarrendamento (sale and lease-back):** O item 100(a) do CPC 06 exige que um vendedor-arrendatário avalie o ativo de direito de uso resultante de uma transação de venda e retroarrendamento na proporção do saldo contábil anterior do ativo que se relaciona com o uso que o comprador-arrendatário reconhece. A administração da Maxcel decidiu não aplicar o item 100(a) do CPC 06 (R2) - Passivo de arrendamento em uma transação de venda e retroarrendamento (sale and lease-back). As alterações aprimoram as informações fornecidas pela entidade quando o seu direito de diferir a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses está sujeito ao cumprimento de cláusulas restritivas (covenants). A classificação de passivos como circulantes ou não circulantes baseia-se no cumprimento de covenants que sejam requeridos na data de reporte ou antes dessa data, mas nunca em relação a eventos futuros, além de requerer divulgação de informações adicionais que permitam aos usuários avaliar o risco de que o passivo possa se tornar exigível dentro de doze meses, incluindo as condições pactuadas (por exemplo, sua natureza e a data em que a entidade deve cumprir-las), se a entidade tiver cumprido as condições com base em suas circunstâncias no final do período de reporte e como a entidade espera cumprir as condições após o final do período de reporte. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos. **3.1.4. Decisão da agenda do IFRS sobre a divulgação de receitas e despesas para segmentos reportáveis (CPC 22):** Em julho de 2024, o IASB aprovou uma mudança de agenda do IFRIC que altera o conteúdo de segmentos reportáveis. O novo conteúdo trata de como uma entidade aplica os requisitos do parágrafo 23 do CPC 22 para divulgar para cada segmento reportável os valores específicos relacionados ao lucro ou prejuízo do segmento. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos. **3.2. Políticas contábeis adotadas:** As novas normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir: **3.2.1. Demonstração de fluxos de caixa consolidada:** São elaboradas utilizando informações da Maxcel e das participações em outras entidades. O Terminal de Celulose de Itaquí S.A. na mesma data-base. A Companhia consolida a controlada sobre a qual detém o controle de forma direta ou indireta, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu investimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. Adicionalmente, todas as transações e saldos entre a Maxcel e sua controlada Itacel, foram eliminados na consolidação, bem como os juros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, líquidos dos efeitos tributários, os investimentos e os resultados financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado líquido. **3.2.2. Investimentos em controladas:** São todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As entidades controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é estabelecido, exceto nos casos em que esse controle ocorreu em 31 de dezembro de 2023. **3.2.3. Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado:** São todos os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, com o objetivo de reconhecimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado líquido. **3.2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreende os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujos vencimentos originais, na data da aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **3.2.5. Instrumentos financeiros:** 3.2.5.1. **Classificação:** Os instrumentos financeiros são classificados com base nas características dos instrumentos em (i) ativo ou passivo e seu valor em relação ao carteira em que está contido, cujas categorias de mensuração e apresentação são: (i) custo amortizado; e (ii) valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data a qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade dos ativos. **3.2.5.1.1. Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado:** São todos os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, com o objetivo de reconhecimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado líquido. **3.2.5.1.2. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado líquido:** São todos os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado líquido, com o objetivo de reconhecimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado líquido. **3.2.5.2. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros:** 3.2.5.2.1. **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Anualmente, a Companhia avalia se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável ("impairment"), sendo que a redução somente ocorre quando o custo do ativo financeiro exceder o valor recuperável ("impairment"), sendo que o reconhecimento inicial e seu impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que passa ser estimado de maneira confiável. Os critérios utilizados para determinar se há evidência de perda por redução ao valor recuperável ("impairment") incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; (ii) evento de default no contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) quando a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relacionadas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que poderia não ocorrer na ausência de tais razões; (iv) uma mudança de controle de propriedade do ativo financeiro; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira. O montante da perda por redução ao valor recuperável ("impairment") é mensurado pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido e o valor da perda por redução ao valor recuperável ("impairment") é reconhecida na demonstração de resultado do exercício. Em mensuração subsequente, havendo uma melhora na classificação do ativo, como por exemplo, melhora no nível de crédito do devedor, a perda por redução ao valor recuperável ("impairment") reconhecida anteriormente, deve ser revertida na demonstração do resultado. **3.2.6. Imobilizado:** Mensurado pelo custo de aquisição, formação, construção ou desmobilização, líquido dos impostos recuperáveis. Este custo é deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável ("impairment"). O direito de aplicação, que é maior valor entre o de uso e o de venda, menos os custos de venda. A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação. Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são mensurados pela comparação do valor da venda ou do valor contábil residual com o valor contábil na rubrica de outras receitas (despesa) operacionais, líquidas na data de alienação. **3.2.7. Intangível:** Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios têm seu custo definido como o valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e sua relação à receita é avaliada periodicamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são avaliados periodicamente com base no teste de imparidade. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil indefinida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível. **3.2.7.1. Contratos de arrendamento e de concessão de serviços:** A infraestrutura necessária à prestação de serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose são reconhecidas no balanço patrimonial da Maxcel e suas participações em outras entidades. O contrato de arrendamento. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço, além de operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose e a perda por redução ao valor recuperável ("impairment") sempre que houver indicio de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil indefinida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível. **3.2.7.1. Contratos de arrendamento e de concessão de serviços:** A infraestrutura necessária à prestação de serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose são reconhecidas no balanço patrimonial da Maxcel e suas participações em outras entidades. O contrato de arrendamento. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço, além de operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose e a perda por redução ao valor recuperável ("impairment") sempre que houver indicio de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil indefinida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível. **3.2.7.1. Contratos de arrendamento e de concessão de serviços:** A infraestrutura necessária à prestação de serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose são reconhecidas no balanço patrimonial da Maxcel e suas participações em outras entidades. O contrato de arrendamento. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço, além de operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose e a perda por redução ao valor recuperável ("impairment") sempre que houver indicio de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil indefinida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível. **3.2.7.1. Contratos de arrendamento e de concessão de serviços:** A infraestrutura necessária à prestação de serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose são reconhecidas no balanço patrimonial da Maxcel e suas participações em outras entidades. O contrato de arrendamento. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço, além de operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose e a perda por redução ao valor recuperável ("impairment") sempre que houver indicio de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil indefinida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível. **3.2.7.1. Contratos de arrendamento e de concessão de serviços:** A infraestrutura necessária à prestação de serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose são reconhecidas no balanço patrimonial da Maxcel e suas participações em outras entidades. O contrato de arrendamento. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço, além de operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose e a perda por redução ao valor recuperável ("impairment") sempre que houver indicio de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil indefinida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível. **3.2.7.1. Contratos de arrendamento e de concessão de serviços:** A infraestrutura necessária à prestação de serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose são reconhecidas no balanço patrimonial da Maxcel e suas participações em outras entidades. O contrato de arrendamento. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço, além de operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose e a perda por redução ao valor recuperável ("impairment") sempre que houver indicio de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil indefinida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível. **3.2.7.1. Contratos de arrendamento e de concessão de serviços:** A infraestrutura necessária à prestação de serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose são reconhecidas no balanço patrimonial da Maxcel e suas participações em outras entidades. O contrato de arrendamento. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço, além de operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose e a perda por redução ao valor recuperável ("impairment") sempre que houver indicio de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil indefinida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível. **3.2.7.1. Contratos de arrendamento e de concessão de serviços:** A infraestrutura necessária à prestação de serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose são reconhecidas no balanço patrimonial da Maxcel e suas participações em outras entidades. O contrato de arrendamento. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço, além de operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose e a perda por redução ao valor recuperável ("impairment") sempre que houver indicio de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil indefinida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível. **3.2.7.1. Contratos de arrendamento e de concessão de serviços:** A infraestrutura necessária à prestação de serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose são reconhecidas no balanço patrimonial da Maxcel e suas participações em outras entidades. O contrato de arrendamento. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço, além de operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose e a perda por redução ao valor recuperável ("impairment") sempre que houver indicio de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil indefinida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível. **3.2.7.1. Contratos de arrendamento e de concessão de serviços:** A infraestrutura necessária à prestação de serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose são reconhecidas no balanço patrimonial da Maxcel e suas participações em outras entidades. O contrato de arrendamento. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço, além de operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose e a perda por redução ao valor recuperável ("impairment") sempre que houver indicio de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil indefinida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível. **3.2.7.1. Contratos de arrendamento e de concessão de serviços:** A infraestrutura necessária à prestação de serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose são reconhecidas no balanço patrimonial da Maxcel e suas participações em outras entidades. O contrato de arrendamento. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço, além de operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose e a perda por redução ao valor recuperável ("impairment") sempre que houver indicio de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil indefinida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível. **3.2.7.1. Contratos de arrendamento e de concessão de serviços:** A infraestrutura necessária à prestação de serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose são reconhecidas no balanço patrimonial da Maxcel e suas participações em outras entidades. O contrato de arrendamento. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço, além de operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose e a perda por redução ao valor recuperável ("impairment") sempre que houver indicio de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil indefinida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível. **3.2.7.1. Contratos de arrendamento e de concessão de serviços:** A infraestrutura necessária à prestação de serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose são reconhecidas no balanço patrimonial da Maxcel e suas participações em outras entidades. O contrato de arrendamento. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço, além de operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose e a perda por redução ao valor recuperável ("impairment") sempre que houver indicio de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil indefinida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível. **3.2.7.1. Contratos de arrendamento e de concessão de serviços:** A infraestrutura necessária à prestação de serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose são reconhecidas no balanço patrimonial da Maxcel e suas participações em outras entidades. O contrato de arrendamento. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço, além de operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose e a perda por redução ao valor recuperável ("impairment") sempre que houver indicio de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil indefinida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível. **3.2.7.1. Contratos de arrendamento e de concessão de serviços:** A infraestrutura necessária à prestação de serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose são reconhecidas no balanço patrimonial da Maxcel e suas participações em outras entidades. O contrato de arrendamento. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço, além de operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose e a perda por redução ao valor recuperável ("impairment") sempre que houver indicio de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil indefinida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível. **3.2.7.1. Contratos de arrendamento e de concessão de serviços:** A infraestrutura necessária à prestação de serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose são reconhecidas no balanço patrimonial da Maxcel e suas participações em outras entidades. O contrato de arrendamento. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço, além de operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose e a perda por redução ao valor recuperável ("impairment") sempre que houver indicio de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil indefinida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível. **3.2.7.1. Contratos de arrendamento e de concessão de serviços:** A infraestrutura necessária à prestação de serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose são reconhecidas no balanço patrimonial da Maxcel e suas participações em outras entidades. O contrato de arrendamento. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço, além de operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose e a perda por redução ao valor recuperável ("impairment") sempre que houver indicio de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil indefinida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível. **3.2.7.1. Contratos de arrendamento e de concessão de serviços:** A infraestrutura necessária à prestação de serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose são reconhecidas no balanço patrimonial da Maxcel e suas participações em outras entidades. O contrato de arrendamento. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço, além de operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose e a perda por redução ao valor recuperável ("impairment") sempre que houver indicio de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil indefinida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível. **3.2.7.1. Contratos de arrendamento e de concessão de serviços:** A infraestrutura necessária à prestação de serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose são reconhecidas no balanço patrimonial da Maxcel e suas participações em outras entidades. O contrato de arrendamento. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço, além de operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose e a perda por redução ao valor recuperável ("impairment") sempre que houver indicio de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil indefinida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível. **3.2.7.1. Contratos de arrendamento e de concessão de serviços:** A infraestrutura necessária à prestação de serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose são reconhecidas no balanço patrimonial da Maxcel e suas participações em outras entidades. O contrato de arrendamento. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço, além de operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose e a perda por redução ao valor recuperável ("impairment") sempre que houver indicio de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil indefinida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível. **3.2.7.1. Contratos de arrendamento e de concessão de serviços:** A infraestrutura necessária à prestação de serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose são reconhecidas no balanço patrimonial da Maxcel e suas participações em outras entidades. O contrato de arrendamento. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço, além de operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose e a perda por redução ao valor recuperável ("impairment") sempre que houver indicio de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil indefinida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível. **3.2.7.1. Contratos de arrendamento e de concessão de serviços:** A infraestrutura necessária à prestação de serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose são reconhecidas no balan

← continuação					
15. Patrimônio Líquido: 15.1. Capital social: No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$381.614 em 31 de dezembro de 2023, sendo de R\$1.846 ações ordinárias, escrituras e sem valor nominal (R\$381.614 em 31 de dezembro de 2023 dividido em 381.613.846 ações ordinárias).					
15.2. Dividendos: O estatuto social da Companhia estabelece que o dividendo mínimo anual é de 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, com base nos critérios estabelecidos pelo estatuto social, aprovou-se dividendos mínimos obrigatórios e constituição de reservas, conforme apresentado a seguir:					
	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023
Constituição da reserva legal - 5%	95	6.066		95	6.066
Base de cálculo dividendos	1.796	5.763		1.796	5.763
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	449	1.441		449	1.441
15.3. Reservas: São constituídas pela apropriação de lucros da Companhia, após a destinação para pagamentos dos dividendos mínimos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas de lucros, conforme apresentado a seguir: (i) legal constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e (ii) aumento de capital constituída na base de até 90% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e limitado a 80% do capital social, nos termos do Estatuto Social da Companhia, após a destinação à reserva legal e aos dividendos mínimos obrigatórios. A constituição desta reserva visa assegurar à Companhia adequadas condições operacionais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o saldo dessa reserva era de R\$11.601 e em 31 de dezembro de 2023, o saldo dessa reserva era de R\$10.254.					
15.4. Destinação do resultado:					
	% limite sobre o capital social	Destinação do Resultado		% limite sobre o capital social	Destinação do Resultado
Reserva legal	20,00%	95	303	871	776

Marcos Moreno Chagas Assumpção

Carlos Aníbal Fernandes de Almeida Júnior

João Alberto Fernandez de Abreu

Arvelino Cassaro - Contador CRC 1E5007400/O-5 S/SP

As Administradoras e Acionistas
Maxcel Empreendimentos e Participações S.A.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Maxcel Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais apresentam adequação em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e a sua controlada em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Nossa para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. **Nossas responsabilidades**, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia e suas controladas não concordam com o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não tomamos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possuem influência, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode

envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. **Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.**

São Paulo, 31 de março de 2025
Daniel Vinícius Fumo Contador
CRC 1P5265170/O-9

VIACOR INDUSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS S/A
CNPJ: 13.220.766/0001-23

Convocação
Edital de convocação. Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 14 de abril de 2025, às 10:00 hs em primeira convocação com a presença de acionistas que representem no mínimo a maioria do capital com direito a voto, e em segunda às 11:00 hs, com qualquer número, na sede da companhia sito a Rua Antonio Mió, 110 - Quadra nº 03, Lote C, Itupeva/SP, da seguinte pauta: 1) Exame, discussão e aprovação do Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de dezembro 2024; 2) Exame, discussão e aprovação dos custos de estrutura de acordo, prestados pela Sinalta à Viacor no período de julho/24 a fevereiro/25 e posteriores acertos mensais; 3) outros assuntos de interesse social.

A. Cury Administração e Participações Ltda.
CNPJ/RME nº 62.937.495/0001-37

Editai de Convocação de Reunião de Sócios a ser realizada em 29 de abril de 2025
Nos termos do artigo 1.072 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil) e da Cláusula 3ª, Parágrafo 5º do Contrato Social, ficam os sócios da **CURY ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA** ("Sociedade"), convocados para participar da reunião de sócios, a ser realizada por videoconferência através do link (<https://us02web.zoom.us/j/87962272396?pwd=ja5Hf6B7vKUMORwJaki5hZgYcBU.1>), no dia 29 de abril de 2025, às 11h30min., em primeira convocação e às 12h, em segunda e última convocação, para examinar, discutir e deliberar acerca das seguintes matérias: (I) contas da Administração relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2024; (II) balanços e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2024; e (III) Eleição de Administrador e atualização da Cláusula 4ª do contrato social da Sociedade. Nos termos do art. 1.078, parágrafo 1º do Código Civil, serão enviados por e-mail em até 30 dias antes da data da realização da referida Reunião de Sócios, cópia das demonstrações financeiras e demais documentos pertinentes ao exercício social encerrado em 31.12.2024. **Antonio Chohfi Cury - Administrador**

SINDICATO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO SINDEMP/SP
Avenida Brigadeiro Luís Antônio, nº54, Sala 2A – Bela Vista, São Paulo, CEP: 01318-000

CONVOCAÇÃO
O SINDEMP/SP, associação sindical em primeiro grau unitária, com sede no endereço acima, inscrito no C.N.P./M.F. nº 68.970.888/0001-29 e no 5º Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo/SP, convoca os integrantes da Categoria Profissional dos Servidores do Ministério Público do Estado de São Paulo, ativos e inativos, para participarem da Assembleia-Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 03/04/2025, às 19h30min em 1ª convocação e às 20h00min em 2ª convocação pela plataforma virtual Google Meet, cujo link será disponibilizado nas redes sociais do Sindicato, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:
Eleição de delegados e observadores para o Encontro e Congresso Nacional dos Servidores do Ministério Público realizado pela FENAMP, nos dias 12 a 14 de abril.
Discussão e deliberação sobre a adesão a paralisação do dia 11 de abril.
São Paulo, 01 de abril de 2025.

Ticiane Lorena Natale
Presidente

AZEVEDO & TRAVASSOS ENERGIA S.A.
Companhia Aberta

CNPJ nº 52.017.473/0001-03 - NIRE 35.300.636.759 | Código CVM nº 9.27626
EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2025
A Administração da AZEVEDO & TRAVASSOS ENERGIA S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, Faria Lima, nº 1.309, 5º Andar, Bloco B, Edifício Faria Lima Business Center, Jardim Paulista, CEP 01452-002 ("Companhia"), vem, nos termos do art. 124, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A.") e da Resolução CVM nº 81/2022, convocar os acionistas da Companhia para se reunirem em assembleia geral ordinária ("Assembleia") a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2025, às 11:00, de forma exclusivamente digital (por meio da plataforma *TEN Meetings*, através do link <https://assembleia.ten.com.br/924574667> ("Plataforma Digital")), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; e (iii) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício de 2025. Os documentos e informações de que trata o art. 133 da Lei das S.A., referentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia foram divulgados no site da CVM e no site de RI da Companhia nesta data e encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como na rede mundial de computadores nas páginas da Companhia (<https://www.azevedotravassosenergia.com.br/>) e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (<http://www.cvm.gov.br/>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>). Também se encontram disponíveis nestes endereços eletrônicos os documentos exigidos nos termos da Resolução CVM nº 81/2022 e respeito das matérias que serão deliberadas na Assembleia, conforme devidamente apresentados à CVM por meio do Sistema Empresas.NET, bem como do Sistema CI.Corp. Os acionistas poderão participar da Assembleia (I) votando a distância nas matérias objeto da ordem do dia, por meio do envio do boletim de voto a distância ("BVD"); (II) via Plataforma Digital, pessoalmente ou, se for o caso, por seus representantes legais ou procuradores, caso em que poderão (a) participar da Assembleia, tendo ou não enviado o BVD, ou (b) participar e votar na Assembleia, observando-se que, conforme estipulado no item 28, § 2º, inciso II, da Resolução 81/72 da CVM, quanto ao acionista que já tenha enviado o BVD e que, caso queira, vote na Assembleia, todas as instruções de voto recebidas por meio do BVD para aquele acionista, identificado por meio do número de sua inscrição no CPF ou no CNPJ, devem ser desconsideradas. Para participar da Assembleia, os acionistas, ou seus representantes legais, deverão apresentar, (a) em caso de acionista pessoa física: documento de identidade com foto, e, em caso de acionista pessoa jurídica ou fundo de investimento: o último Estatuto Social, Contrato Social ou Regulamento Consolidado e demais documentos societários que comprovem a representação legal do acionista e documento de identidade com foto do respectivo representante; e (b) para fins de comprovação da titularidade de suas ações, comprovante emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações da Companhia conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central. Caso o acionista deseje ser representado na Assembleia por meio de procurador, observados os termos e condições da Lei das S.A., além dos documentos mencionados acima, deverá apresentar o original ou cópia autenticada do respectivo instrumento de mandato vigente e devidamente assinado, acompanhado do documento de identidade com foto do(s) respectivo(s) procurador(es). Além disso, deverá apresentar o documento de identificação com foto e dos atos societários que comprovem a representação legal, conforme o caso: comprovante expedido pela instituição escrituradora ou agente custodiante; e para os acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, extrato da respectiva participação, emitido pelo órgão competente. O representante de acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples, devidamente registrada: (a) do último contrato ou estatuto social; e (b) da documentação societária que outorgue poderes e representação (ato de eleição do administrador e, conforme o caso, procuração). No tocante aos fundos de investimento, a representação caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do último regulamento do fundo, devidamente registrado. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A., devendo o instrumento de procuração observar o disposto no art. 654 da Lei 10.406/2002. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, §1º da Lei das S.A. No caso de acionistas pessoas jurídicas, estas poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de o procurador ser acionista, administrador da Companhia ou advogado. A Companhia não exige o reconhecimento de firma, notarialização, consularização e/ou tradução juramentada dos documentos. A Companhia disponibiliza o sistema de votação a distância, nos termos da Resolução da CVM nº 81/2022, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto a distância ("BVD") por meio de seus respectivos agentes de custódia ou ao escriturador das ações de emissão da Companhia conforme as orientações constantes na Proposta de Administração, bem como nos termos descritos a seguir: (i) via envio de instrumentos de preenchimento do BVD aos seus agentes de custódia, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pelo respectivo custodiante; (ii) via depositário central por meio do canal "B3 – Investidor", observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos; (iii) via envio de instruções de preenchimento do BVD ao escriturador das ações de emissão da Companhia, qual seja, Itai Cordeiro de Valores S.A., no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador; ou (iv) via envio de BVD devidamente preenchido diretamente à Companhia via plataforma digital, conforme orientações constantes do próprio boletim e da Resolução CVM nº 81/2022. O BVD, quando enviado diretamente à Companhia, deverá ser acompanhado de toda a documentação do acionista para participação na Assembleia (conforme documentos detalhados acima) e de qualquer outra documentação indicada no próprio boletim. A Companhia estabelece que a Plataforma Digital será o único meio para o envio do BVD diretamente à Companhia, nos termos do art. 27 da Resolução 81/22 da CVM, excluindo a possibilidade de envio por correio postal. O envio deverá ser realizado até às 23:59 do dia 30 de abril de 2025. Validada a condição de acionista e a regularidade dos documentos apresentados para o cadastro, o acionista receberá, 1 dia antes da Assembleia, as instruções para acesso ao sistema eletrônico para participação na Assembleia. Caso o acionista não receba as instruções 1 dia antes do início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@azevedotravassosenergia.com.br, com até, no máximo, 2 (duas) horas de antecedência do horário de início da Assembleia (11:00 horas do dia 30 de abril de 2025), para que lhe seja prestado o suporte necessário. Na data da Assembleia, o acesso à Plataforma Digital para participação estará disponível a partir de 30 (trinta) minutos de antecedência, sendo que o registro da presença do acionista via sistema eletrônico somente se dará mediante o acesso do respectivo acionista, ou seu representante, conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após o início da Assembleia, não será possível o ingresso do acionista, independentemente da realização do cadastro. Assim, a Companhia recomenda que os acionistas acessem a Plataforma Digital para participação da Assembleia com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência. **A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da Assembleia por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da Plataforma Digital que não estejam sob o controle da Companhia.** Em conformidade com o art. 161 da Lei das S.A. em conjunto com o art. 4º da Resolução CVM nº 70/2022, as participações mínimas previstas no art. 161 da Lei das S.A. ficam ineficazes em função do valor do 70% do capital social da Companhia, de forma que a integralização do Conselho Fiscal poderá ser solicitada por acionistas que representem, no mínimo, 2% (dois por cento) das ações com direito a voto ou 1% (um por cento) das ações sem direito a voto. Por fim, ressalta-se que, como a Assembleia será realizada exclusivamente de modo digital, não haverá a possibilidade de os acionistas comparecerem presencialmente. A realização da Assembleia de forma exclusivamente digital visa proporcionar maior acessibilidade e conveniência aos acionistas, permitindo a participação de qualquer local, sem as limitações geográficas ou logísticas do formato presencial. Essa modalidade visa garantir a participação de um maior número de acionistas e contribuir para a otimização de tempo e recursos, tornando o processo mais eficiente e alinhado às tendências tecnológicas, sem comprometer a transparência e o direito de voto dos acionistas.

São Paulo, 31 de março de 2025.
Gabriel Antônio Soares Freire Júnior
Presidente do Conselho de Administração

MAXCEL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ nº 30.486.131/0001-91					
	% limite sobre o capital social	Destinação do Resultado	Saldo de reservas		
			31/12/2024	31/12/2023	
Reserva para aumento de capital	80,00%	1.347	4.322	11.601	10.254
Dividendos mínimos obrigatórios		449	1.441		
		1.891	6.066	12.472	11.300
16. Resultado por Ação: 16.1. Básico: O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado líquido do exercício, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas e que compõe o capital social.					
		31/12/2024	31/12/2023		31/12/2023
Resultado atribuível aos acionistas controladores		381.614	393.143		381.614
Quantidade média ponderada de ações ordinárias - em milhares		0,00496	0,01543		0,01543
Resultado básico por ação ordinária - R\$					
16.2. Diluído: A Companhia não possui dívida conversível em ações e opções de compra de ações, bem como outros itens potenciais para fins de diluição, desta forma, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.					
17. Resultado Financeiro, Líquido					
		31/12/2024	31/12/2023		31/12/2023
Despesas financeiras		(65)	(4)		(4)
Juros sobre débitos fiscais e previdenciários		(11)	(1)		(1)
Apropriação de encargos financeiros de arrendamento		(3)	(1)		(1)
Outras despesas financeiras		(79)	(16)		(16)
Recargas financeiras		416	4.392		416
Rendimentos sobre aplicações financeiras		26	4		26
Juros sobre outros ativos		442	4.398		442
Variações monetárias e cambiais, líquidas		5			5
Outros ativos e passivos		4			4
Resultado financeiro, líquido		368	4.382		368

UP.P HOLDING S.A.
CNPJ/MF nº 43.562.300/0001-44 NIRE 35.300.577.167
COMUNICADO
Comunicamos, em preparação à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada, em primeira convocação, às 18h00min do dia 05 de maio de 2025, que se encontram à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o Artigo 133, da Lei nº 6.404/76, conforme modificada, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. São Paulo, 02 de março de 2025. **Gabriel Campos Pêrgola, Roger Keiti Sasazaki e Luciano Valle** - Diretores.

EDITAL DE CITAÇÃO-PRAZO DE 30 DIAS- PROCESSO Nº 000738-30.2021.8.26.0020 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível do Foro Regional XII- Nossa Senhora do Ó Estado de São Paulo, (Dr/a). PAULA NAKAMITSU DE ALMEIDA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER AQUI, LUIZ CARLOS PEREIRA LEIOS FILHO, Brasileiro, RG 44989204, CPF 36333-102, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Colégio Pegasus Ltda.-Me, para receber a quantia de R\$ 29.883,90 (jun/21), referente ao Instrumento Particular de Prestação de Serviços Educacionais. Exatando o executado em lugar ignorado, expediu-se edital para que em 30ias a flur do prazo supra, pague o débito atualizado, com os honorários de 10% reduzidos pela metade após o pagamento em até 15 dias após a publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 24 de março de 2024. 01.02

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 30 DIAS- PROCESSO Nº 1015095-24.2020.8.26.0008 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional VIII - Itaquape, Estado de São Paulo, (Dr/a). Maria Carolina Ferreira de Castro, na forma da Lei, etc. FAZ SABER AQUI, LUIZ CARLOS PEREIRA LEIOS FILHO, Brasileiro, RG 44989204, CPF 375.906.000-00, pai de LUIZ CARLOS PEREIRA LEIOS, mãe Maria Aparecida de Sousa Lemos, Nasco(n)do Nascida 02/04/1971, natural de São Luis - MA, com endereço à Rua Via S, QD C, casa 06, Alto do Cauha, CEP 65071-100, São Luis - MA, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Amanda Carvalho Lemos, alegando em síntese, que requer o deferimento da adoção da parte requerente (meio) pelo adotante Augusto Antonio de Medeiros Netto, Encarregado do réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que flur após o prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 24 de março de 2025. 01.02

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS- PROCESSO Nº 1015905-24.2020.8.26.0010 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, (Dr/a). NATALIA CRISTINA TORRES ANTONIO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER AQUI, O(A) Maria Fátima Filho, Ubirajara Fátima, Maria Fátima, Augusta Baroni Fátima, Giselda Augusta Fátima, Marcia Augusta Fátima e Marcia Augusta Fátima, réus ausentes, inertes, desconhecidos, eventuais interessados, em caso de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre imóvel situado à Estrada Vovó Carolina 777, Jardim Palanque, São Paulo ? SP. CEP: 08473-307, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expedio-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a flur após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. 01.02

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS- PROCESSO Nº 102920-54.2022.8.26.0003 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, (Dr/a). Patricia Manoel Roberto Prado, na forma da Lei, etc. FAZ SABER AQUI, LUIZ CARLOS PEREIRA LEIOS FILHO, Brasileiro, RG 44989204, CPF 375.906.000-00, pai de LUIZ CARLOS PEREIRA LEIOS, mãe Maria Aparecida de Sousa Lemos, Nasco(n)do Nascida 02/04/1971, natural de São Luis - MA, com endereço à Rua Via S, QD C, casa 06, Alto do Cauha, CEP 65071-100, São Luis - MA, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Amanda Carvalho Lemos, alegando em síntese, que requer o deferimento da adoção da parte requerente (meio) pelo adotante Augusto Antonio de Medeiros Netto, Encarregado do réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que flur após o prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 24 de março de 2025. 01.02

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS- PROCESSO Nº 1029275-11.2022.8.26.0100 (O/A) Drs. GISELA AUGUSTA WANDERLEY, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, (Dr/a). Maria Fátima Filho, Ubirajara Fátima, Maria Fátima, Augusta Baroni Fátima, Giselda Augusta Fátima, Marcia Augusta Fátima e Marcia Augusta Fátima, réus ausentes, inertes, desconhecidos, eventuais interessados, em caso de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre imóvel situado na Rua Maricá, nº 186, Jardim Caravelas, São Paulo - SP. CEP 04729-020, objeto da matrícula nº 253.488 do 11º Oficial de Registro de Imóveis da Capital, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expedio-se o presente edital para citação dos supramencionados para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a flur após o prazo de 20 dias úteis, contestem o fato. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. 01.02

BRANAVE S/A - TRANSPORTES FLUVIAIS
C.N.P.J./M.E.: 93.032.738/0001-11 - N.I.R.E.: 35.300.132.289
CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
São convocados os Senhores Acionistas desta Sociedade, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2025, às 10:00 horas na sede social na Av. Paulista, 460 – 18º Andar, São Paulo, Capital, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Aprovação das Demonstrações Financeiras e Balanços Patrimoniais encerrados em 31.12.2024; b) Fixação dos honorários da Diretoria; c) Outros assuntos do interesse geral. As Demonstrações Financeiras e os Balanços Patrimoniais estão à disposição dos acionistas na sede social.
São Paulo, 28 de março de 2025.
RONALDO ANDRE JEFFREY SMITH

CONVOCAÇÃO
A VIAÇÃO COMETA S/A, solicita o comparecimento do funcionário SR. REINALDO MOREIRA RODRIGUES, em nosso escritório, no prazo de 48h, sito a Rua Nilton Coelho de Andrade, 772, Vila Maria São Paulo - SP - CEP: 02167-010
PARA ASSUNTOS DE SEU INTERESSE COM URGÊNCIA.
VIAÇÃO COMETA S/A

AC Real State Administração e Participações Ltda.
CNPJ/MF nº 32.440.599/0001-70
Editai de Convocação de Reunião de Sócios a ser realizada em 29 de abril de 2025
Nos termos do artigo 1.072 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil) e da Cláusula 3ª, Parágrafo 8º do Contrato Social, ficam os sócios da **AC REAL STATE ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA**, ("Sociedade"), convocados para participar da reunião de sócios, a ser realizada por videoconferência através do link (<https://us02web.zoom.us/j/86954981096?pwd=VWNRO9Mkdlk7E7VdaUWVpNpmlmUw5.1>), no dia 29 de abril de 2025, às 10h30min., em primeira convocação e às 11h, em segunda e última convocação, para examinar, discutir e deliberar acerca das seguintes matérias: (I) contas da Administração relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2024; (II) balanços e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2024; e (III) Eleição de Administrador e atualização da Cláusula Quarta do contrato social da Sociedade. Nos termos do art. 1.078, parágrafo 1º do Código Civil, serão enviados por e-mail em até 30 dias antes da data da realização da referida Reunião de Sócios, cópia das demonstrações financeiras e demais documentos pertinentes ao exercício social encerrado em 31.12.2024. **Antonio Chohfi Cury - Administrador**



11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Table with columns for dates (31/12/2024, 31/12/2023) and financial data for Repasse BNDES TJLP + 2% a.a., Capital de giro 120% do CDI, Total, Circulante, Não circulante, Movimentação dos empréstimos e financiamentos, Saldos iniciais, Variação do fluxo de caixa de financiamento, Pagamentos de financiamentos, Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento, Outras variações, Despesas de juros, Saldos finais, Abertura dos pagamentos dos empréstimos classificados no não circulante.

A Companhia realizou a contratação de Financiamento mediante Repasse contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que entre si celebraram a Caixa Econômica Federal e a Companhia Concessionária SPMAR S.A. - em Recuperação Judicial, realizada em 15 de março de 2013. Em 21 de dezembro de 2018, a Companhia celebrou aditamento ao contrato de financiamento mediante repasse, que alterou os prazos contratuais, alongando o período de carência e amortização para as seguintes datas: a) Carência: o prazo de carência será conforme para todos os subcréditos até 15 de junho de 2020; b) Amortização de juros: exigíveis trimestralmente entre 15 de setembro de 2020 e 15 de junho de 2032; e c) Amortização de principal: o principal da dívida decorrente deste contrato referente a todos os subcréditos serão pagos trimestralmente em percentuais pré-definidos contratualmente e aplicados sobre o saldo devedor no período entre março de 2023 e junho de 2032. A Companhia também firmou contratos de financiamento (Finais) os quais foram aditados em 21 de dezembro de 2019, alongando o prazo de carência e amortização da dívida para as seguintes datas: a) Carência: o prazo de carência até 15 de junho de 2032 aplicável para todos os subcréditos; b) Amortização de juros: exigíveis trimestralmente no período compreendido entre setembro de 2023 até dezembro de 2045; e c) Amortização de juros: o principal da dívida decorrente deste contrato será pago trimestralmente em percentuais pré-definidos contratualmente e aplicados sobre o saldo devedor no período entre setembro de 2033 e dezembro de 2045. Para assegurar o cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas neste Contrato, tais como principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas, serão constituídas as seguintes garantias: a) Garantias reais - (I) alienação fiduciária da totalidade das ações do capital social da beneficiária, detidas pela Infra Bertin e Toniolo, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; e (II) cessão fiduciária, pela beneficiária, de todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes do contrato de concessão, respeitado o disposto no artigo 28, da Lei nº 8.987/95, nos termos do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Emergentes da Concessão e Outras Avenças; • Fiança - as intervenientes anuentes - fiduciárias, Cibe Investimentos e Participações S.A., Contern Construções e Comércio Ltda., Heber Participações S.A (I) figuram como fiduciárias e principais pagadoras, renunciando expressamente aos benefícios dos artigos 366, 827 e 838 do Código Civil, responsabilizando-se, solidariamente, pelo fiel e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas pela beneficiária, neste Contrato, até final liquidado deste contrato; e (II) declaram-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretroativo, fiduciárias e principais pagadoras, solidariamente responsáveis, da beneficiária oriundo deste contrato, e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil; • Contrato suporte de ações - as acionistas celebraram contrato de suporte para garantir a cobertura integral de eventuais sobrecustos ou atrasos, multas e penalidades insumidas pelos órgãos reguladores ou, ainda, receitas inferiores à projetada; • Seguros - a beneficiária contratará seguros nas modalidades riscos operacionais, riscos de engenharia, responsabilidade civil, seguro garantia - funções de aplicação e seguro garantia - funções operacionais.

12. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR
31/12/2024 31/12/2023
Fornecedores nacionais diversos 20.902 22.527
Seguros a pagar 3.733 3.702
Outras variáveis a pagar 1.362 590
Outras contas a pagar 9.797 11.358
Total 35.794 38.177

13. OBRIGAÇÕES FISCAIS
31/12/2024 31/12/2023
Cofins 1.575 1.407
PIS 336 301
ISS 2.840 2.688
IRRF 190 168
CSSL 38 50
Parcelamento federal 12.922 16.532
Parcelamento municipal 5.796 8.246
Total 23.567 29.492
Circulante 8.044 11.359
Não circulante 15.623 18.133

14. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO
A Concessionária possui a obrigação contratual de atender as condições de conservação da rodovia estabelecidas pelo contrato de concessão. Para essas manutenções previstas, a administração optou por reconhecer um passivo contingente decorrente do desgaste da vida útil da conserva em infraestrutura. A administração entende que o contrato de concessão é caracterizado como de natureza executória, conforme Orientação Técnica - OCP/05. Essa premissa estabelece que o contrato pode ser finalizado a qualquer momento tanto pelo poder concedente quanto pela concessionária e, dessa forma, a Companhia provisiona apenas as próximas intervenções de conserva que devem ser realizadas em trechos específicos da malha rodoviária. Os montantes provisionados são fundados em base em relatório de Auditoria Financeira no 11 da Artesp. Os montantes são atualizados por índice de mercado IGP-M. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da provisão para manutenção ajustado a valor presente é de R\$ 350.963 e está demonstrado a seguir:

Table with columns for dates (31/12/2024, 31/12/2023) and financial data for Provisão para manutenção - circulante, AVP - provisão para manutenção, Total, Provisão para manutenção - não circulante, AVP - provisão para manutenção, Total.

Aos Administradores e Acionistas da Concessionária SPMAR S.A. - em Recuperação Judicial São Paulo - SP
Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária SPMAR S.A. - em Recuperação Judicial ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária SPMAR S.A. - em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião com ressalva: Realização dos impostos diferidos: Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8 (e), a Companhia possui registrado nas rubricas "Ativos fiscais diferidos", no ativo não circulante, o montante de R\$ 172.726 mil (mesmo valor em 31 de dezembro de 2023), referente a Ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal. Entretanto, a Companhia não possui histórico de rentabilidade nos últimos anos e não foi elaborado estudo formal de viabilidade de recuperação e que demonstre a provável ocorrência de lucros tributáveis futuros suficientes para compensar os prejuízos acumulados e utilização dos referidos créditos tributários diferidos. Consequentemente, o ativo não circulante, o resultado do exercício e o patrimônio líquido estão apresentados a maior no montante de R\$ 172.726 mil (mesmo valor em 31 de dezembro de 2023). Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela audi-

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A. - Em Recuperação Judicial | CNPJ N° 09.191.336/0001-53

Table with columns for dates (31/12/2024, 31/12/2023) and financial data for Provisão para manutenção - circulante, AVP - provisão para manutenção, Total, Provisão para manutenção - não circulante, AVP - provisão para manutenção, Total, 15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS, Os Assessores Jurídicos da Companhia identificaram processo de natureza cível, trabalhista e administrativa, cuja expectativa de perda foi considerada como provável, no valor de R\$ 80.726 (R\$ 43.966 em 31 de dezembro de 2023). Já para os processos identificados como de perdas possíveis, de natureza cível, trabalhista e tributária, no montante de R\$ 1.795.656 (R\$462.928 em 31 de dezembro de 2023), a administração da Companhia não considera necessária constituição de provisão. Processos administrativos - Artesp: No curso normal de suas operações, a Companhia mantém algumas discussões no âmbito da esfera administrativa junto a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - Artesp, que, por entender que a Companhia descumpriu algumas cláusulas do Contrato de Concessão nº 001/Artesp/2011 emitiu diversas notificações de infração contra a Companhia, as quais estão em fase de impugnação nos processos administrativos sancionatórios da Artesp. Assim, encontram-se em discussão na Artesp, notificações de infração que podem redundar na aplicação de multas pecuniárias que totalizaram em 31 de dezembro de 2023, o valor atualizado de R\$ 88.957 (R\$ 67.615 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia e seus Assessores Jurídicos classificaram a possibilidade de perdas da seguinte forma, R\$ 13.064 (R\$ 12.363 em 31 de dezembro de 2023) como possível e R\$ 75.873 (R\$ 55.252 em 31 de dezembro de 2023) como remota.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
O capital é composto parcialmente integralizado de R\$ 1.439.261 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2023) está representado por 1.445.030.571 ações, sendo 746.725.695 ações ordinárias e 698.304.876 ações preferenciais (mesmas quantidades em 31 de dezembro de 2023), todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes aos seguintes Acionistas:

Table with columns for name, participation %, and value. Includes Infra Bertin Empreendimentos S.A., Toniolo, Busnelo S.A., and Total.

Em 28 de junho de 2012, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Contern Construções e Comércio Ltda. e a Cibe Investimentos e Participações S.A. capitalizaram a Infra Bertin Empreendimentos S.A. com a totalidade das ações da Concessionária SPMAR S.A. - em Recuperação Judicial. Em 28 de dezembro de 2012, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Infra Bertin Empreendimentos S.A. e a Toniolo, Busnelo S.A., Túneis, Terraplanagens e Pavimentações, subscreveram e integraram parcialmente 336.068.610 novas ações. Em 03 de outubro de 2014, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Toniolo, Busnelo S.A., Túneis, Terraplanagens e Pavimentações, integraram R\$ 11.035. Em 06 de outubro de 2014, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Infra Bertin Empreendimentos S.A. subscrevu e integrou 9.122.000 novas ações. Em 09 de janeiro de 2015, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Infra Bertin Empreendimentos S.A. e Toniolo, Busnelo S.A., Túneis, Terraplanagens e Pavimentações subscreveram e integraram 30.000.000 novas ações. Ações ordinárias: Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia. Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos, conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. Ações preferenciais: As ações preferenciais de emissão da Companhia não conferem direito a voto, e participam dos lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias, sendo-lhes asseguradas prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Dividendos: A distribuição de dividendos, observadas as disposições do Contrato de Concessão, ficará condicionada aos limites fixados pela Lei das S.A., quer quantitativamente, quer quanto a periodicidade de sua distribuição sendo que o dividendo obrigatório será de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo nº 202 da Lei das S.A.

Table with columns for dates (31/12/2024, 31/12/2023) and financial data for Pedágio em numerário, Pedágio por equipamentos eletrônicos, Vale pedágio, Pedágio em cupons, Pedágio por cartão, Receita de construção (a), Receitas acessórias (b), Deduções de receita, Total.

(a) A receita de construção é uma terminologia adotada pela Interpretação Técnica ICP/01 que diz respeito à contrapartida no resultado de todo o ativo intangível obtido através de construções ou melhoramentos na infraestrutura. A administração da Companhia optou por reconhecer margem nula na receita de construção, ou seja, custos incorridos com obras são idênticos à receita de construção. (b) Receitas provenientes de cobranças pela utilização da faixa de domínio por Companhias autorizadas.

Table with columns for dates (31/12/2024, 31/12/2023) and financial data for Pessoal, Provisão para manutenção, Custos Despesas dos gerais e serviços administrativos, Custos Despesas dos gerais e serviços administrativos, Total.

(a) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada na estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de construção são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados; (b) Provisão para realização das próximas conservas em trechos das rodovias seguindo a premissa de contrato executório. Os montantes são provisionados com base em relatórios elaborados pelos

Relatório do auditor independente
livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, dividível, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento de operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a estes riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos pro-

Engenheiros da Companhia, respeitando os prazos determinados pelo cronograma da Artesp; (c) Pagamento das parcelas variáveis ao poder concedente, conforme obrigação contratual; e (d) A amortização do ativo intangível de construções e do direito de outorga da concessão ocorrerá de forma linear, de forma que o valor residual do ativo intangível, no final da concessão, será nulo.

Table with columns for dates (31/12/2024, 31/12/2023) and financial data for 19. OUTRAS DESPESAS, Custo imobilizado, Sinistros recebidos, Outros, Total, 20. RESULTADO FINANCEIRO.

20. RESULTADO FINANCEIRO
31/12/2024 31/12/2023
Receita financeira 21.875 17.603
Rendimento de aplicações financeiras 379 7.443
Juros ativos 15.853 -
AVP - provisão para manutenção 38.107 25.046
Total 52.552 (479.034)
Despesas financeiras (68) (85)
Juros sobre operações financeiras (529.804) (407.674)
Responsabilidade civil (66.094) -
AVP - provisão para manutenção - (2.277)
Juros passivos (226) (265)
Despesa bancárias (2.454) (2.639)
Outras (632.552) (479.034)
Total (494.445) (453.988)

21. COBERTURA DE SEGUROS
A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis. Consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros é composta, conforme a seguir e estão em linha com as necessidades exigidas no Contrato de Concessão:

Table with columns for description, type of security, and value. Includes Riscos operacionais, Responsabilidade civil, Premissas de risco adotadas, Juros passivos, Despesa bancárias, Outras, Total, Resultado financeiro líquido.

22. COMPROMISSOS VINCULADOS AO CONTRATO DE CONCESSÃO
Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão: A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, é mantido controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada). Compromissos relativos às concessões: Além dos pagamentos ao poder concedente, a Companhia até 31 de dezembro de 2024 estava cumprindo todos os compromissos contratuais, incluindo metas de efetuar os investimentos previstos no contrato de concessão. Tais compromissos e investimentos contratuais não foram submetidos à análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros calculados por metas financeiras.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
Gerenciamento dos riscos financeiros: Visão geral: A Companhia possui exposição para os seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de riscos: A administração tem a responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Além disso, a administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. Os gestores de cada departamento reportam regularmente à administração suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir níveis de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de treinamento e procedimentos de gestão busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle, no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. Riscos de crédito: Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas caso um cliente ou de uma das suas subleilistas não cumpra suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e outros recebíveis e de caixa e equivalentes de caixa. Exposição a riscos de crédito: O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis é como segue:

Table with columns for notes, value, and date (31/12/2024, 31/12/2023). Includes Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Outros recebíveis, Total, Circulante.

Contas a receber: O valor das contas a receber de clientes é originário do serviço de passagem da rodovia, bem como receitas acessórias. A composição por vencimento de contas a receber de clientes e outros recebíveis na data das demonstrações contábeis para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável é como segue:

Table with columns for dates (31/12/2024, 31/12/2023) and financial data for Duplicatas a vencer, Valor contábil.

Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidadas com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Companhia não possui nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento de operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a estes riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos pro-

Passivos financeiros não derivativos
31/12/2024
Valor contábil Até 12 meses 01 a 02 meses 02 a 03 meses 03 a 05 anos Mais que 05 anos

Table with columns for dates (31/12/2024, 31/12/2023) and financial data for Forneecedores e outras contas a pagar, Empréstimos bancários garantidos, Total.

Passivos financeiros não derivativos
31/12/2024
Valor contábil Até 12 meses 01 a 02 meses 02 a 03 meses 03 a 05 anos Mais que 05 anos

Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Risco de taxa de juros: Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros e câmbio, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária nos mercados interno e externo. As operações da Companhia estão expostas a taxa de juros do Certificado de Depósitos Interbancários (CDIs), não existindo operações com derivativos no intuito de proteção para essas taxas de juros. Perfil: Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia é como segue:

Table with columns for dates (31/12/2024, 31/12/2023) and financial data for Ativos financeiros, Caixa e equivalentes de caixa, Passivos financeiros, Empréstimos, Total.

Objetivo
O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia, buscando eficácia de custos, para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável: Uma elevação de 25 e 50 pontos base nas taxas de juros ou redução de 25 e 50 pontos base nas taxas de juros, na data das demonstrações contábeis, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes demonstrados a seguir. A análise é conduzida com a mesma base para 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Table with columns for dates (31/12/2024, 31/12/2023) and financial data for Efeitos no resultado do exercício e patrimônio líquido, 25 pb aumento, 25 pb diminuição.

Em 31 de dezembro de 2024
Aplicações de taxa variável
Empréstimos de taxa variável
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)
Em 31 de dezembro de 2023
Aplicações de taxa variável
Empréstimos de taxa variável
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)

31 de dezembro de 2024
Aplicações de taxa variável
Empréstimos de taxa variável
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)
Gerenciamento do capital: A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor do credor e do mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Para tanto, a administração monitora a relação da dívida líquida em relação ao patrimônio líquido total. A administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de financiamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

Table with columns for dates (31/12/2024, 31/12/2023) and financial data for Total do passivo, Menos: caixa e equivalentes de caixa, Dívida líquida (A), Total do patrimônio líquido (B), Índice da dívida líquida pelo patrimônio líquido.

Valor justo versus valor contábil: Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus valores de mercado. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: Caixa e equivalentes de caixa: São definidos como ativos destinados a negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos. O contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas a pagar decorrentes diretamente das operações da Companhia, estão sendo contabilizados pelo seu custo amortizado, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração. Os empréstimos estão classificados como passivos financeiros não derivativos mensurados pelo custo amortizado. Para fins de divulgação, os saldos contábeis são equivalentes aos valores justos, por se tratar de captações com características exclusivas, decorrentes de fontes de financiamento específicas, indexados às taxas de mercado correspondentes ao risco de crédito da Companhia. Hierarquia do valor justo: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação.

24. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA OU EQUIVALENTES DE CAIXA
Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não realizou atividades de financiamento não envolvendo caixa, portanto, todas as operações estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa.

cedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 25 de março de 2025

Grant Thornton
Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 25P-037.321/0-0 F SP
Marcelo Castro Valentini
Contador CRC 1SP-239.472/0-2

Advertisement for 'Jornal O Dia SP' featuring a man reading a newspaper. Text includes: 'O JORNAL CERTIFICA AS PUBLICAÇÕES LEGAIS COM PONTUALIDADE E TRANSPARÊNCIA, CUMPRINDO AS NORMAS JURÍDICAS. AFINAL, O JORNAL É LEGAL.' Logos for cenp, ANU Associação Nacional de Jornais, abra legal, and adjORIBR Jornais do Interior are shown at the bottom.



Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A.

CNPJ 43.335.774/0001-86

Relatório da Diretoria

São Paulo, 31 de março de 2025. Aos Senhores Acionistas, A Administração da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A. ("Travessia" ou "Companhia"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. as Informações Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A Companhia não registrou lucros ou prejuízos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Apesar disso, a Diretoria enfatiza que a empresa possui condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações no curto, médio e longo prazo. Além disso, os compromissos financeiros relativos à sua manutenção estão sendo honrados com recursos próprios. Em atendimento à Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022 ("Res CVM 162"), informamos que a empresa Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda foi contratada pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das Informações Demonstrações Financeiras Anuais relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Ressaltamos que a Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda não prestou nenhum outro serviço para a Travessia Securitizadora Mercantil VI além de auditoria externa e nem possui qualquer outro tipo de vínculo com a Companhia ou com seus administradores.

Atenciosamente,

Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A.

Vincicius Bernardes Basile Silveira Stopa

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Declaração dos Diretores

Eu, Vincicius Bernardes Basile Silveira Stopa, brasileiro, casado sob o regime de comunhão

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 - (Valores expressos miliares em Reais)

Ativo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	80	16
Impostos a recuperar		2	-
Total do ativo circulante		82	16
Ativo não circulante			
Cotas de Fundo de Investimento Imobiliário	4, a)	31.077	21.324
Total do ativo não circulante		31.077	21.324
Total do ativo		31.159	21.340

Demonstrações do valor adicionado findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 - (Valores expressos miliares em Reais)

Receitas	31/12/2024	31/12/2023
Insuamos adquiridos de terceiros	4.693	2.689
Custo dos serviços prestados	(4.693)	(2.689)
Matérias, energia, prestação de terceiros e outros	-	-
Valor adicionado bruto	-	-
Valor total adicionado	-	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional - A Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A. ("Companhia"), foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 09 de agosto de 2021. A Companhia tem por objeto social: (i) A aquisição e a securitização de quaisquer direitos creditórios originados por atividades empresariais e de quaisquer títulos e valores mobiliários representativos de tais direitos creditórios ou lastreados em tais direitos creditórios, direta ou indiretamente (Créditos Mercantis); (ii) A emissão e a colocação, privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com sua atividade, respeitados os trâmites da legislação aplicável; (iii) A realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; (iv) A realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos; (v) a gestão e administração dos Créditos Mercantis, sendo permitida a contratação de terceiros para a prestação dos serviços de gestão, administração e cobrança dos Créditos Mercantis, incluindo poderes para conceder descontos, prorrogar vencimentos ou mudar características dos Créditos Mercantis; (vi) a aquisição e a alienação de títulos representativos ou lastreados em Créditos Mercantis; (vii) a emissão, recompra, revenda ou resgate de valores mobiliários de sua própria emissão nos mercados financeiro e de capitais, com lastro nos Créditos Mercantis; (viii) a prestação de serviços envolvendo a estruturação de operações de securitização dos Créditos Mercantis; (ix) a realização de operações nos mercados de derivativos visando cobertura de riscos na sua carteira de créditos; e (x) a prestação de garantias para os títulos e valores mobiliários por ela emitidos. A Companhia foi constituída para adquirir as cotas da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) emissão de cotas do Bluepac Desenvolvimento Logístico (Fundo de Investimento Imobiliário - FIL, inscrito no CNPJ/ME sob nº 04.054.913/0001-05 ("Fundo"). O fluxo das cotas do Fundo faz jus aos pagamentos das despesas, juros e principal das Debêntures emitidas pela Companhia. Atualmente, a Companhia possui duas emissões de debêntures. A primeira emissão consistiu em R\$ 0.000.000 (cinco bilhões) de debêntures da série única, com valor nominal unitário de 5.000.000 (cinco milhões). Em 02 de fevereiro de 2024, a companhia realizou a segunda emissão, emitindo 206.407.339 (duzentos e seis milhões, quatrocentos e sete mil, trezentos e trinta e nove) debêntures da série única, com valor nominal unitário de R\$ 0,01 (um centavo). Ambas as emissões garantem uma remuneração correspondente a 100% da variação acumulada do DI, acrescida de uma sobretaxa de 3,00% ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. 2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais - 2.1. Autenticação. Em conformidade com o Artigo 27, § 1º, incisos V e VI da Resolução CVM nº 80/22, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as demonstrações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes em 31 de março de 2025. 2.2. Base de apresentação. As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB). As demonstrações financeiras são apresentadas em valores expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. 2.3. Estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Tais significativas sujeitos a essas estimativas e permissões pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em prazos nunca superiores a um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. 2.3. Ajuste do resultado - As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados. 2.4. Imposto de renda e contribuição social - A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constitui créditos tributários, estes serão reconhecidos somente quando houver perspectiva consistente de sua realização. 2.5. Caixa e equivalentes de caixa - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação. 2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes) - Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorre nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. 2.7.1. Instrumentos financeiros - Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) Custo amortizado; (ii) Valor justo por meio do resultado; (iii) Valor justo por meio do resultado abrangente. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e o caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. 2.7.2. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado. 2.7.3. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento - Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. 2.7.3.1. Empréstimos e recebíveis - São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. 2.8. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC A Companhia não adotou antecipadamente os seguintes pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC, que já foram emitidos e ainda não estão vigentes:

parcial de bens, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.393.860-2 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF 218.718.568-09, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuá, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, DECLARO, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A., sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuá, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, inscrita no CNPJ/ME nº 43.335.774/0001-86 (Companhia), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaro que, juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) Revi, discuti e concordei com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) Revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, informando que, caso houvesse discordância, as razões seriam devidamente apresentadas.

Vincicius Bernardes Basile Silveira Stopa

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Declaração dos Diretores

Eu, Camila Maria Oliveira, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 36.825.036-2 (SSP/SP), inscrita no CPF/MF 349.935.818-23, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuá, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, DECLARO, na qualidade de Diretora de Securitização da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A., sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuá, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, inscrita no CNPJ/ME nº 43.335.774/0001-86 (Companhia), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaro que, juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) Revi, discuti e concordei com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) Revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, informando que, caso houvesse discordância, as razões seriam devidamente apresentadas.

86 (Companhia), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaro que, juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) Revi, discuti e concordei com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) Revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, informando que, caso houvesse discordância, as razões seriam devidamente apresentadas.

Camila Maria Oliveira - Diretora de Securitização

Declaração dos Diretores

Eu, Thais de Castro Monteiro, brasileira, solteira, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 49.116.133 (SSP/SP), inscrita no CPF/MF 427.665.628-14, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuá, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, DECLARO, na qualidade de Diretora de Compliance da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A., sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuá, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, inscrita no CNPJ/ME nº 43.335.774/0001-86 (Companhia), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaro que, juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) Revi, discuti e concordei com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) Revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, informando que, caso houvesse discordância, as razões seriam devidamente apresentadas.

Thais de Castro Monteiro - Diretora de Compliance

Demonstrações do resultado exercicios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 - (Valores expressos miliares em Reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacionais	9	4.693	2.689
Custo dos serviços prestados	10	(4.693)	(2.689)
Resultado bruto		-	-
(=) Resultado antes das provisões tributárias		-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-
Resultado do exercício		0,000	0,000
Prejuízo básico por ação - Reais		0,000	0,000

Demonstrações dos fluxos de caixa exercicios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos miliares em Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Atividades operacionais		
Resultado do exercício	-	-
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades	-	-
Ganhos patrimoniais cotas de fundos	(2.187)	(702)
Desajuste sobre aquisição cotas	(2.506)	-
Juros sobre as debêntures	3.514	2.689
Prêmio de debentures	1.179	(1.987)
Aumento/(redução) no ativo:		
Cotas de fundo de investimento imobiliário	(5,060)	(3.342)
Despesas antecipadas	(2,620)	-
Aumento/(redução) no passivo:		
Impostos e contribuições a recolher	1	(2)
Contas a Pagar	36	(3)
Outras obrigações	10	-
Outras Obrigações	19	19

Capital social

	31/12/2024	31/12/2023
Capital social	1	1
Total do patrimônio líquido	1	1
Total do passivo e patrimônio líquido	31.159	21.340

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercicios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos miliares em Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1	1
Resultado do exercício	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1	1
Resultado do exercício	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1	1

Pronunciamento

Descrição

Aplicável a períodos anuais com início em ou após

IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reativos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Emprendimento Controlado Em Conjunto e a LPC 09 - Demonstrações financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientar sobre os procedimentos para moedas não convertíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja convertível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que refletida as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor representa a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não convertíveis, para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações financeiras e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em exercícios futuros. Quaisquer impactos identificados serão devidamente divulgados nas demonstrações financeiras, conforme necessário.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição

31/12/2024

31/12/2023

Caixa e bancos conta movimento

1

1

Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)

79

15

Total

80

16

As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas substancialmente por aplicações em renda fixa, através do produto Itaú aplicação ao mais, e são remuneradas a uma taxa média mensal de 2% do Certificado de Depósito Interbancário podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada. 4. Cotas de Fundo de Investimento Imobiliário - As Cotas de Fundo de Investimento Imobiliário adquiridos pela Companhia são oriundos de recursos provenientes de cotas da 1ª (primeira) e 2ª emissão de cotas do Bluepac Desenvolvimento Logístico (Fundo de Investimento Imobiliário - FIL, inscrito no CNPJ/ME sob nº 04.054.913/0001-05 ("Fundo"), que possui prazo de duração determinado de 4 (quatro) anos, podendo ser prorrogado por mais 2 (dois) anos. a) Composição - Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o saldo a seguir representa:

Descrição

31/12/2024

31/12/2023

Saldo Anterior

21.324

17.280

Aquisição de cotas de Fundo de Investimento Imobiliário

5.060

3.342

Ganhos patrimoniais - Cotas de Fundo (Vide Nota Explicativa nº 9)

2.187

702

Desajuste sobre aquisição de cotas (Vide Nota Explicativa nº 9)

2.506

-

Total

31.077

21.324

Até a data de emissão deste relatório, as demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2024 estavam em processo de auditoria. b) Objeto do fundo e política de investimento - A política do Fundo é o investimento no empreendimento imobiliário referente ao terreno rural denominado Gleba 1, localizado na Rodovia Fernão Dias, KM 934, no Bairro Monjolinho, na Cidade de Itapeva, no Estado de Minas Gerais, objeto da Matrícula nº 16.161 do Serviço Registral de Imóveis da Comarca de Camanducaia, Estado de Minas Gerais, e áreas contíguas a referido terreno ("Imóvel"), primordialmente, por meio de aquisição direta do Imóvel ou, ainda, mediante a aquisição de ações de cotas de sociedades de propósitos específicos, que, eventualmente, adquiram o Imóvel ("SPE"). O objetivo do Fundo é a realização de ganho de capital mediante o investimento direto no Imóvel, para posterior venda ou obtenção de renda, bem como em quaisquer direitos reais sobre o Imóvel ou, ainda, pelo investimento indireto no Imóvel, mediante a aquisição de SPE. A aquisição do Imóvel pelo Fundo visa a proporcionar aos seus Cotistas a rentabilidade decorrente da exploração comercial do Imóvel, bem como pela eventual comercialização do Imóvel. O Fundo poderá realizar construções, reformas ou melhorias no Imóvel com o objetivo de potencializar os retornos decorrentes de sua exploração comercial ou eventual comercialização. O IMÓVEL deverá atender, cumulativamente, aos seguintes critérios de conformidade, quando de sua aquisição pelo Fundo: (i) Não ocorrência de quaisquer mudanças legais ou regulatórias que venham a restringir os direitos de aquisição do Fundo com relação ao Imóvel ou que, de qualquer forma, impeçam o Fundo de cumprir com as obrigações previstas nos compromissos de compra e venda e/ou com a Política de Investimentos; (ii) Não ocorrência de qualquer inadimplimento, pelos vendedores, de obrigações estipuladas nos respectivos compromissos de compra e venda, bem como que não se provem falsas quaisquer declarações prestadas pelos vendedores que poderiam influenciar na decisão de recomendação do Gestor; e (iii) A disponibilização pelo Gestor, ao Administrador, do Relatório de Aquisição e da matrícula atualizada do Imóvel, emitida há menos de 30 (trinta) dias, conforme o caso ("Crêditos de Conformidade"). 5. Debêntures - 5.1. Condições da escritura - De acordo com as Escrituras das Emissões de Debêntures, na primeira emissão, a administração da Companhia visava captar recursos no montante de R\$ 50.000 (cinquenta milhões de Reais) com a integralização de 5.000.000.000 (cinco bilhões) Debêntures e na segunda emissão visava captar os recursos no montante de R\$ 2.064 (dois milhões, sessenta e quatro mil Reais) com a integralização de 206.407.339 (duzentos e seis milhões, quatrocentos e sete mil, trezentos e trinta e nove) observado o disposto nas Escrituras a

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar sua operação, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras. Base para abstenção de opinião: Conforme descrito na Nota Explicativa nº 4, a Companhia detém cotas do Bluepac Desenvolvimento Logístico (Fundo de Investimento Imobiliário - FIL, inscrito no CNPJ/ME sob nº 04.054.913/0001-05 ("Fundo"), no montante de R\$ 31.077 mil, o que representa aproximadamente 99,74% do total do ativo. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 do referido Fundo estão em processo de auditoria e, até a data de emissão deste relatório, não haviam sido concluídas. Dessa forma, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre esse investimento, o que nos impede de formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Principais Assuntos de Auditoria (PAAs): Além do assunto descrito na seção "Base para abstenção de opinião", não existem outros principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas

Demonstrações do resultado exercicios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 - (Valores expressos miliares em Reais)

Notas

31/12/2024

31/12/2023

Receita operacionais

9

4.693

2.689

Custo dos serviços prestados

10

(4.693)

(2.689)

Resultado bruto

-

(=) Resultado antes das provisões tributárias

-

Imposto de Renda e Contribuição Social

-

Resultado do exercício

Entregadores mantêm paralisação por melhores condições de trabalho

Entregadores que trabalham em plataformas digitais continuam mobilizados na terça-feira (1º) em diferentes cidades brasileiras contra a precarização e por melhores condições de trabalho. No Rio de Janeiro, participantes de uma manifestação na zona norte da cidade foram presos e autuados. Em São Paulo, lideranças do movimento foram recebidas para discussão de reivindicações na sede do iFood.

Na segunda-feira (31), a categoria circulou e realizou atos pela Grande São Paulo, inclusive em frente ao escritório do aplicativo iFood, reivindicando melhores condições de trabalho e remuneração justa.

Entre as estratégias dos trabalhadores está tentar mobilizar estabelecimentos para que não abram pedidos por aplicativos.

O Sindicato dos Mensageiros Motociclistas, Ciclistas e Mototaxistas do Estado de São Paulo (Sindimotosp) descreve que, “atualmente, os entregadores

enfrentam longas horas de jornada de trabalho, recebem um valor de entrega que não é suficiente para uma razoável renda mensal nem para o pagamento de contas ou investimento em equipamentos de segurança”.

Além disso, “não possuem sequer condições mínimas de trabalho, sendo abandonados pelas empresas de app em caso de acidentes ou óbito”, disse o sindicato, em nota.

Reivindicações dos entregadores:

Taxa mínima de R\$ 10 por corridas de até 4 quilômetros (km);

Aumento do valor para R\$ 2,50 por km;

Limitação das entregas com bicicletas a um raio máximo de 3 km;

Pagamento integral de taxa por cada um dos pedidos, mesmo em entregas agrupadas na mesma rota.

A Associação Brasileira de Bares e Restaurantes de São Pau-

lo (Abrasel SP) afirmou que a paralisação dos entregadores, chamada de Breque dos Apps, afetou significativamente bares e restaurantes na segunda-feira. Segundo levantamento da entidade, realizado com associados da capital paulista, empresários que operam unicamente com o aplicativo iFood tiveram queda de 100% nas entregas, durante a paralisação.

Aqueles que utilizam múltiplas plataformas sentiram um impacto menor, mas ainda expressivo, ressaltou a entidade, com queda no movimento de entregas estimada entre 70% e 80%, na comparação com uma segunda-feira comum. Já os estabelecimentos que contam com frota própria de entregadores registraram crescimento nas entregas, segundo a Abrasel SP, com aumento de até 50% na demanda.

O iFood disse, em nota, que segue monitorando as manifestações e trabalha para manter a operação. Segundo a empresa,

atualmente, 60% dos pedidos intermediados pela plataforma são entregues pelos próprios restaurantes.

“Com o objetivo de ouvir os entregadores, o iFood confirma que se reuniu com nove representantes dos manifestantes na tarde de segunda-feira (31), no escritório da empresa em Osasco. Reafirmando sua abertura ao diálogo, foram discutidas as principais demandas apresentadas pelo movimento e ficou acordado que o iFood retornará com devolutivas para as lideranças”, disse a empresa.

Rio de Janeiro

Na capital fluminense, a polícia foi chamada para intervir em um protesto de entregadores na Tijuca, na zona norte da cidade, na segunda-feira. Segundo a Polícia Militar, alguns entregadores reclamaram que estavam sendo impedidos de trabalhar pelos manifestantes.

Pelo menos 13 pessoas foram

encaminhadas à delegacia do bairro, de acordo com a Polícia Civil, das quais seis foram autuadas pelos crimes de associação criminosa e atentado contra a liberdade de trabalho, já que, de acordo com a polícia, eles ameaçaram e coagiram entregadores para que eles aderissem à paralisação.

Na terça-feira, os entregadores fizeram um buzinaço no bairro de Botafogo, na zona sul da cidade.

Distrito Federal

Em Brasília, o movimento paradedista de motociclistas profissionais mobilizou cerca de 1,5 mil profissionais. Nos dois dias, foram feitas manifestações na Esplanada dos Ministérios e nos shoppings da cidade.

Segundo o presidente do Sindicato dos Motociclistas Profissionais de Brasília (Sindimoto-DF), Luiz Carlos Garcia Galvão, essa adesão corresponde a pelo menos 70% da categoria.

“Organizamos dois dias de manifestação, que culminam no 1º de abril, Dia da Mentira, tendo como mote as mentiras que tanto são deflagradas por essas empresas de aplicativos que lucram milhões em cima do nosso suor. Eles mentem que atenderam a nossas demandas. Por isso queremos que o governo federal intervenha, para intermediar a situação”, disse à Agência Brasil.

Na terça-feira, os entregadores reforçaram a mobilização nos shoppings da capital federal, na busca por ampliar ainda mais a adesão da categoria.

“Felizmente contamos com a solidariedade de representantes sindicais de estabelecimentos do segmento de bares e restaurantes. Mesmo com o prejuízo causado para alguns deles, boa parte tem nos dado apoio por sabermos que esta é uma solução necessária para que a coisa continue funcionando”, disse o presidente do Sindimoto-DF. (Agência Brasil)

Maracatu nação pode se tornar 8º patrimônio cultural imaterial do país

O maracatu nação pode se tornar o oitavo bem cultural do Brasil inscrito na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultural (Unesco).

Os Ministérios da Cultura e das Relações Exteriores entregaram na segunda-feira (31) o dossiê oficializando a candi-

datura do maracatu nação, também conhecido como maracatu do baque virado, para a titulação ao Comitê Intergovernamental da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco, que deve apreciar o pleito até o fim do próximo ano.

Pesquisadores do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e da

Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, mestres detentores da forma de expressão cultural e outros representantes ligados à Associação dos Maracatus Nação de Pernambuco e à Associação dos Maracatus de Olinda trabalharam na elaboração do documento desde 2021.

Entre os critérios para entrar na Lista Representativa do

Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da Unesco, estão os de ser um bem registrado como patrimônio imaterial pelo Iphan, ter um plano de salvaguarda elaborado e garantir o envolvimento dos detentores do bem cultural no processo.

Reconhecido como patrimônio cultural do Brasil em dezembro de 2014, o maracatu nação é uma manifestação ar-

tística da cultura popular e carnavalesca da região metropolitana do Recife, em que um cortejo real desfila pelas ruas, acompanhado de um conjunto musical percussivo. Composto majoritariamente por negros, os maracatus nação pode ser remontados às antigas corações de reis e rainhas do antigo Congo africano.

Os sete bens culturais bra-

sileiros inscritos na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da Unesco são o samba de roda do Recôncavo Baiano; as expressões orais e gráficas dos Wajapis; o frevo; o Cirio de Nazaré; a roda de capoeira; o Complexo Cultural do Bumba Meu Boi do Maranhão e o modo de preparar o queijo minas artesanal. (Agência Brasil)

Senado aprova retaliação comercial às vésperas de tarifaço de Trump

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou, na terça-feira (1º), o Projeto de Lei (PL) 2.088/2023 de reciprocidade comercial, que permite ao governo brasileiro retaliar medidas comerciais que prejudiquem os produtos do país no mercado internacional.

A aprovação ocorre um dia antes do anúncio de novo tarifaço pelo presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump, que promete impor “tarifas recíprocas” com a taxação de produtos de todos os países que cobrem impostos para importação

de bens e produtos norte-americanos.

O projeto de lei da reciprocidade comercial foi aprovado por unanimidade na CAE, em caráter terminativo. Ou seja, o projeto segue diretamente para análise da Câmara dos Deputados, sem necessidade de ser aprovado pelo plenário do Senado.

O Artigo 1º do projeto diz que a lei estabelece critérios para respostas a ações, políticas ou práticas unilaterais de país ou bloco econômico que “impactem negativamente a competitividade internacional brasileira”.

Se aprovada, a lei valerá para países ou blocos que “interfirmem escolhas legítimas e soberanas do Brasil”. No Artigo 3º, o projeto autoriza o Conselho Estratégico da Câmara de Comércio Exterior (Camex), ligado ao Executivo, a “adotar contramedidas na forma de restrição às importações de bens e serviços”, prevenindo ainda medidas de negociação entre as partes antes de qualquer decisão.

A relatora do texto, senadora Tereza Cristina (PP-MS), explicou que a medida não é uma lei só para os Estados Unidos, mas para todos os mercados e países.

“Este é um projeto de proteção aos produtos brasileiros, e não de contramedidas ou contra outros países. Agora, se o Brasil tiver os seus produtos

com retaliações desmedidas, o governo passa a ter a possibilidade de fazer essas contramedidas na mesma base que vem de outros países ou blocos econômicos”, explicou a parlamentar.

O presidente da CAE, senador Renan Calheiros (MDB/AL), destacou que o projeto dá ao Executivo ferramentas para agir contra medidas comerciais que atinjam as exportações do país.

“O projeto é, sem dúvida nenhuma, uma resposta legítima ao tarifaço americano. Nós estamos apenas suprimindo a legislação brasileira de mecanismos de reciprocidade. Nós não estamos adotando a reciprocidade, mas, se o governo quiser adotar a reciprocidade, não será por falta de legislação que deixará de fa-

zer isso”, afirmou Renan.

O projeto de lei surgiu, inicialmente, em resposta à legislação da União Europeia (UE), que busca impor restrições à importação de produtos de países que não respeitem determinados critérios ambientais.

O texto aprovado na CAE e encaminhado à Câmara permite que o governo brasileiro adote a reciprocidade comercial nos casos de “medidas unilaterais com base em requisitos ambientais que sejam mais onerosos do que os parâmetros, normas e padrões de proteção ambiental adotados pelo Brasil”.

Segundo a relatora Tereza Cristina, as medidas da UE são protecionistas e estabelecem regras mais rígidas que a legislação brasileira, prejudicando os produtos agropecuários do país.

“O bloco europeu aproveitasse da paralisação do mecanismo de solução de controvérsias da OMC [Organização Mundial do Comércio] para compelir o cumprimento de seus padrões ambientais a determinados países. Não se trata de uma verdadeira ‘lei antidesmatamento’, mas de um regimento que impõe uma série de obrigações para comprovação da origem de um produto, o que torna muito oneroso exportar para a União Europeia, escreveu a senadora em seu relatório.

A paralisação da OMC promovida pelos Estados Unidos limita a capacidade da organização de arbitrar conflitos na área comercial, justo no momento em que se aprofunda a guerra de tarifas iniciada pelo governo do presidente Donald Trump. (Agência Brasil)

Dino suspende emendas para universidades e fundações de oito estados

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino determinou na terça-feira (1º) a imediata suspensão de emendas parlamentares para universidades estaduais e suas respectivas fundações de apoio em oito estados.

A liminar do ministro vale para instituições do Acre, Alagoas, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rondônia e Sergipe.

A decisão foi tomada após os estados não enviarem ao Supremo manifestação sobre a determinação de Dino para que sejam criadas normas e orientações sobre a aplicação e prestação de contas referentes às emendas que são destinadas às instituições. A exigência consta em uma decisão assinada no dia 12 de janeiro deste ano.

Na mesma decisão, Flávio Dino também determinou que estados e municípios têm 90 dias para prestarem contas sobre 6.247 planos de trabalho não cadastrados que envolvem as chamadas “Emendas Pix”.

O impasse sobre a liberação das emendas começou em dezembro de 2022, quando o STF entendeu que as emendas chamadas de RP8 e RP9 eram inconstitucionais. Após a decisão, o Congresso Nacional

aprovou uma resolução que mudou as regras de distribuição de recursos por emendas de relator para cumprir a determinação da Corte.

No entanto, o PSOL, partido que entrou com a ação contra as emendas, apontou que a decisão continuava em descumprimento.

Após a aposentadoria da ministra Rosa Weber, relatora original da ação, Flávio Dino assumiu a condução do caso.

Em agosto do ano passado, Dino determinou a suspensão das emendas e decidiu que os repasses devem seguir critérios de rastreabilidade. O ministro também determinou que a Controladoria-Geral da União (CGU) auditasse os repasses dos parlamentares por meio das emendas do orçamento secreto.

Em fevereiro deste ano, o ministro homologou o plano de trabalho no qual o Congresso se comprometeu a identificar os deputados e senadores responsáveis pelas emendas ao Orçamento e os beneficiários dos repasses.

A decisão do ministro também liberou o pagamento das emendas deste ano e dos anos anteriores que estavam suspensas por decisões da Corte. (Agência Brasil)

Itaipu vai equipar 80 hospitais filantrópicos com energia solar

A empresa energética Itaipu Binacional formalizou, na segunda-feira (31), o compromisso de investir, nos próximos dois anos, mais de R\$ 81 milhões para equipar santas casas e hospitais filantrópicos do Paraná com sistemas de geração solar fotovoltaica.

A expectativa é que o convênio entre a operadora da Usina Hidrelétrica de Itaipu, localizada na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, e a Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos do Paraná (Femipa) beneficie ao menos 80 estabelecimentos sem fins lucrativos associados à federação.

“Serão quatro usinas fotovoltaicas e mais 29 usinas pequenas [instaladas] em cada um dos hospitais”, disse o presidente da Femipa, Charles London, durante a cerimônia de formalização do convênio – que já tinha sido detalhado no início de fevereiro deste ano –, em Londrina (PR).

Segundo a Itaipu Binacional, a instalação das usinas fotovol-

taicas, capazes de converter energia solar em eletricidade, permitirá aos estabelecimentos de saúde beneficiados economizar, em conjunto, cerca de R\$ 12 milhões anuais com contas de luz. Quantidade que eles poderão investir em melhorias no atendimento à população, como a contratação de profissionais de saúde e compra de insumos, afirmou o diretor-geral da companhia, Enio Verri.

“Esses hospitais passam a contar com sua própria energia, uma energia limpa e barata. E, com isso, conseguem melhorar a qualidade de vida da população”, observou Verri, enfatizando que a economia energética beneficiará toda a rede geradora e distribuidora.

A expectativa é que, quando estiverem funcionando, as 33 usinas fotovoltaicas gerem o equivalente a 18 megawatt, o que, segundo a Itaipu, é o suficiente para abastecer uma cidade de 60 mil habitantes.

Para exemplificar o alcance da iniciativa, Itaipu e Femipa citaram

o caso da Santa Casa de Londrina, uma das 92 instituições associadas à federação e um dos 80 estabelecimentos de saúde contemplados com a medida.

Constituída por um complexo de dois hospitais, a Santa Casa de Londrina paga, mensalmente, cerca de R\$ 350 mil de conta de energia elétrica. Valor que, segundo a Itaipu, deverá baixar para cerca de R\$ 230 mensais a partir da instalação dos painéis solares.

“As entidades vivem momentos de dificuldade e toda ajuda é muito bem-vinda. Deixando de pagar energia, sobram recursos para investimentos em outras áreas, tanto internas quanto financeiras. Isso nos ajuda a sair do caos atual”, acrescentou o diretor-geral da Santa Casa de Paranavai e vice-presidente da Femipa, Hércules Alencar Arrais.

Presente ao evento dessa segunda-feira, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, não descartou a possibilidade de iniciativas semelhantes serem replicadas em outras unidades federati-

vas além do Paraná.

Atualmente, os hospitais filantrópicos respondem por mais de 50% de todo o atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) no Paraná e mais de 70% da chamada alta complexidade, como traumas, cardiologia, oncologia e transplantes. Na média, 60% dos atendimentos prestados pelas 92 instituições associadas à Femipa são ofertados por meio de convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS), mas há, entre elas, aquelas em que este percentual supera os 70%.

O convênio entre Itaipu e Femipa contemplará hospitais do grupo tarifário A e B (baixa e média tensão). Vinte e nove dessas unidades serão atendidas por usinas pequenas e terão painéis solares instalados em telhados ou coberturas de estacionamentos. Para esses hospitais, a previsão de início das obras é agora em abril. Nos outros quatro, atendidos por usinas fotovoltaicas, o início das obras está previsto para junho. (Agência Brasil)